

Coleção Memória Viva



NATURAL RACIONAL SOCIAL

Razão médica e racionalidade
científica moderna

Madel T. Luz



EDIÇÕES LIVRES

NATURAL RACIONAL SOCIAL

Razão médica e racionalidade
científica moderna

Madel T. Luz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Fundação Oswaldo Cruz

Presidente

Nisia Trindade Lima

Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Marco Antonio Carneiro Menezes

Vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação

Cristiani Vieira Machado

Vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Mario Santos Moreira Rodrigo Correa de Oliveira

Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde

Marco Aurelio Krieger



Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Diretor

Rodrigo Murtinho

Vice-diretor de Pesquisa, Ensino e Desenvolvimento Tecnológico

Christovam Barcellos

Vice-diretor de Informação e Comunicação

Tânia Cristina Pereira dos Santos

Vice-diretor de Desenvolvimento Institucional

Jacques Sochaczewski

Coleção Memória Viva



NATURAL RACIONAL SOCIAL

Razão médica e racionalidade
científica moderna

Madel T. Luz



EDIÇÕES LIVRES

Rio de Janeiro

2019

1ª Edição: Editora Campus, 1988

2ª Edição: Editora Hucitec, 2004

3ª Edição: Editora Hucitec, 2012

4ª Edição: Edições Livres, 2019

COORDENAÇÃO GERAL

Rodrigo Murtinho

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Mauro Campello

Mel Bonfim

Patrícia Ferreira

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Valéria de Sá

REVISÃO

Vinícius Renaud

Wanda Brant

DIGITALIZAÇÃO DOS ORIGINAIS

Rodrigo Méxas

Milena da Rocha Franco



Este livro foi publicado de acordo com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz. Os textos constantes nessa publicação podem ser copiados e compartilhados desde que: não sejam utilizados para fins comerciais; e, que seja citada a fonte e atribuídos os devidos créditos. Distribuição gratuita.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Manguinhos / ICICT / FIOCRUZ - RJ

L979 Luz, Madel
Natural, racional, social: razão médica e racionalidade moderna
[recurso eletrônico] / Madel Luz; editor: Rodrigo Murtinho. – Rio de Janeiro : Fiocruz : Edições Livres, 2019.
184 p.; 30 cm.
Modo de acesso: World Wide Web.
Coleção Memória Viva.
A publicação deste livro é resultado do projeto "Acesso aberto e uso da literatura científica no ensino", desenvolvido no ICICT, sob a coordenação de Rodrigo Murtinho.
ISBN: 978-85-8110-077-7.
1. Medicina social. 2. Racionalidade. I. Murtinho, Rodrigo. II. Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. III. Título. IV. Série.

CDD 362.1042

O projeto

A nova edição de *Natural, Racional, Social – Razão médica e racionalidade científica moderna*, de Madel Terezinha Luz, integra a Coleção Memória Viva, criada para tornar acessíveis obras de reconhecida relevância acadêmica e institucional. Com isso, resgata e reedita livros esgotados, indisponíveis nas livrarias físicas e virtuais, além de dissertações e teses acadêmicas que ainda não compõem acervos online.

A coleção é fruto do projeto “Acesso aberto e uso da literatura científica no ensino”, desenvolvido no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde as políticas de acesso aberto têm sido encaradas como estratégicas para o fortalecimento da ciência e da saúde pública.

As obras foram escolhidas a partir de pesquisa com alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), que mapeou títulos usados habitualmente nas atividades de ensino e as dificuldades em acessá-los. A recuperação desses trabalhos busca o fortalecimento dos saberes na interseção entre saúde coletiva, informação e comunicação. Contribui para a ampliação da Política de Acesso Aberto e para as estratégias de Memória e de Ciência Aberta da Fiocruz. Além disso, colabora para as políticas públicas de preservação da memória bibliográfica nacional.

A reconhecida obra de Madel Luz, originalmente escrita em formato de tese para o concurso de professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, faz parte do selo Edições Livres, que, como o próprio nome sugere, tem a missão de lançar publicações com livre circulação na internet, tornando acessíveis a qualquer internauta todas as obras recuperadas pelo projeto. Desta forma, *Natural, Racional, Social*, editado pela primeira vez em 1987, chega a quarta edição em formato eletrônico, e poderá circular amplamente e ser lido em formato digital, de forma gratuita.

Esta edição traz, além do texto original do livro, uma apresentação escrita pela própria autora, onde discorre, três décadas depois, sobre aspectos centrais de sua obra. Traz ainda o prefácio “A autora e sua obra”, de André Pereira Neto, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), que foi orientado por Madel Luz em seu doutorado no Instituto de Medicina Social

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj). No texto, Pereira Neto destaca que o livro “se tornou uma obra de referência para todos aqueles interessados em conhecer as origens históricas da supremacia da medicina sobre as demais racionalidades médicas”.

O projeto que deu origem à Coleção Memória Viva foi financiado pelo Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde (Papes VII/Jovem Cientista, parceria entre a Fiocruz e o CNPq) e pelo Programa de Indução à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PIPDT, do Iicict/Fiocruz).

Rodrigo Murtinho e Mauro Campello

Coordenadores do projeto



Realização:



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Projeto Acesso Aberto e uso da literatura científica no ensino

Equipe do projeto:

Rodrigo Murtinho | coordenador
Mauro Campello | coordenador adjunto
Anne Ferreira dos Santos
Cristina Maria Rabelais Duarte
Fátima Duarte de Almeida
Ilma Noronha
Leonardo Simonini
Luciana Danielli
Marilene Santos
Mel Bonfim
Mônica Garcia
Patrícia Castro Ferreira

Este projeto tem o apoio do Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde – PAPES VII/Jovem Cientista (Fiocruz/CNPq), e do Programa de Indução à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – PIPDT (Icict/Fiocruz).

Apoio:



Sumário

Sobre a autora	13
Prefácio: a autora e sua obra	15
Apresentação	25
Prefácio à 3ª edição	31
Prefácio à 2ª edição	33
Prefácio à 1ª edição	39
CAPÍTULO 1	43
Objetivos, bases e orientações: racionalidade científica e história	
CAPÍTULO 2	55
A construção da racionalidade científica moderna	
- <i>Origens, continuidades e descontinuidades</i>	55
- <i>Rupturas, descontinuidades e cumulatividades</i>	65
CAPÍTULO 3	77
Natureza e razão no tempo e no espaço mecânicos	
CAPÍTULO 4	89
A racionalização da sociedade no período clássico da idade moderna	
- <i>Razão e sociedade em tempos barrocos: a disciplina das paixões e dos sentidos</i>	89
- <i>Natural, racional, social: a construção do Socius no século das luzes</i>	99
CAPÍTULO 5	113
A disciplina das doenças e a razão social; categorias médico-sociais no século XIX	
- <i>Os fundamentos da racionalidade médica na história científica moderna</i>	113
- <i>Normal e patológico, equilíbrio e desvio: categorias médico-sociais no progresso do século XIX</i>	122
- <i>Da ontologia (do Mal) da doença aos desvios patológicos da normalidade</i>	125
CAPÍTULO 6	143
Razão médica e paixão política: mecanismo organicista x vitalismo homeopata no século XIX	
- <i>Razão científica e academia no final da Época Clássica</i>	143
- <i>O vitalismo homeopático e a razão médica</i>	147
- <i>Hahnemann: a arte de curar contra a ciência das doenças</i>	153
- <i>A Homeopatia no Brasil no período da implantação (1840-1860)</i>	160
Referências	171
Índice antroponímico, das instituições e das obras	175

Ofereço este trabalho a
todos os meus alunos
aos que foram,
aos que são,
aos que ainda serão.

Sobre a autora

Nascida no Rio de Janeiro de 1939, mudou-se com a mãe e o irmão para a cidade de São Paulo aos três anos de idade, lá vivendo até os dez, tendo cursado em escola pública seu “primário”. Deve ser destacada a qualidade do ensino público municipal da época, a qual Madel atribui seu interesse na continuação dos estudos, que acabou por forjar sua vida profissional.

De volta ao Rio esteve três anos em colégio interno (1950-1953), cursando o “ginasial”. Ali desenvolveu o estudo de línguas, principalmente o francês, e acompanhou como observadora/ouvinte o estudo de artes, sobretudo o balé, o piano, e a literatura. Atribui seu interesse pela literatura e pelas ciências humanas à experiência de vida no internato, dolorosa, devido à extrema restrição de visitas e à ausência materna.

Após o curso ginásial ingressou no Colégio Pedro II o para o “colegial” (1955-1957), e dali para o bacharelado de Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1958-1962).

Dedicou-se em seguida por quase três anos ao Programa de Educação de Base pelo rádio (SETER), destinado às populações de favelas e meio suburbano/rural, seguindo o método pedagógico de Paulo Freire (1962-1964). Com o advento da ditadura militar em 1964 tornou-se impossível dar prosseguimento ao Programa, forçando a saída do país dos jovens voltados para a educação em meios populares. O destino de Madel Luz foi então a Universidade Católica de Louvain, onde após quatro anos, em 1969, obteve o grau de mestre em Sociologia.

De volta ao Brasil inicia carreira pedagógica com o ensino na graduação de Ciências Humanas no I.F.C.H. da Universidade Federal da Paraíba (1969-1972). Apesar do regime fechado da época, pode desenvolver atividades de ensino e pesquisa, auxiliada por monitores e alunos.

Regressa ao Rio de Janeiro em 1972, dando seqüência a essas atividades no I.F.C.S. da UFRJ, onde leciona, pesquisa e publica durante 20 anos, aposentando-se aos 52 como professora titular concursada, em 1992.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde entrara em 1975 como pesquisadora em tempo parcial, financiado por Programa de Pesquisa da Finep, fez também exame de seleção, tornando-se professora auxiliar, aposentando-se após 35 anos de ensino, pesquisa e publicação abundante, como professora titular concursada aos 70 anos, em 2010.

Prefácio

A autora e sua obra

Recebi com satisfação o convite do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) para escrever o prefácio da edição digital deste livro da professora Madel Therezinha Luz, publicado pela primeira vez em 1988 pela Editora Campus¹. Trata-se da versão impressa da tese defendida pela autora, em 1987, por ocasião do concurso a titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Minha primeira providência foi encontrar o exemplar que tenho deste livro em minha biblioteca. Ao folheá-lo, encontrei a dedicatória da autora: “Para André, com um abraço da autora. Madel Luz, Rio, 28 de janeiro de 1988”. Naquele tempo, eu com 29 anos, tinha acabado de voltar da França, onde havia concluído o mestrado em História no Instituto de História da América Latina da Sorbonne, em Paris. Os temas instigantes das ciências sociais e saúde estavam distantes de meu universo de preocupações. Um ano e meio depois, comecei a trabalhar como pesquisador na Casa de Oswaldo Cruz, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em 1997, concluí o doutorado no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a orientação de Madel Luz e Ângela de Castro Gomes. Com o tempo, passei a admirar a autora não só pelo que escreve e fala, mas sobretudo por seu posicionamento político aguerrido em defesa de suas ideias contestadoras ao *status quo* acadêmico e institucional. Com o passar desses 30 anos, construímos uma relação de amizade, colaboração e respeito recíprocos. Este preâmbulo visa oferecer ao leitor uma noção do meu lugar de fala. Aquele jovem de 29 anos não poderia imaginar, em 1988, que estaria cumprindo, 30 anos depois, o papel que acaba de lhe ser proposto.

Minha condição de ex-aluno e as qualidades inerentes a este livro me impedem de desempenhar o papel que outro ex-aluno exerceu ao analisar uma obra de seu mestre. Refiro-me às críticas proferidas por Jacques Derrida², em 1963, no Colégio

¹LUZ, Madel T. Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

²DERRIDA, J. Cogito e a história da loucura. In: *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 43-90.

Filosófico em Paris, ao livro *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique* de Michel Foucault, publicado na França em 1961. As palavras de Derrida surtiram efeito! Com a publicação da segunda edição francesa, *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique*,³ em 1972, Foucault retirou o prefácio da primeira versão e respondeu, em um apêndice, às críticas feitas por Derrida.⁴ A partir do final da década de 1970, o livro passou a ser traduzido para diversos idiomas. Todas essas edições saíram amputadas. Faltava-lhes o prefácio.

Em artigo publicado em 1998, esforcei-me para compreender os motivos de tal atitude.⁵ Concluímos nosso estudo afirmando:

Derrida, ex-aluno de Foucault, dirigiu-lhe críticas ásperas envoltas por uma cordialidade formal. Foucault não as respondeu, pelo menos na réplica, publicada no apêndice da segunda edição da mesma obra. Esta atitude surpreendente incita nossa imaginação. Para nós é difícil conceber um gesto de autocensura vindo de quem veio. [...] O silêncio diante da polêmica acadêmica é sinal de concordância? O fato de ter retirado o prefácio da primeira edição quando a obra foi reimpressa indica que sim. A preservação do texto na íntegra, no entanto, sugere o contrário (PEREIRA NETO, 1998, p.640).

Reiterando o lugar de discípulo, gostaria de fazer alguns comentários sobre esta obra. O primeiro refere-se ao lugar de fala da autora.

Antes de escrever e publicar este livro, Madel havia concluído sua tese de mestrado em Sociologia na Universidade de Louvain, em 1969.⁶ Naquele momento estavam nascendo suas preocupações com as raízes históricas, políticas, econômicas e culturais da racionalidade científica. Tais questões começaram a ser abordadas no livro *Medicina e ordem política brasileira*,⁷ publicado em 1981. A autora continuou essas reflexões no livro *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica e moderna*, lançado em 1988 e agora publicado em edição digital com acesso aberto. Nos dois casos, as obras de Foucault e de Canguilhem foram o leito no qual floresceram suas ideias. O

³ Traduzido e publicado no Brasil. FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

⁴ FOUCAULT, Michael. Mon corps, ce papier, ce feu. In: _____. *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Plon, 1972.

⁵ PEREIRA NETO, André. Foucault, Derrida e a História da loucura: notas sobre uma polêmica. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 1998, vol. 14, n. 3, p.367-641.

⁶ LUZ, Madel T. *Fondements idéologiques de la méthode structurelle-fonctionnelle*. Université Catholique de Louvain, UCL, Bélgica, 1969, 156 p. Mimeo.

⁷ LUZ, Madel T. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

primeiro livro de Foucault – *Les mots et les choses*⁸ – e o de Canguilhem – *Le normal et le pathologique*⁹ foram publicados em 1966, na França. As revoltas que tomaram as ruas em 1968 constituem a moldura em que este quadro de ideias começou a ser pintado. Madel estava na Europa vivendo de perto aquele ambiente conturbado que promoveu uma mudança no pensamento historiográfico internacional.¹⁰ Nos anos seguintes, outras obras desses autores foram publicadas, geraram polêmicas e influenciaram um número incontável de intelectuais ao redor do mundo, incluindo Madel Luz.

A própria autora admitiu ser influenciada pelas ideias de Foucault e Canguilhem afirmando, no final do primeiro capítulo deste livro:

Dos mestres que inegavelmente são, os autores são transformados em instrumentos de trabalho, em convidados dessa travessia, na elaboração de dados, na percepção das relações, na ordenação dos conceitos, no enunciado das proposições (LUZ, 1988, p. 12).

Assumir a influência que exerceram em sua obra foi para ela a “melhor maneira de ser fiel ao pensamento desses autores” (LUZ, 1988, p. 12).

O enredamento entre a história das ideias de um intelectual e sua trajetória profissional é uma perspectiva que nos parece interessante.

Em 2006, tive a ocasião de realizar meu pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em São Francisco. Na oportunidade, pretendia estudar a vida e a obra de Eliot Freidson, na companhia do próprio autor. A vida não se mostrou generosa e levou-o antes que nos conhecêssemos pessoalmente. Apesar deste infortúnio, fui capaz de realizar uma pesquisa sobre sua trajetória intelectual. Além disso, traduzi, prefaciei e consegui publicar no Brasil seu principal livro.¹¹ No artigo sobre sua trajetória, defendi a ideia de que as escolhas pessoais que Freidson fez contribuíram para a construção de suas ideias. As escolhas pessoais e acadêmicas seguiram uma determinada direção, circunscritas a uma série de constrangimentos.¹² O próprio Freidson¹³ admitiu que as origens dos elementos de seu trabalho podem ser encontradas em sua biografia pessoal.

⁸ FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas* – Uma arqueologia das ciências humanas. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1990.

⁹ CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995., 1990.

¹⁰ ROJAS, Carlos A.A. 1968 as a turning point in historical thinking: changes in western historiography. *História*. Campus de Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), 2004, vol. 23, n. 1-2, p.197-218.

¹¹ FREIDSON, Eliot. *Profissão médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

¹² PEREIRA NETO, André. *Eliot Freidson: progression and constraints in the biography of an intellectual*. Rio de Janeiro, *Hist. ciênc. saúde-Manguinhos*. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2009, vol. 16, n. 4, p.941-960.

¹³ FREIDSON, Eliot. *Biography*, Eliot Freidson. Typewritten text. 1971.

As obras de Freidson e de Madel Luz merecem ser analisadas, portanto, no contexto histórico em que foram produzidas. Separar a obra e o autor do momento de sua produção constitui equívoco que muitos de nós cometemos frequentemente. A história das ideias e a história de vida de cada um desses intelectuais são a matéria-prima essencial para a realização desta modesta contribuição.

Minha condição de historiador permite que faça um segundo comentário relacionado com a narrativa histórica apresentada. Uma narrativa que identifica um momento de inflexão e mudança na racionalidade científica. A periodização é uma das práticas mais comuns exercidas pelos historiadores. Em seu *mister* profissional os historiadores elegem momentos, datas, eventos, contextos em que determinado movimento ou processo teria mudado seu curso. Esta eleição tem sua fundamentação e obedece a determinada lógica argumentativa. Por exemplo: a diferença entre pré-história e história é marcada pelo advento de sociedades que passaram a dominar alguma forma de expressão escrita. As sociedades pré-históricas não deixaram este legado. Por esta razão foram denominadas assim.

Da mesma forma, Madel Luz propõe uma periodização marcada pelo momento em que “verdade e paixão, razão e emoção ... se deram adeus” (LUZ, 1988, p. IX). Este momento histórico é associado por ela à vitória da racionalidade científica moderna. Para a autora, a medicina moderna tem origem no Renascimento, com o deslocamento epistemológico de uma arte de curar indivíduos doentes para uma disciplina das doenças. A mesma percepção sobre esta obra de Madel Luz foi apresentada por Roberto Machado na orelha da primeira edição deste livro. Segundo ele, “a primeira grande conclusão é, portanto, que o mecanicismo e o organicismo são os traços constitutivos da racionalidade moderna, inclusive da medicina”.¹⁴

A professora Maria Helena Oliva Augusto¹⁵ também identificou essa periodização nesta obra. Para esta professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP):

A síntese epistemológica das ciências físicas – modelo explicativo mecanicista, método experimentalista e dedutivista e linguagem matematizante – é, assim, traço básico da racionalidade moderna. Todos os outros sistemas de expressão de verdades (filosofia, artes, religião, ação política, culturas, sistemas de saber passados, inclusive as disciplinas do social) foram desqualificados epistemologicamente e tratados socialmente como formas de expressão incapazes de produzir o verdadeiro conhecimento (o conhecimento científico) (AUGUSTO, 1989, p. 249).

¹⁴ MACHADO, Roberto. In: LUZ, Madel T. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

¹⁵ AUGUSTO, Maria Helena O. *Natural, racional, social: Discussão de uma sociabilidade*. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), *Tempo soc.*, 1989, vol. 1, n. 1, p. 247-257.

Assim, um campo de saber e prática teria conseguido se impor sobre os demais, persuadindo os cidadãos sobre suas verdades “ao longo dos quatro séculos de sua construção” (LUZ, 1988, p. 9).

Freidson também se propôs a realizar uma análise das razões que levaram a medicina a ocupar o lugar central que ocupa hoje em dia entre as atividades que se dedicam a aliviar a dor, curar e prolongar a vida. Ele admite que, com a Renascença, a velocidade das novas descobertas se acelerou e diminuiu o peso da teoria dos humores de Galeno. A seu ver a “teoria dos humores, é claro, representa uma espécie de fundamentação sistemática, e sempre houve, igualmente, alguma inconsistência e ignorância nas tarefas do conhecimento aplicado como a Medicina” (FREIDSON, 2008, p. 35).

A diferença entre a visão apresentada por Freidson e aquela exposta por Madel está relacionada com o peso que cada autor confere às descobertas de Pasteur e Koch.

Para Freidson, as descobertas da microbiologia do final do século XIX representam uma chave explicativa fundamental:

Nenhum evento simples é um fato isolado nem é por si só de extraordinária importância. Entretanto, a descoberta, em 1860, de que um bacilo fora a causa do antraz foi de crucial importância na história da Medicina. Ela resolveu de uma só vez o conflito entre as teorias. Nas mãos de Pasteur, Koch e outros, a ideia de agentes causadores específicos das doenças foi estabelecida e as doenças passaram uma após a outra por investigações que resultaram desta ideia (FREIDSON, 2008, p. 36).

Segundo ele, a anestesia e a assepsia permitiram, anos depois, que a cirurgia obtivesse um sucesso inédito. Estes elementos teriam contribuído para que o médico conquistasse o monopólio sobre os serviços de cura que possui nos dias de hoje.

O que interessa, neste caso, é ressaltar que Madel estabelece um momento de inflexão nesta história. Este momento estaria relacionado com o Renascimento e, depois, com a consagração da racionalidade científica do Iluminismo. Um momento que durou quatro séculos. Um processo de longa duração, como afirma Braudel.¹⁶

Madel Luz (1988) e Freidson (2008) ressaltam, entretanto, que esse monopólio completo e formal nunca existiu. Para Freidson, as resistências partem dos usuários,

¹⁶ BRAUDEL, Fernand, apud TOMICH, Dale. A ordem do tempo histórico: a longue durée e a micro-história. Guarulhos, *Almanack*, 2011, n. 2, p.38-52.

que procuram incansavelmente explicações para seu estado de saúde e doença e das demais racionalidades médicas, que buscam clientes no mercado de serviços de cura. O ambiente é concorrencial. Ele ressalta que os demais sistemas de expressão de verdades continuaram a existir, apesar da medicina desqualificá-los epistemologicamente e tratá-los como formas de expressão incapazes de produzir conhecimento. Madel Luz também se revela politicamente sensível às resistências. A homeopatia é apresentada e analisada, neste livro, como uma racionalidade alternativa ao racionalismo materialista e mecanicista da medicina oficial. No último capítulo, considerado por Machado “o mais belo do livro” (1988), a autora expõe o vitalismo homeopático. Augusto (1989) admite que o texto de Luz convence o leitor que a homeopatia institucionalizada pode conduzir à instauração do homem enquanto unidade indivisível. Esta percepção pode ser identificada quando Madel Luz afirma:

O saber da clinica moderna, orientado pela morte (anatomia patológica), volta-se para a causa da doença (agente patológico) e para sua origem espaço temporal (localização orgânica e história sintomática), enquanto o saber da clínica homeopática volta-se para o indivíduo desequilibrado (doente) no sentido de reparar-lhe a energia da vida (curá-lo) (LUZ, 1988, p. 125).

Um terceiro comentário relaciona-se com o poder que tem esta obra de nos ajudar a compreender nossa relação com a medicina e os médicos.

Madel Luz insiste em revelar o caráter disciplinador da medicina. Segundo ela: “Foi através deste campo de objetivações que a medicina moderna ordenou seus objetos de discurso no espaço teórico da razão científica” (LUZ, 1988, p.5). Ela aprofunda este argumento afirmando:

A razão moderna não apenas explica a realidade; modela-a. Para isto intervém nela, ordena-a. Põe ordem na realidade, uma ordem específica, com características próprias identificáveis. [...] É preciso assinalar desde já, entretanto, que os efeitos da ordenação racional da realidade são de natureza política e social. Neste sentido, toda a disciplina científica moderna é social, embora nem sempre tematize o social nos seus enunciados teóricos e conceitos (LUZ, 1988, p.4).

Digamos, parafraseando a autora, que a razão científica *tenta* modelar a realidade segundo seus preceitos e suas verdades. Ela *tenta* ordená-la. Este livro de Madel Luz nos ajuda a compreender as intrincadas relações sociais em que cada um de nós está imerso quando nos relacionamos com o profissional médico.

Segundo Luz (1988), a medicina moderna está assentada sobre a racionalidade moderna. Uma racionalidade construída através de rupturas dualistas entre matéria & espírito; quantidade & qualidade; objeto & sujeito; corpo & alma; razão & sentidos; organismos & mente e verdade & paixão. Rupturas dicotômicas “que não admitem terceiros princípios ou sínteses” (p.25).

A racionalidade médica assenta-se sobre uma relação vertical entre médico e paciente. Uma relação que, neste início do século XXI, vive um momento de turbulência derivada da existência do *expert patient*: um cidadão que busca na internet informações sobre diagnósticos, doenças, sintomas, medicamentos e custos de internação e tratamento. O fato de ter acesso à quantidade de informações disponíveis na internet, independente de sua veracidade, pode fazer com que este paciente esteja potencialmente menos disposto a acatar passivamente as determinações médicas. O *expert patient* é, portanto, um consumidor especial dos serviços e produtos de saúde. Ele se sente, de alguma forma, um entendido em determinado assunto. Ele tem condições potenciais de transformar a tradicional relação assimétrica médico-paciente baseada na autoridade concentrada nas mãos do médico.¹⁷

Um último comentário merece ser feito.

O livro *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica e moderna*, publicado há trinta anos, é hoje uma obra de referência para todos aqueles interessados em conhecer as origens históricas da consolidação da medicina sobre as demais “racionalidades médicas”,¹⁸ como denomina Madel.

Vários autores consideram que suas ideias, publicadas em suas obras, exerceram influência decisiva na construção e consolidação de “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde” (PNPICS). Este documento publicado

¹⁷ GARBIN, Helena B.R.; PEREIRA NETO, André F.; GUILAM, Maria Cristina R. A internet, os expert patient e a prática médica: uma análise da literatura. Laboratório de Comunicação e Educação em Saúde - Departamento de Saúde Pública, Faculdade de Medicina de Botucatu, Unesp, *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v. 12, n. 26, p. 579-588, jul./set. 2008.

¹⁸ LUZ, Madel Therezinha. Novos saberes e práticas em saúde coletiva: estudos sobre racionalidades médicas e atividades corporais. São Paulo: Hucitec, 2003. LUZ, Madel Therezinha; BARROS, Nelson Filice de (orgs). *Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde*: estudos teóricos e empíricos. Rio de Janeiro: Cepesc/IMS/Uerj/Abrasco, 2012. 360 p.

pelo Ministério da Saúde em 2006¹⁹ defende, em seu preâmbulo, que o indivíduo deva ser considerado em sua dimensão global – sem perder de vista a sua singularidade, quando da explicação de seus processos de adoecimento e de saúde. Ele faz referência à categoria “racionalidades médicas”.²⁰ Dois textos de sua autoria constam da bibliografia deste documento oficial.²¹

A institucionalização e implantação das PICS têm sofrido resistências de diferentes ordens. No dia 13 de março de 2018, por exemplo, o Conselho Federal de Medicina tornou pública uma “Nota à População e aos Médicos” manifestando-se contrário à incorporação do acesso a 10 novas modalidades de terapias alternativas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), pois “tais práticas alternativas não apresentam resultados e eficácia comprovados cientificamente”.²² No âmbito internacional, as resistências às PICS também são perceptíveis. Ben Michael Goldacre é um médico e escritor britânico. Desde 2015 ele trabalha como pesquisador do Centro de medicina baseada em evidências, do Departamento de Atenção Primária da Universidade de Oxford-Nuffield. Em seu livro *Ciência da Treta*, publicado em Portugal em 2009²³ e em vários países do mundo, afirma que as terapias alternativas são, por definição, coisas que não têm provas científicas sólidas. Para ele, qualquer coisa que tenha provas científicas sólidas deixa de ser uma terapia alternativa e passa a chamar-se medicina.

A visão de Madel Luz caminha em outra direção. A categoria “racionalidades médicas” permite diferenciar sistemas médicos e outras práticas terapêuticas e reconhecer as medicinas tradicionais chinesa, ayurvédica e homeopática, assim como a medicina ocidental contemporânea.

Para concluir, cabe destacar que este livro, segundo o Google Scholar, foi citado 417 vezes ao longo destes trinta anos. Consta que, a partir de 2005, esta obra foi citada mais de 20 vezes por ano. A maior parte das citações está presente em artigos (208), dissertações (78) e teses (64). O maior número de artigos que utilizou este livro como referência foi publicado em *Ciência & Saúde Coletiva* (28), *Interface-Comunicação, Saúde, Educação* (23) e *Physis: Revista de Saúde Coletiva* (22).²⁴

¹⁹ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

²⁰ LUZ, Madel T. Racionalidades médicas e terapêuticas alternativas. Porto Alegre, Cadernos de Sociologia, v. 7, p. 109-128, 1995.

²¹ LUZ, Madel T. Racionalidades médicas e terapêuticas alternativas. In: Série - Estudos de Saúde Coletiva, n. 62. Universidade do Rio de Janeiro, Uerj, out. de 1993. LUZ, Madel T. A questão da homeopatia. Rio de Janeiro: PEC/ENSP, 1987. (textos de apoio).

²² Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/images/PDF/praticas_integrativas.pdf>

²³ GOLDACRE, Michael. *Ciência da Treta*. Lisboa: Bizâncio, 2009.

²⁴ Agradeço a pesquisadora Letícia Barbosa pelo apoio a este levantamento realizado no Google Scholar.

Agora, a versão virtual desta obra, com acesso aberto, permitirá que as suas ideias cheguem a muitos interessados que não tiveram a oportunidade de desfrutar de sua leitura e das reflexões que ela promove. O livro como uma obra literária virtual alçará voos inimagináveis e permitirá que estas ideias façam uma viagem para o futuro. Cabe às novas gerações continuarem realizando essas reflexões e essa luta por uma prática de saúde que conceba o ser humano em sua totalidade.

André Pereira Neto

Pesquisador e professor da Fundação Oswaldo Cruz

Apresentação

Há três décadas escrevi o prefácio da primeira edição em papel do livro *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*.

Procurei, então, deixar claro que a obra tratava de um período limitado e inédito na história sociocultural do planeta: os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, de construção da *modernidade ocidental*. A modernidade se construiu, ao longo desse percurso, como um modo novo de descrever, classificar e hierarquizar “as palavras e as coisas”, na ordem do conhecimento, como saber *objetivo*. A objetividade firmou-se como garantia de solidez na base da construção deste saber, tanto quanto aos seus fins, em termos de conjuntos de proposições e afirmações comprováveis (teoria), assim como por meio dos procedimentos de observação sistemática, apoiados em instrumentos técnicos de pesquisa elaborados ou construídos com esta finalidade (método).

Por outro lado, a consolidação do processo de *objetivação* característico desse modo de produzir verdades estabeleceu, no decorrer da história ocidental, uma disjunção do conhecer concernente ao praticar, ao expressar e ao sentir humanos. Estes terrenos, envolvendo a política, as artes, o agir, os sentimentos e as sensações passaram a ser vistos e categorizados como domínio à parte do conhecimento produtor de verdades comprováveis, isto é, como domínio da *subjetividade*, oposto ao da *objetividade*. Ou simplesmente, ao terreno das *verdades objetivas*, obtidas por observação sistemática.

Apenas para se ter um termo de comparação, a civilização helênica, embora avançasse com a filosofia no sentido da *teorização* da realidade, considerava a política, com sua arena democrática, e as artes, sobretudo o teatro, como fontes produtoras de verdades, expressões da realidade, irredutivelmente polidimensional.

É certo que toda civilização tece, junto com os modos de ser, agir, e comportar-se pessoal e socialmente, modos de controlar o poder de enunciar a(s) verdade(s), e de proteger a teia de relações de subordinação/controlado que é sua trama, visando assegurar a estabilidade das relações sociais, sobretudo as do núcleo central da teia. Este é o legado interpretativo que nos deixaram grandes teóricos pesquisadores das ciências humanas, como Max Weber, Karl Marx e Michel Foucault, bases conceituais da análise sócio-histórica deste trabalho. Mas é também certo que civilizações anteriores orientais, ou a própria antiguidade ocidental, ou ainda diversas culturas complexas pré-civilizatórias, construíram seus modos de apreender, ordenar, classificar, hierarquizar e transmitir o que é *verdadeiro* e o que não é verdadeiro, compreendido

como tudo aquilo que não se fundamenta no modo de produção de verdades dessas culturas. Ao longo do período que analisei no livro, o da *modernidade ocidental*, modos específicos de controle em relação à produção e reprodução de verdades são também estabelecidos e fixarão, no decorrer dos séculos seguintes, as regras válidas do conhecer objetivo, imbricadas no estabelecimento do *conhecimento científico* ou, mais simplesmente, da ciência.

Nascia assim, na segunda metade do século XV, a racionalidade ocidental moderna, do ventre fecundo da Renascença europeia, eclodindo em disciplinas, junto com as artes, a invenção de técnicas de produção de objetos de uso e de tecnologia de construção civil, consolidando-se de fato como racionalidade dominante durante os séculos XVII e sobretudo o XVIII, o século do Iluminismo. Com o advento de cientistas e academias como agentes sociais estratégicos, teorias e disciplinas científicas se formulam ou reformulam no período (astronomia, matemática, física, anatomia, fisiologia, geografia, botânica, história natural para mencionar algumas). A tendência à “disciplinaridade” será uma constante desse saber nos séculos seguintes, levando a uma contínua especialização dos diversos ramos do conhecimento em cada área, seja da natureza ou da sociedade. Cada nova disciplina (ou subdisciplina) aportará um conjunto de verdades específicas relativas aos seus objetos, métodos de pesquisa e teorias explicativas ou interpretativas. Aportará também modos específicos de verificação dessas verdades.

A ciência da modernidade apresenta um perfil sociocultural bem definido: em primeiro lugar se afirmar *laica*, isto é, desarraigada de princípios espirituais e religiosos, como fruto das discussões e disputas com a teologia católica, vigentes até o Renascimento. Em seguida, afirma-se *empírica*, tendo como fonte de conhecimento a observação sistemática de dados factuais que dão corpo às suas hipóteses, dissociando-se assim da teorização filosófica, sobretudo da metafísica. Mas, acima de tudo, a ciência é pragmática, voltada para o desvendamento utilitário do mundo, conceituado como *natureza*, uma totalidade complexa abstrata caracterizada por *leis*. Leis que devem ser descobertas, evidenciadas e enunciadas em benefício do ser humano. Com a racionalidade científica moderna, trata-se de controlar, até mesmo de *colonizar*, coerentemente com o momento histórico em andamento, o território do *natural*.

Além disso, a ciência não só acompanha o desenvolvimento *social* em curso, como tende a perscrutá-lo em suas manifestações, e a instrumentalizá-lo institucionalmente no decorrer dos séculos que conduziram ao capitalismo em seus aspectos/fases essenciais (mercantil, industrial, financeiro). O que parece justificar a percepção de Marx, na segunda metade do século XIX, que a ciência é uma “força produtiva” importante do sistema, talvez o principal dinamismo que impulsiona seu avançar, seu

progresso. Assim, a *evolução* em direção ao melhor, isto é, à superação do passado pela descoberta do novo, ancorado no saber científico, é também um traço importante do perfil da racionalidade moderna. Enfim, trata-se de um saber laico, experimental, com tendência à especialização, desbravador e progressista, que o caracterizará como a racionalidade *legítima* do mundo ocidental a partir do século XIX.

Em face dos aspectos de especificidade dos objetos de pesquisa e à especialidade disciplinar, campos aglutinadores das disciplinas tenderam a formar-se separadamente, nos séculos XVIII e XIX: seja relativos às questões *naturais* (astronomia, física, química, biologia, “história natural”, medicina e farmácia, por exemplo), ou *sociais* (economia, história, geografia e, em seguida, sociologia, antropologia, psicologia etc.); seja ainda aqueles relativos à questão da instrumentalização da linguagem científica, como a matemática e a estatística, aplicáveis a várias disciplinas, naturais ou humanas.

Os campos científicos relativos à natureza, à sociedade ou à humanidade, com seus ramos disciplinares, tenderam a enrijecer fronteiras, sobretudo quanto ao pesquisar, formando domínios teóricos e metodológicos fechados, muitas vezes em oposição a ou em disputa de terrenos de pesquisas, tendência que se manteve até o início do período que teóricos sociais denominaram *pós-modernidade*, na segunda metade do século XX.

O campo das ciências médicas operou, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, seu processo de *objetivação* do adoecimento e da intervenção médica em face da doença humana. As doenças, ou *patologias*, individuais e coletivas, e sua *causalidade*, tornaram-se o foco da investigação do campo, seu objeto central de estudo, e o combate a elas no sentido de erradicá-las, seu objetivo principal. O doente em sua singularidade, ou modo pessoal de adoecer, perde sentido, priorizando-se os sintomas identificadores de patologias específicas e a busca de suas origens ou causas, seja no meio ambiente natural ou social. Desloca-se, assim, o eixo secular do olhar médico do doente para o *corpo* doente, e da cura do doente para a *extinção da patologia* neste corpo. A consequência epistemológica – e prática – deste deslocamento é que todos os saberes médicos tradicionais, ocidentais e não ocidentais centrados na concepção de força ou dinamismo vital, e na expressão singular de seu desequilíbrio no doente, são banidos da racionalidade científica.

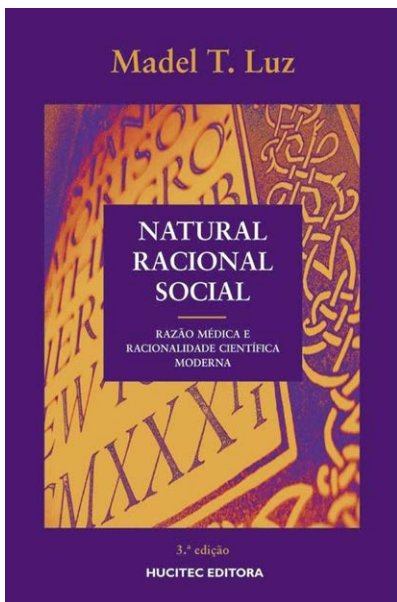
O vitalismo como doutrina médica é visto como concepção filosófica, quando não mística, ou mesmo supersticiosa. Seus praticantes são tratados social e legalmente como charlatães desde o início do século XIX, com o advento da homeopatia. Médicos e farmacêuticos homeopatas, convictos de que dispõem de uma alternativa viável, e de possível convivência com a biomedicina, batem-se ainda hoje contra o muro teórico e metodológico da *ciência médica*, sem sucesso até o momento.

Como explicar então, a partir da segunda metade do século XX, o retorno das medicinas vitalistas, e a abundância de práticas terapêuticas centradas no adoecimento dos sujeitos e na relação pessoal terapeuta/paciente? A pós-modernidade põe em questão, a partir do *domínio do social*, isto é, da sociedade, dos seres humanos crescentemente adoecidos, uma racionalidade médica objetiva, que se ocupa de diagnoses de patologias e suas técnicas em evolução contínua, mas que não os curam. Torna-os adictos de drogas farmacêuticas e de exames diagnósticos, esses também evolutivos, mas mostra-se incapaz de liberá-los das patologias de que são vítimas.

Saberes terapêuticos tradicionais, assim como outras racionalidades médicas, orientais ou ocidentais, antigas ou modernas, ocupam esse espaço social em crise com aparente sucesso. Corporações profissionais ligadas às disciplinas e subdisciplinas das ciências médicas tentam advertir pacientes e coibir práticas “alternativas” com rigor. Até o momento sem sucesso, pois se a demanda parte da sociedade, a supressão ou restrição da oferta não é garantia de vitória. Esse não é, entretanto, tema do livro que apresento, mas de trabalhos de pesquisa posteriores, desenvolvidos por meu grupo e por vários outros grupos de pesquisadores que não cessam de crescer.

Creio que a obra atual cumpriu seu objetivo, ao interpretar o nascer e o desenvolver-se do conhecer, em um período relativamente curto de nossa história, e ao abrir fronteira para estudos posteriores realizados na área de racionalidades médicas.

Madel Therezinha Luz



3ª edição, 2012 - 203 páginas

Capa

Mariana Nada

Assessoria editorial

Mariancela Gi Annella

Circulação

Solance Elster

Hucitec Editora

São Paulo

Prefácio à 3ª edição

Natural, Racional, Social

Este livro foi publicado pela primeira vez em 1987, e a referência a essa data é importante para se compreender o seu significado na produção científica e na trajetória intelectual de sua autora. No final dos anos 1980, assistia-se no campo sociopolítico-epistêmico a várias crises: a do fordismo, a do socialismo real e a de uma epistemologia social objetivante, quer seja a emanada do funcionalismo-estrutural, quer seja a do marxismo dogmático. No campo específico da sociologia, após a constatação da fragmentação teórica que se acentua no final dos anos 1970, percebia-se claramente, desde o início dos 80, os sinais de esgotamento das tradições micro- e macrosociológicas. Não alheia a esses cenários e movimentos, pois desde o seu mestrado, em Lovaina, Madel, que teve sempre o olhar voltado para as questões teóricas que fundamentam o pensamento sociológico, não irá trabalhar, neste momento, com as teorias sociais parciais que tentam explicar a vida social, na onda dos estudos da década de 1980, mas desenvolver uma proposta teórico-sintética da maior relevância. Com *Natural, Racional, Social*, a autora volta-se para uma discussão que está nas origens da sociologia e que não perdeu atualidade em tempos pós-modernos. Mais ainda, ao traçar a construção da racionalidade científica moderna – fulcro de sua obra – constata o encontro de duas histórias epistêmicas – a da sociologia e a da medicina. Privilegia na análise sócio-histórica da racionalidade científica moderna a sua politicidade, ressaltando categorias e concepções fundantes e que foram (e são) nucleares na construção do campo da sociologia da saúde e da saúde social (coletiva), tais como: racional, natural, social, vida, saúde, doença, normalidade, patológico, equilíbrio, desvio. Ao retomar esses conceitos e a sua circulação por diferentes disciplinas e sua formulação em diferentes períodos históricos – séculos XVII e XIX –, Madel reconstrói com estilo próprio e refinada erudição o que denomina de campo biossocial do conhecer, na vertente arqueológica e genealógica da tradição foucaultiana tão bem apreendida pelos autores brasileiros que se dedicaram desde meados de 1970 a desvendar a então denominada medicina social. De forma concatenada e sem prolixidade, Madel encaminha o leitor por caminhos nem sempre fáceis de serem percorridos, mas que se tornam menos difíceis na medida em que as ideias são demarcadas de forma adequada e revisitadas nas obras originais e que constituem balizas na compreensão de como se construiu a racionalidade moderna, como as advindas de Bachelard, Canguilhem, François Jacob, Foucault e dos

historiadores sociais. Madel estrutura o seu trabalho em seis partes, e, agora, com um novo Prefácio, no qual destaca os desdobramentos alcançados pelo saber médico e suas implicações. A época em que escreveu a sua tese e livro posterior, a autora, diante da (ir)racionalidade desse saber médico construído na melhor tradição das ciências positivas – racional, mecânico, dual, fragmentado, metodológico, quantitativista, materialista e evolucionista – expunha as possibilidades do reconhecimento de outras “verdades”, de outros sistemas explicativos, como por exemplo do vitalismo e, no caso específico de suas preocupações, o do vitalismo homeopático. Sem dúvida, como disse no início desta apresentação, a autora já anunciava o que seria o seu campo de trabalho futuro – as racionalidades médicas e o estudo das práticas não alopáticas. Desde 1992, ao constituir uma linha de pesquisa e depois um forte grupo de estudos sobre as racionalidades médicas, que se ampliou em sua temática, incluindo as práticas que não são do campo da medicina, mas da saúde, e que se mantêm até os dias atuais, Madel vem trazendo notável contribuição ao campo da sociologia da saúde. Eu situo como momento fundante, arqueológico, na obra da autora, este livro que é reeditado. Com este trabalho, Madel abriu o campo para que outros pesquisadores voltassem a atenção para a discussão de aspectos epistemológicos e históricos na construção de uma teoria social da doença/saúde/cuidados, ao lado de estudos empíricos, mas a sua reflexão permanece válida e pioneira.

Campinas, junho de 2004.

Everardo Duarte Nunes

DMPS/FCM/Unicamp

Prefácio à 2ª edição

Natural, Racional, Social

O livro de que neste momento escrevo o prefácio à segunda edição foi escrito em 1987, visando ser uma tese. Destinava-se ao concurso de professor-titular em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde então lecionava e pesquisava como professora adjunta. Era resultado de uma pesquisa sócio-histórica em desenvolvimento entre 1985 e 1987 sobre “a construção da realidade por categorias biosociais”, subtítulo do projeto “Natural, Social”. Não havia ainda nesse momento, no título do projeto, subsidiado em seu desenvolvimento pela própria UFRJ, a categoria “Racional”, acrescentada no fim da pesquisa, com a apreensão e caracterização dessas categorias como parte de uma “racionalidade social” em construção, que foi denominada por estudiosos clássicos como Max Weber (*A ética protestante e o espírito do capitalismo*) como “racionalidade moderna” ou “capitalista moderna”.

O objetivo inicial do estudo era analisar o papel social construtivo que tiveram certas “noções” de duas disciplinas científicas que não possuem, aparentemente, um fio teórico/conceitual condutor que as ligue – a Medicina e a Sociologia – no processo de desenvolvimento histórico da sociedade moderna capitalista (sobretudo entre os séculos XVII e XIX), também no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, e da “racionalidade científica” que a caracteriza, segundo Weber.¹

Verifiquei, no decorrer dos estudos sócio-históricos sobre instituições médicas, realizados no Instituto de Medicina Social da Uerj: hospitais, postos ou ambulatórios de saúde, faculdades de medicina, institutos de pesquisa, academias difusoras da ciência médica (ou do “saber” médico, de acordo com a perspectiva genealógica de Foucault), entre 1974 e 1981 (Luz, 1979, 1982), que uma visão evolucionista e organicista, concernindo aos seres humanos tomados individualmente e coletivamente, isto é, como “indivíduos” e como “sociedade”, era partilhada pela disciplina que se ocupa da preservação da vida (ou do combate à morte, com a clínica moderna) e pela disciplina historicamente encarregada de estudar e interpretar o *socius*, isto é, a totalidade que

¹ A parte propriamente “brasileira” do estudo abrangia a formação de um pensamento “biosocial” no Brasil do final do século XIX e primeiro terço do século XX. Em continuação a estudos anteriormente conduzidos no IMS/Uerj, buscava-se aproximar a Sociologia e a Medicina, como disciplinas “mães” de um conjunto de instituições médico-sociais que se estruturaram nesse período. A suposição básica, comprovada nas fontes documentais reunidas, que não chegaram a ser suficientemente analisadas para eventual publicação, era que a Sociologia e a Medicina eram “irmãs disciplinares”, de onde brotou o pensamento evolucionista e organicista sobre nossa sociedade, dominante durante um bom período no pensamento social brasileiro. A prática da pesquisa nos ensinou que o Direito foi tão importante quanto as duas disciplinas anteriores para a formação do pensamento das instituições sociais que originaram. O “campo” das disciplinas biosociais nasceu dessa tríade.

designamos como “sociedade”. Surpreendeu-me que noções como “patologia” e “desvio” fossem úteis às duas disciplinas, assim como as de “evolução” e “ordem” (e seus contrários), embora relacionadas a dimensões diferentes (micro e macro, respectivamente) da vida. Também a visão de complexidade, associada à evolução, por oposição à “simplicidade”, assimilada à ideia de “pouco desenvolvimento”, e por este fio condutor, à ideia de “imaturidade” (ou mesmo primitivismo) é um patrimônio comum de teorias e de concepções das duas disciplinas mencionadas. Além disso, partilham a concepção que tanto o ser humano como a sociedade são “organismos complexos evolutivos”, constituídos por partes elementares interdependentes.

Certamente esta é uma visão considerada já clássica na sociologia, próxima ou dependente do positivismo de Augusto Comte, o fundador da disciplina, e não constitui teoria dominante no campo sociológico. Entretanto, e esta é uma posição defendida no decorrer deste estudo, as noções elementares básicas mencionadas acima “fazem parte ainda” do imaginário teórico da disciplina do *socius*. Por mais que esforços “desconstrutivistas” contemporâneos atuem na acentuação do caráter histórico e da relativização de categorias, conceitos e teorias disciplinares nas ciências sociais, traços da visão orgânica e evolutiva oriunda do período clássico da modernidade, concernindo à vida social, econômica, populacional (“demográfica”) e mesmo cultural, são ainda encontráveis nas disciplinas sociais, denunciando um sólido imaginário evolutivo organicista enraizado nas ciências humanas. Na Sociologia, ao menos, o funcionalismo anglo-saxão mantém-se persistente há meio século, tendo também uma corrente teórica na Política, denotando assim a persistência do imaginário evolucionista e organicista, embora em versão aggiornata cibernética (Luz, 1969).

Pude constatar também, com meus estudos, que um conjunto de instituições sociais desenvolvidas durante a modernidade materializa “põe em operação”, por assim dizer, este quadro de categorias, enquadrando sujeitos sociais existentes, quando não criando outros, que são instituídos como objetos de intervenção desses saberes e práticas articulados ao longo dos três últimos séculos, formando o arcabouço de poder simbólico e jurídico político que Foucault designou como “dispositivo disciplinar”. Uma parte dessas instituições está diretamente ligada ao saber médico, como o hospital, o hospício, os ambulatórios, e as escolas médicas. Mas outras, como as instituições de ensino, as ligadas à regulação do comportamento, dos sentimentos e da vontade nem sempre derivam do saber médico, podendo estar ligadas à pedagogia, à psicologia, à moral, ao direito, e à própria religião, uma religião laicizada e racionalizada, típica da modernidade. Dispõem de um “quadro de verdades”, de noções e teorias que são ao mesmo tempo “biológicas” e “sociais”, por isso as denomino no trabalho de categorias “biossociais” e considero as disciplinas em que se apoiam (no caso deste

estudo, a medicina e a sociologia) “disciplinas sociais” (ou disciplinas do social) porque tematizam, embora com discursos naturalizados, realidades sociais.

O que considero importante também assinalar, por ter-me surpreendido durante as atividades de pesquisa, é que os dois tipos de instituições podem trabalhar entrosados, apesar de eventuais disputas para formação ou manutenção de “campo disciplinar, fazendo circular os sujeitos” de um tipo para outro de instituição, configurando objetivamente o que Foucault conceituou como “dispositivo” de discursos/práticas institucionais. É importante também assinalar que este processo social, iniciado no século XVII, perdura até hoje, e o “quadro de verdades” disciplinares que a suporta continua a construir realidades e sujeitos sociais.

As categorias que analisei neste trabalho como expressão do processo de construção da racionalidade moderna, mediante uma análise em perspectiva genealógica e de sociologia do conhecimento,² do período conhecido como “revolução científica”, iniciada no século XVI, e de duas disciplinas-chave desta racionalidade, continuam a meu ver tão “produtivas” socialmente como o foram teoricamente no limiar da modernidade, e a “solidariedade nocional” que menciono no interior do livro não apenas se mantém, como se reafirma, com a nova onda de autoridade científica das ciências biológicas na contemporaneidade, e a influência que exercem sobre as ciências humanas, por meio não apenas de seus conceitos e teorias, como de suas representações e concepções do ser vivo, isto é, de seu “imaginário”.

Se a ambição básica da pesquisa era reconstruir o “trajeto” da racionalidade científica moderna, no sentido de apreender características comuns a duas disciplinas do “social”, a complexidade do objeto em construção logo nos fez compreender que uma pesquisa propriamente “sócio-histórica”, com esta finalidade, exigiria umas boas décadas de dedicação ao objeto, ao estilo de um DUBY ou de um Peter BURKE. O que era, para a nossa disponibilidade material e acadêmica, “inatingível”, como continua sendo.

O material relativamente escasso reunido pela pesquisa sobre o período compreendendo a segunda metade do século XIX e o primeiro terço do XX concernindo ao Brasil, entretanto, já foi suficiente para indicar que Medicina, Sociologia e Direito estão na origem da ordem institucional e acadêmica (no que concerne às humanidades) republicana brasileira. Indicou, também, que muitas vezes o ator institucional ligado a esta tríade podia ser o mesmo: médico, bacharel e professor de sociologia. Ou pelo

² Os autores que mais influenciaram este estudo foram, conseqüente e inequivocamente, Max Weber e Michel Foucault, embora alguns nomes importantes da Sociologia francesa, como Robert Castel, Pierre Bourdieu e Luc Boltanski tenham contribuído com categorias e visões teóricas. Autores brasileiros como Roberto Machado, Jurandir Freire Costa e Joel Birman foram também fontes e inspirações importantes para embasar afirmações e análises, conforme reconhecimento explicitado na introdução do livro, verificável na bibliografia do estudo.

menos um doublé de dois saberes e práticas: medicina e direito, direito e sociologia. A sociologia mostrava-se, aliás, profundamente imbricada ao direito e à medicina (ou à psiquiatria), pois sua ligação umbilical com as noções de “patologia” e “desvio” a colocava nesta posição disciplinar. Não creio que este perfil seja muito diferente, em termos de história social, do que se passou na Europa, sobretudo na França, com tanta influência sobre nosso país.

A pesquisa restringiu-se, portanto, ao que seria inicialmente sua “parte teórica”: o estudo da racionalidade científica moderna, sua estrutura epistêmica (de acordo com a categoria de Foucault), suas características teóricas básicas, sua forma de “enquadrar” o mundo (definido como “natureza”) e de modelá-lo “na prática”. A descoberta das “dicotomias” ou “dualidades” dessa racionalidade, seu caráter “interventor”, a teologização progressiva da ciência como forma única de produção de verdades, e do método científico como “instrumento-fim” de produção do conhecimento, decorrem mais de uma perspectiva de sociologia do conhecimento (ou, no limite, de genealogia) que de um estudo sócio-histórico. Entretanto, as bases e ilustrações das afirmações feitas ao longo do estudo são, efetivamente, “sócio-históricas”, ancoradas em historiadores sociais e em fontes secundárias consultadas e citadas durante o trabalho.

Com o recuo de uma quinzena de anos posso afirmar agora, sem sombra de vaidade ou “egomania”, que este estudo foi pioneiro e avançado para a época em que foi realizado e escrito,³ gerando em muitos perplexidade e até mesmo incredulidade: “por que adjetivos? Natural, Racional, Social? Não podia ser natureza, razão e sociedade?” Não, para mim os três substantivos eram demasiadamente óbvios e não apontavam para os “domínios” que eu queria desvendar. Somente “adjetivos” poderiam ilustrar os “reinos” criados pela razão moderna. Durante uma década o trabalho permaneceu isolado, não sendo reeditado por falta de interesse do público e da primeira editora que o publicou. Somente na segunda metade dos anos 1990 surgiram obras de autores internacionais tematizando as questões desenvolvidas no livro, sobretudo as de Boaventura Santos, tão bem recebidos (e com justiça) na comunidade das ciências humanas, sobretudo nas áreas ligadas à saúde.

Neste momento, em boa hora, em face da reatualização da discussão dos temas da pesquisa, a Editora Hucitec, pioneira na área da Saúde Coletiva e com reputação

³ Robert Castel, em 1987, pouco antes de me convidar para ser professora visitante convidada do Departamento de Sociologia da Universidade de Paris VIII, exclamou, ao folhear a tese recém-terminada: “*Oh! dis donc, c’est très pointu ce que tu travailles là!*” (“Você está trabalhando em algo bastante avançado!”).

sólida no mundo acadêmico, mostrou interesse na reedição da obra, encarregando-me de escrever este prefácio à segunda edição. Espero que o livro provoque nos leitores atuais a mesma emoção que provocou na autora ao escrevê-lo e no seu primeiro público, de quinze anos atrás. Sou desde já grata a todos.

Madel T. Luz

Prefácio à 1ª edição

Natural, Racional, Social

O interesse em investigar a inserção “político-social” da Medicina e da Sociologia, suas profundas repercussões, quanto a teorias e práticas, na cultura e nas instituições sociais, tema deste livro, surgiu de minha experiência em analisar as políticas de saúde e a medicina social na história contemporânea do Brasil.

Devo também tal interesse aos muitos alunos que orientei, nos últimos dez anos, em suas teses de mestrado, seja na área de medicina social, seja na de ciências sociais, que geralmente tematizam as relações entre as políticas públicas e as instituições sociais.

Aos poucos foi ficando claro para mim que certas concepções, teorias e categorias, mais que médicas ou sociais, são biossociais, e estão profundamente mescladas a políticas ou instituições sociais, fazendo parte de uma certa racionalidade científica: médica, sociológica, voltada para a normalização de sujeitos e para a constituição – ou reprodução – de certas relações sociais.

Pareceu-me, por outro lado, que subjacente a esta racionalidade, e exprimindo-a, estava a definição de certas categorias, tais como as de “natural”, “social”, “racional” e que esta definição suportava um “quadro de verdades conceituais”, equacionado quanto a: normalidade-patologia, equilíbrio-desvio, harmonia-perturbação, integridade-degenerescência etc. A partir desse “quadro de verdades”, as intervenções político-institucionais far-se-iam sempre no sentido de restabelecerem o “equilíbrio” (ou harmonia, ou normalidade, ou integridade etc.) rompido, restaurando uma situação de “ordem”.

O que me levou a pensar se as próprias definições de “natural”, “racional”, “social”, comuns às duas disciplinas, não apontariam para uma concepção básica bem específica de Natureza, Razão e Sociedade, concepção que suportaria filosófica e politicamente todo o quadro de categorias.

Assim, na busca da origem dessa possível concepção, por meio de levantamentos de fontes históricas e teóricas, fui sendo levada a constatar como que um núcleo de racionalidade, epistemológico e “filosófico” (no sentido de *Weltanschauung*) ao mesmo tempo, que se poderia denominar de “racionalidade científica moderna”.

As características dessa racionalidade, seus traços históricos constitutivos, assim como seu desenvolvimento ao longo dos últimos três séculos, através das categorias

básicas aqui citadas, foram os objetos de análise do livro. É o resumo desta análise, em parte histórica, em parte teórica, que constitui o presente texto, dividido em seis capítulos.

Por outro lado, paralelamente, levantamentos de fontes documentais, na área da Medicina e da Sociologia, estão sendo realizados, como material de análise para um segundo momento de investigação, que verificará, para o Brasil do final do século passado e do início deste século, em que medida certas categorias biossociais da medicina e da sociologia contribuíram – se contribuíram – para instaurar, na teoria, uma certa racionalidade científica e, na prática, uma certa ordem institucional. O trabalho se situa, assim, numa linha de comprovação de hipóteses em longo prazo.

É verdade que estas hipóteses supõem uma ligação fundamental entre as categorias (ou conceitos) de disciplinas científicas e a sociedade, hipóteses difíceis de se sustentarem tanto no plano epistemológico como – e talvez sobretudo – no plano político.

Pois mexer com a inserção social (e em última instância “política”) da ciência é mexer com um dos pressupostos básicos da racionalidade científica moderna: sua “neutralidade” em face da história, e sua “independência” em face das paixões do sujeito. Isso tem atraído para os pesquisadores da ordem científica a ira dos defensores desta racionalidade, e os epítetos de “niilismo”, “charlatanismo”, “irracionalismo”, “anarquismo” etc., para aqueles que ousam investigar o enraizamento político e social do conhecimento.

Não é fácil, para o investigador das ciências, este profissional da história da constituição dos conceitos, ser acusado de irracionalista ou niilista.

De fato, tudo o que ele procura, na sua teimosa e denodada busca, é aquela encruzilhada – ou aquele caminho trágico para a humanidade – em que verdade e paixão, razão e emoção, sentimentos e vontade, beleza e sentidos, se deram adeus.

Quem sabe ele pode ajudar a restaurar, se algum dia existiu, essa unidade que conferirá ao homem a felicidade de ser plenamente “humano”?

Os capítulos deste texto tratam, no entanto, da separação. Ou pelo menos de alguns episódios desta separação, num momento da história da humanidade. Esse longo momento que os historiadores chamam de Idade Moderna.

Madel T. Luz

CAPÍTULO 1

Objetivos, bases e orientações: racionalidade científica e história

Mais que conclusão, ponto de chegada, este trabalho é repartida, retomada de preocupações permanentes de sua autora, embora nem sempre expressas em textos. Preocupações que envolvem as relações entre as teorias e os conceitos sobre a sociedade moderna, a racionalidade científica em que se banham, e as raízes históricas (políticas, econômicas, culturais) em que mergulham teorias e conceitos, sob forma de representações e categorias sociais, raízes nem sempre reconhecidas, quando não sistematicamente ignoradas, silenciadas.¹

Neste sentido, este trabalho fala também do silêncio. Do silêncio da racionalidade das disciplinas científicas sobre essas origens políticas, econômicas, culturais. Toda uma opacidade material e imaginária de inserções sociais da razão que a luminosidade conceitual da ciência “passa a limpo”, quando refaz sua história epistemológica, ou a epistemologia de sua história, ou, mais simplesmente, o alinhamento histórico evolutivo de seus conceitos e teorias.

Certamente este silêncio sobre as origens não é exclusivo, talvez nem mesmo originário das disciplinas ou ciências humanas. O colocar-se simbólica e socialmente fora e acima dos interesses, às vezes obscuros, mas excessivamente densos para serem negados, da história das relações dos homens entre si, e destes com as coisas materiais, constitui-se em traço estrutural da racionalidade científica moderna como um todo. Impregna a totalidade de seus discursos especializados, isto é, das disciplinas científicas desde o seu alvorecer, com o Renascimento.²

Entretanto o “fazer abstração” das origens não se anuncia apenas na história decantada – no sentido químico e no sentido retórico – que as ciências costumam fazer de si mesmas, por intermédio de seus historiadores.

¹ Meu primeiro trabalho a tematizar essas relações foi a tese de mestrado em sociologia pela Universidade Católica de Lovaina, intitulada *Fondements idéologiques de la méthode structurelle-fonctionnelle* (Lovaina, 1969, 156 + XVIII pp., mimeo.). Tais relações voltaram a ser tematizadas no livro *Medicina e ordem política brasileira* (Rio de Janeiro: Graal, 1982), resultante de pesquisa “O Modelo Médico de Saúde Pública no Brasil”, desenvolvida no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj) entre 1979 e 1981, com financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

² Nesse trabalho não se está fazendo distinção entre disciplina (científica) e ciência. A análise, seguindo algumas das propostas de Foucault para o tratamento das ciências humanas, trata a ciência e as disciplinas científicas, as naturais em particular, como um tipo específico de discurso, com efeitos sociais também específicos.

Enuncia-se também, em negativo, mediante as teorias e os conceitos, que se apresentam como pura racionalidade, “núcleo duro” irreduzível de conhecimento, despojado de toda ganga bruta do social e do sensível. Ilusionismo da ciência? Ingenuidade epistemológica? A hipótese, aqui, leva um pouco mais longe. A sistematicidade da ignorância das raízes leva a pensar em desconhecimento, em bloqueio epistemológico próprio de uma certa racionalidade, que se constrói com certos objetivos sociais, embora não direcionados *a priori*, ou conscientemente dirigidos, “teleologicamente” calculados.

A razão científica moderna tem, evidentemente, uma trajetória histórica, assim como origem e bases sociais. Certamente se poderia afirmar, parafraseando Marx, que ela é “o espírito de uma época”, mas fazer ironia não basta. É preciso fazer a análise da trajetória, da origem e de certas bases sociais desta razão. Mais que isto, é preciso determinar que trecho, e em que situação, se pretende acompanhar a trajetória, no sentido de descobrir origens, esclarecer bases. Em outras palavras, é preciso esclarecer o que se quer analisar do objeto designado como “razão científica”, e em que período.

O que se pretende fazer aqui é, antes de tudo, uma análise sócio-histórica da racionalidade científica moderna, de seus efeitos políticos, de sua inserção e intervenção na vida social, “mediante o exame de algumas categorias estratégicas” comuns a duas disciplinas do social: a medicina e a sociologia, privilegiando-se a medicina na análise.

Esta análise está centrada num período considerado de gestação histórica e nascimento das duas disciplinas, abrangendo a segunda metade do século XVII ao século XIX, embora se considere que a racionalidade científica moderna tal como se entende neste trabalho antecede e sucede este período, cobrindo, em termos globais, quatro séculos.³

De fato, é a emergência de categorias, conceitos e teorias das disciplinas em questão, num contexto histórico específico, que determina a escolha da época mencionada, e não, simplesmente, o inverso. Desta perspectiva se pode dizer que a análise é “também” epistemológica no sentido em que examina continuidades e rupturas teóricas, conceituais. Mas a história do “avanço” da racionalidade científica “enquanto tal”, isto é, enquanto conteúdos de verdade, do surgimento e do enunciado de novos conceitos científicos, não é aqui privilegiada como objeto de estudo. O objeto da análise é principalmente a “historicidade” deste progresso, seu alcance social.

³ Distingue-se aqui “Racionalidade Moderna” como estrutura de racionalidade que se inicia com a Idade Moderna, de “Modernidade”, que cobre os dois últimos séculos e que, na perspectiva deste estudo, faz parte da racionalidade moderna como um todo.

Portanto, mais do que uma análise epistemológica ou arqueológica da ciência, trata-se de fazer um estudo crítico de duas disciplinas do social a partir de certas categorias básicas, tomando-se como referência para a abordagem uma perspectiva histórico-social.

A epistemologia estará, neste caso, servindo à história, à política, à antropologia, à sociologia, à psicanálise, enfim às Ciências Humanas, pois as relações privilegiadas na análise são históricas e sociais: são as relações das disciplinas científicas com a vida dos homens entre si e destes com as coisas, mais que as relações das ciências com suas teorias e conceitos, e destes com a “Verdade”.

Desse modo, a “veracidade” (ou falsidade) dos conceitos – e teorias das disciplinas em questão, Medicina e Sociologia – não constitui objeto de estudo deste trabalho.

Neste sentido, é preciso ter clareza sobre o que se está definindo como disciplina científica, em relação às “disciplinas do social”. A disciplina assinala um campo particular de afirmações do saber científico, um domínio de enunciados científicos num campo específico de “objetividades”, isto é, de construção de objetos de discurso.

A multiplicação de “disciplinas”, de objetividades discursivas especializadas, é uma das características mais importantes da racionalidade moderna. Desdobráveis praticamente ao infinito, as disciplinas podem tematizar, seja conjuntos de relações teóricas entre sistemas de proposições, seja a matéria desde sua mais ínfima partícula até o gigantesco astronômico, seja a totalidade dos seres vivos, vegetais, animais, humanos. E, entre os seres humanos, seja suas relações sociais, seja a privacidade cotidiana de seus afetos e hábitos individuais, seja a materialidade orgânica de seu corpo.

Por meio de “teorias explicativas”, as disciplinas propõem-se a expor, sob forma de proposições conceituais expressas como “enunciados de verdades”, a determinação recôndita que possa existir em toda realidade, do átomo à galáxia, em termos de “causalidade eficiente”, isto é, em termos de agente e conseqüente. Além disso, a explicação própria da ciência moderna deve prever os movimentos dos objetos que tematiza, sejam eles realidades materiais ou sociais (individuais, coletivas), ou entidades racionais. Mais do que isso, a teoria científica deve, se possível, “antecipar” tais movimentos, prevenindo-os, impedindo-os, suprimindo-os, conduzindo-os ou orientando-os, conforme o caso.

A racionalidade científica moderna não se caracteriza pelos ideais contemplativos de compreensão do Ser – e suas causas – da filosofia grega clássica.

A preocupação com “origem ou causalidade” do ser é estranha a esta racionalidade. Também a “suspensão” do pensamento pela coincidência com o movimento cósmico,

da filosofia oriental. O movimento típico do conhecimento científico moderno é “prático”, transformador de realidades. Conhecimento interventor e classificatório, é verdade, mas com um sentido “construtivista”, de construção de realidades. A razão moderna não apenas explica a realidade, “modela-a”. Para isto intervém nela, ordena-a. Põe ordem na realidade, uma ordem específica, com características próprias, identificáveis. Tais características fazem parte dos temas de estudo desenvolvidos no corpo deste trabalho. É preciso assinalar desde já, entretanto, que os efeitos da ordenação racional da realidade são de natureza política e social. Neste sentido, toda disciplina científica moderna é social, embora nem sempre tematize o social nos seus enunciados teóricos e conceitos.

Os efeitos sociais de ordenação, ou de constituição de realidades sociais pelas disciplinas, devem poder ser percebidos pela análise sócio-histórica, embora este estudo se limite a analisar categorias comuns apenas a duas disciplinas: a medicina e a sociologia.

O leitor estranhará, talvez, que se denomine a Medicina de “disciplina do social” – ou disciplina social –, quando tantos pesquisadores de áreas “básicas” do setor dito biomédico a consideram “disciplina da natureza” ou “natural”, ao passo que outros, ligados à pesquisa clínica, a consideram uma “ciência do homem”, e os médicos clínicos a veem como “arte de salvar vidas humanas” da doença e da morte. Aparentemente, nada há de social em nenhuma dessas posições. Pois, na verdade, o que têm os órgãos, os tecidos, as células, ou a anatomia humana de propriamente social? E não é desses elementos, ou de sua deterioração e decomposição, que se ocupa predominantemente a medicina, no conjunto de suas inúmeras especialidades?

Na verdade, a Medicina Social, única “especialidade” a tematizar as relações entre doença e sociedade, é ainda hoje um ingrediente estranho neste grande cadinho de discursos e tecnologias sobre os elementos do organismo humano que é o saber médico. Mas não é principalmente no sentido dos enunciados manifestos, “anunciados”, da medicina científica, que a situamos como disciplina do social. A “naturalização” do objeto que tematiza, por meio de conceitos e proposições biologizantes, impediria, sem uma prévia análise psicolinguística – ou sociolinguística – a descoberta dos significantes sociais que a medicina ordena em seu discurso – eludindo-os. É mais pelo “campo de objetivações” discursivas que a medicina pode ser situada no campo social. Em outras palavras, é pelos seus “objetos de discurso” que tematizam: os corpos humanos, decompostos em elementos constituintes; o funcionamento e a desagregação desses elementos; as relações dos seres humanos com estes corpos; as mentes humanas; os sentimentos humanos; a sexualidade humana; o sofrimento

humano; a morte humana. E também o comportamento e as atitudes humanas em relação aos aspectos citados. Todos esses aspectos do viver e do sofrer humanos têm sido historicamente campo de objetivações da medicina. Foi por meio deste campo de objetivações que a medicina moderna ordenou seus objetos de discurso no espaço teórico da razão científica.

O que se pretende dizer também aqui é que ela os ordenou teoricamente em termos de categorias específicas, tais como “doença e morte”, “normalidade e patologia”, “equilíbrio e desvio”, para mencionar apenas as mais importantes, que têm profunda inserção e repercussão sociais.

Desta forma, a razão médica moderna expõe, na ordem da racionalidade científica, objetos de discurso que são de fato “sociais”. Tematiza, portanto, o social. É “disciplina do social”, disciplinadora de relações que são quase sempre sociais.⁴ As relações dos indivíduos e dos grupos sociais com seu corpo, seu sofrer, seu adoecer, sua morte, e com o corpo, o sofrimento, o adoecimento e a morte dos outros são “relações sociais”. Da mesma forma que as representações simbólico-imaginárias que se acumulam sobre essas relações. Esta “naturalização” do seu objeto discursivo torna a medicina talvez a mais social das disciplinas modernas, no sentido em que ela “institui e normaliza estruturas” de relações sociais, a partir de enunciados “naturais” típicos do seu campo de objetivações. Neste sentido a medicina vem sendo, ao longo do último século e meio, uma disciplina mais social que a própria sociologia, que se atribui como objeto de enunciados as estruturas e as relações sociais. Apenas, o que a Sociologia vem tematizando em termos de macroestruturas, a Medicina tematiza em termos de microestruturas, ou seja, dos indivíduos. O efeito de regulação social, entretanto, seja do ponto de vista do coletivo dirigido aos indivíduos, seja dos indivíduos em relação à coletividade, é o mesmo. Neste aspecto, Medicina e Sociologia, mediante um conjunto de inter-relações filosóficas, políticas e conceituais, têm-se complementado historicamente de forma notável nos últimos cento e cinquenta anos.

A tentativa deste estudo, em relação a essa complementaridade, é estabelecer relações entre as duas disciplinas através da análise de um núcleo de “categorias e conceitos” comuns, estratégicos para ambas, categorias que emergem historicamente num mesmo campo de representações sociais e de formulações teóricas disciplinares, num período de tempo contíguo, senão contínuo.

⁴ Convém distinguir aqui, sem separar completamente, o conceito de “disciplina científica”, entendido como conjunto particular de enunciados de verdade produzidos na ordem da racionalidade científica, do conceito de “disciplina”, ligado ao de dispositivo disciplinar, elaborado por Foucault para caracterizar o estilo de poder que trabalha o “corpo dos homens”, no sentido de submetê-los à produção, na sociedade industrial e na ordem burguesa, dispositivo iniciado a partir do século XV. Neste caso, a disciplina científica é entendida como um tipo específico de “discurso”, com efeitos sociais que poderão ser “disciplinares”.

O período de análise das disciplinas inclui o século XVIII e a primeira metade do século XIX. É nesse período que se elaboram, na filosofia social, por um lado, na medicina, por outro, certas categorias e os conceitos fundamentais para a constituição teórica de Medicina científica e da Sociologia. Tais conceitos adquirirão pouco a pouco força de “norma”, de regulação de vários aspectos da vida social: da constituição de sujeitos individuais, a instituições e práticas sociais, expressos em enunciados científicos, que dão forma e materialidade ao longo de todo o período.

Por outro lado, uma série de políticas sociais, direta ou indiretamente ligadas ao Estado, “atualiza”, em conjunturas específicas, conteúdos de natureza política e social implicados nas categorias e conceitos da Medicina e da Sociologia, tornando possível a efetivação dos seus discursos disciplinares. Esses discursos institucionalizam-se desde a primeira metade do século XIX, tendo seu ápice institucional na primeira metade do século XX, atualizando-se nas escolas, nas creches, nos consultórios, nos hospitais, nos lares, nos quartéis, nas fábricas, enfim, numa rede de instituições que funcionam como instâncias reprodutoras dessas categorias e desses conceitos originários do discurso científico disciplinar.

A análise sócio-histórica deve poder ilustrar e exemplificar essa produtividade discursiva da medicina e da sociologia na sociedade, tanto no século XIX como no século presente.

O estudo deve esclarecer, por outro lado, se, e em que medida, a razão médica, vista neste trabalho também como ordem médica, combate e elimina da racionalidade médica categorias, conceitos e teorias divergentes e concorrentes, através de estratégias de produção de discursos e políticas sociais inibitórias da divergência.

Deste ponto de vista, nas estratégias discursivas da razão científica moderna pode haver não apenas “produção” de certas relações sociais a partir de realidades existentes, como “reprodução” de relações existentes. Há também combate, para “prevenção ou supressão” de outras, que poderiam ser instituídas, se medrassem, a partir de outras categorias e conceitos; a partir de “outros discursos”.

É interessante, portanto, definir desde já, ao menos em seu núcleo central, o conjunto de categorias e conceitos que serão analisados ao longo deste trabalho. Esclarecer, também, de que ponto de vista a análise será conduzida e com que finalidade, isto é, onde se quer aportar com a análise. Em outras palavras, estabelecer desde já o roteiro de viagem, demarcando um itinerário possível, apontando seu destino e nomeando os autores que serão convidados a acompanhar o trabalho, ajudando nas etapas mais difíceis a percorrer, na busca de um porto de chegada, ainda que se trate de um porto provisório e possivelmente desconhecido.

No que concerne às categorias e concepções a serem analisadas, destacam-se as de “racional”, “natural”, “social”, e “vida”, “saúde” e “doença”, tal como aparecem formulados no pensamento científico, social e médico, da segunda metade do século XVII ao século XIX; as de “normalidade” e “patologia”, “equilíbrio” e “desvio”, tal como se enunciam na medicina e na sociologia do século XIX.

Deve ser reafirmado que esses conceitos e categorias são, antes de tudo, um “núcleo” em função do qual outros conceitos e outras categorias são historicamente enunciados, como decorrência discursiva. É preciso também assinalar que a análise dos conceitos e categorias será feita preferencialmente em teorias enunciativas dos discursos científicos, médico e social. Do ponto de vista deste trabalho, os principais teóricos enunciativos dos conceitos e categorias tomados para análise são: Rousseau, Comte, Bichat e Claude Bernard, ao menos no período considerado crucial para a elaboração do discurso disciplinar da Medicina científica e da Sociologia. Eles serão analisados através dos autores que servem de base a este trabalho, ou diretamente em obras consideradas fundamentais. Isso não impedirá, entretanto, a referência obrigatória a outros teóricos da racionalidade científica “natural”, médica e social. Os autores que serão, com suas teorias e conceitos, examinados no decorrer do trabalho, exprimem a racionalidade científica moderna nos seus traços principais, nos campos disciplinares escolhidos para a análise, isto é, postulam a razão e o “método científico” como norma fundamental para obtenção do conhecimento ou, de modo mais geral, como o “modo de produção da verdade”, e não simplesmente como “um” modo de produção de verdades. De Descartes a Bachelard há uma linhagem continuada de defensores da razão científica como único critério de produção de verdades, e um longo trajeto da racionalidade moderna como produtora da verdade.

O fato de se estudar, localizadamente, algumas categorias comuns a duas disciplinas singulares não deve obscurecer a visão desta totalidade histórico-social que representa a racionalidade científica moderna como “modo de produção de verdades”, e o conjunto de efeitos produtivos que têm tido essas verdades ao longo dos quatro séculos de sua construção.

Aqui, a abordagem não deve ser confundida com a inversão da visão marxista do “papel da ideologia”: não se trata de verificar se as “ideias” podem transformar a realidade. Trata-se de examinar as relações de “continuidade” entre: a racionalidade científica e as práticas e instituições sociais; entre a ciência enquanto discurso e a política; entre saber e poder. Em outras palavras: trata-se de examinar alguns efeitos históricos de poder da ciência, por meio das categorias e dos conceitos científicos. Trata-se, portanto, de radicalizar a ideia que, na ordem burguesa, a ciência faz parte das “forças de produção”. Do ponto de vista deste estudo, a ciência é “força produtiva”

não apenas na base econômica, mas também na estrutura da reprodução das relações de poder, e na ideologia, mediante um processo contínuo de constituição de sujeitos, se se quiser empregar, ainda uma vez, a metáfora arquitetural da organização da sociedade.

O exame dessa “produtividade” será conduzido, metodologicamente, através da análise histórica de teorias e de conceitos, de sua origem e da mutação dos seus conteúdos no contexto social. Aqui, sim, se está falando mais de arqueologia – ou de genealogia – que de epistemologia histórica. Ou de “história de conceitos” científicos, na qual a busca extensa e aprofundada de ideias, noções, percepções, em textos clássicos, “originais”, seria a condição fundamental da análise.

Embora autores e livros de Sociologia e Medicina considerados centrais para o acompanhamento do trajeto das categorias estrategicamente definidas para exame não sejam apenas ilustrativos das hipóteses básicas do trabalho, devem ser vistos como “exemplares” em relação a elas, no duplo sentido do termo: o de serem elementos tomados numa certa disposição, por um lado, e o de serem expressão privilegiada das concepções que se deseja analisar, por outro lado. Esta aparente arbitrariedade é privilégio da atividade do estudioso: escolher matéria-prima (hipóteses), instrumentos (conceitos) e método de trabalho (abordagem) em função dos objetivos de um produto (teórico) que o pesquisador pensa que poderão esclarecer certas relações e articulações entre os discursos científicos e os contextos históricos em que são gerados.

Neste caso específico, as hipóteses de base referem-se, em primeiro lugar, às relações entre teorias, categorias e conceitos estratégicos de “duas disciplinas do social”, sua inserção histórica, e a produção de realidades sociais e relações institucionais como efeitos políticos dessas disciplinas, num período mais ou menos longo e denso da história moderna. Acentuam-se, neste sentido, muito mais as continuidades e acumulações teóricas do que as rupturas e inovações conceituais. Que serão, também, consideradas.

As hipóteses referem-se, em segundo lugar, às relações de mútuo suporte filosófico, político e conceituai entre as duas disciplinas analisadas, a medicina e a sociologia.

Finalmente, as hipóteses deste trabalho supõem a existência de uma rede de mediações e continuidades sociais entre a ciência moderna e o estabelecimento de uma certa ordem social racionalizada, através de instituições, discursos disciplinares e políticas sociais, algumas das quais já foram analisadas por Foucault ao longo de sua obra. Supõem (consequentemente) que a racionalidade científica tem alguns traços originários que poderiam ser chamados de “estruturais ou constitutivos”, embora esses traços sejam historicamente construídos. Neste sentido, embora não sejam

uma estrutura *a priori*, ou teleológica, são, ao menos em parte, uma *Weltanschauung*, constituída através de uma história de rupturas e continuidades, de momentos inaugurais e de cumulatividades. Supõem, enfim, que esses traços fundamentais possam ser percebidos pela análise sócio-histórica, e que certas categorias tomadas para análise como estratégicas podem exprimir satisfatoriamente as características principais desta racionalidade.

Evidentemente, não há aqui, nem pode haver, em face de limites de espaço, de objetivos e de maturação possível do trabalho no tempo restrito de sua elaboração, a pretensão de se fazer uma arqueologia (ou genealogia) da medicina, ou de qualquer das ciências – sobretudo depois da obra de Foucault, e em se tratando, além do mais, do período escolhido para análise.⁵

Tampouco se pretende fazer uma história epistemológica das ciências da vida, depois de análises como as de Canguilhem, Bachelard e François Jacob,⁶ para citar somente os autores consultados neste estudo e considerados os mais importantes sobre o assunto. Por outro lado, não se tem aqui a intenção de realizar um estudo estritamente sociológico (ou histórico, ou político), inscrito em especializados limites dos discursos das ciências sociais.

Não se trata, neste sentido, de uma pesquisa positiva, “empírica” das relações entre o conhecimento (sociológico, médico) e suas determinações sociais, realizado através de uma instância discursiva especializada das ciências sociais, como, por exemplo, a sociologia do conhecimento.⁷ A análise tenta, ao contrário, sintetizar abordagens de diversas áreas das ciências humanas: da história, da antropologia, da política, da psicanálise, através da contribuição de autores que tematizaram as relações entre saúde e doença, ou as representações sociais do corpo (populares, científicas), bem como as relações históricas entre a medicina, doença e ordem social.⁸ Tenta levar em conta, por

⁵ Cf. M. Foucault. *Les mots e les choses* (Paris: Gallimard, 1966); *Naissance de la clinique* (Paris: PUF, 1963), trad. brasileira, Forense-Universitária, Rio, 1977; *Histoire de la folie à l'Âge Classique* (Paris: Plon, 1961); *A verdade e as formas jurídicas* (Rio de Janeiro: PUC, 1978); *Surveiller et punir* (Paris: Gallimard 1975), trad. mexicana, Siglo Veintiuno, 1976; *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979 (col. org. e introd. de Roberto Machado); *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir* (Paris: Gallimard), trad. brasileira, Rio de Janeiro: Graal, 1977; *Histoire de sexualité III: le souci de soi* (Paris: Gallimard, 1984), trad. brasileira, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

⁶ Cf. G. Canguilhem, *O. Le normal et le pathologique* (Paris: PUF, 1966); trad. brasileira, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, 2.^a ed.; *Ideologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie* (Paris: Vrin, 1981, 2.^a ed.); F. Jacob. *La logique du vivant* (Paris: Gallimard, 1973), trad. brasileira, Rio de Janeiro: Graal, 1983; G. Bachelard. A Filosofia do não. In: *Bachelard*, Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978; O novo espírito científico. In: *Bachelard*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978; La formation de l'esprit scientifique (Paris: Vrin, 1937), trad. mexicana, Siglo Veintiuno, 1985, 3.^a ed.

⁷ Instância a partir da qual foi realizado o trabalho *Fondements idéologiques de la méthode structurelle-fonctionnelle*, cit.

⁸ Entre esses autores, devem ser destacados alguns que tiveram uma contribuição importante para o desenvolvimento das ideias que vieram a constituir o presente trabalho. L. Boltanski. *As classes sociais e o corpo*, trad. brasileira, Rio de Janeiro: Graal, 1979; *Prime educação e morale de classe*. Paris: Mouton/Cesc, 1969 (Cahiers du Cesc); J. Birman. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; R. Castel. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; J. Clavreul. *A ordem médica – poder e impotência do discurso médico*, trad. brasileira, São Paulo: Brasiliense, 1983; J. E. Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; R. Machado et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; G. Rosen. *Da polícia médica à medicina social*, trad. brasileira, Rio de Janeiro: Graal, 1980; J. Donzelot. *A polícia das famílias*, trad. brasileira, Rio de Janeiro: Graal, 1980; Philippe Ariès. *História social da criança e da família*, trad. brasileira, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 2.^a ed.

outro lado, as contribuições filosóficas e epistemológicas de Canguilhem e Bachelard (história epistemológica das ciências) e Foucault (arqueologia do saber e genealogia do poder), nos aspectos considerados semelhantes – ou opostos – às percepções e propostas do trabalho, em relação às rupturas e continuidades na construção da racionalidade científica.

Este estudo situa-se, portanto, nos limites do ensaio “teórico” e da pesquisa histórico-social, absorvendo, possivelmente, os limites de cada gênero sem ter, talvez, as qualidades de ambos. Na medida em que por um lado se apoia em autores consagrados e nas perspectivas que os embasam, e em que principia, por outro lado, uma linha de investigação que outros pesquisadores vêm conduzindo há mais tempo e com maior sistematicidade, expõe-se a nem ser uma síntese teórica nem uma exposição de dados pesquisados elaborados. No entanto, arbitrariedade de autor, entusiasmado com o trabalho que conduz, ousa fazer das contribuições dos autores o emprego que considera mais adequado aos seus objetivos. De mestres que inegavelmente são, os autores são transformados em instrumentos de trabalho, em convidados dessa travessia, na elaboração dos dados, na percepção das relações, na ordenação dos conceitos, no enunciado das proposições.

Mas talvez esta seja a melhor maneira de ser fiel ao pensamento desses autores convidados, na medida em que se fará viver sua obra, para além das palavras, no pensamento. Aqui é possível adotar as palavras do filósofo, a propósito do pensamento de Nietzsche, nos limites prudentes que a modéstia recomenda e a humildade impõe: “Quanto a mim, os autores de que gosto, eu os utilizo. O único sinal de reconhecimento que se pode ter com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse”.⁹

Se se conseguir esclarecer algumas relações históricas entre sociedade e conhecimento científico, particularmente no caso de categorias da Medicina e da Sociologia, os objetivos do trabalho terão sido alcançados.

⁹ M. Foucault. *Microfísica do poder*, cit., p. 143.

CAPÍTULO 2

A construção da racionalidade científica moderna

Origens, continuidades e descontinuidades

Embora o período que se estende da segunda metade do século XVIII à totalidade do século XIX seja prioritário para este estudo, é preciso salientar que o que se denomina aqui de racionalidade científica moderna é contemporânea, em sua fase avançada, do século XX, e se inicia no XVI.

Além disso, como processo histórico de decifração, explicação e transformação da realidade, principalmente do que se chama comumente de Natureza, esta racionalidade ainda hoje se constrói, desdobrando-se em numerosas especialidades científicas novas, e em tecnologias sempre mais complexas, por um lado, e mais avançadas, de “ponta”, por outro.

Em outras palavras: através dos quatro séculos que decorreram de Copérnico e dos cientistas engenheiros de sua época, aos tecnocratas da ciência de hoje, uma estrutura de explicação do mundo e do ser humano foi sendo moldada com certos traços característicos comuns. Estes traços, que serão vistos aqui como traços estruturais, constituem, se esta inadequada metáfora não for demasiado mecânica para o dinamismo que pretende transmitir, o “esqueleto” desta racionalidade. Um esqueleto que se vai formando com a história, nela se complexificando. Não está, portanto, constituído *a priori*, desde o “Cinquecento”, mas vai, ao contrário, sendo gestado ao longo dos séculos, conformando a modernidade, dela sendo semente e fruto. Estas imagens, tiradas do processo vital, não devem, entretanto, levar a uma visão organicista da história dessa racionalidade. Sobretudo na concepção de unidade harmônica, integrada e evolutiva da vida que caracteriza a biologia pré-darwinista e mesmo, em grande parte, a darwinista. Na verdade, a construção social da racionalidade moderna como razão científica inicia-se pelo conflito – como se verá mais adiante –, e nele se desenvolve. O conflito é mesmo uma das condições de seu avanço, de seu “progresso”, de suas “rupturas”.

De fato, o período compreendido pelos séculos XVI até o XVII, que “pensadores” e analistas sociais da ciência (políticos, historiadores, filósofos) chamam de período da “revolução científica”, se enraíza nessa grande época de ruptura de visão e organização

de mundo expressa no Renascimento, que se propaga desde o início do século XIV na Itália, com a literatura (Dante, Petrarca, Boccaccio), até o século XVI, nas artes plásticas, na música, nas ciências, na tecnologia, na cosmologia, na filosofia.¹

É importante sublinhar a ideia de “ruptura de visão – organização – de mundo”, para se apreender a globalidade do processo e sua inserção social: na profunda transformação das relações sociais feudais, com a conseqüente emergência de novas classes e grupos sociais trazendo ideologias e costumes próprios, conflitantes com os vigentes na sociedade medieval; na afirmação econômica e social do capital mercantil da época, disposto a “dar a volta ao mundo” para conquistá-lo, originando um mercado de circulação internacional; na ascensão e domínio político de uma burguesia comerciante e bancária, valorizadora das posses materiais e do dinheiro, diferentemente do patrimônio da terra e da tradição do sangue, típica dos senhores feudais; no estabelecimento paulatino do monarca secular como fundamento e cume da ordem social, por oposição ao poder religioso da Igreja como base do poder social.

É verdade que movimentos separatistas da Reforma – que devem ser distinguidos da Renascença enquanto movimento artístico e científico² – exprimem também, em termos de ideologia religiosa, essa divisão e esse deslocamento das bases do poder social que se verifica com o período renascentista. Por outro lado, entretanto, com o Renascimento, não se contestam apenas os limites daquilo que se pode pensar e em que se deve crer, mas também daquilo que se pode ser e do que se deve fazer. A estrutura hierárquica e hierática de todos os seres, cristalizada na teologia e nas instituições católicas medievais, é um impedimento objetivo não apenas ao pensamento, à criação, mas também à ação humana, ao seu impulso de transformação do meio, de invenção de máquinas e engenhos³ ou de costumes e relações sociais.

¹ Os historiadores, em geral, concordam em situar o berço do Renascimento na Itália, em Florença, a partir do século XIV, embora certos personagens do século XIII não necessariamente florentinos (Dante, Giotto, Francisco de Assis, por exemplo) sejam considerados renascentistas por seu estilo, na vida e na obra. Para uma discussão do período, cf.: J. D. Bernal. *La ciencia en la historia* (trad. mexicana). México: Nueva Imagem-Universidade Nacional Autónoma de México, 1979 (2.^a ed. esp.); N. Sevcenko. *O Renascimento*. São Paulo: Atual-Unicamp, 1985; E. Sichel. *O Renascimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 (2.^a ed.); A. Tenenti. *Florença no tempo dos Medici*. São Paulo: Perspectiva (trad. brasileira), 1985, 2.^a ed.

² Há uma distinção que vale a pena ser feita aqui, entre “Renascença” (do francês *renaissance*, renascimento) enquanto momento renovador artístico, literário, científico, centrado na Itália, tendo o século XV como auge, e “Renascimento”, como um período de transição de épocas (feudal-moderna), como movimento histórico de ruptura de relações sociais, como “era de revolução social”. Trata-se de um período mais longo que, partindo da Itália no século XIV, expande-se por toda a Europa. Aqui se trabalha com o conceito de Renascimento que com o de Renascença. A Reforma, neste sentido, é parte do Renascimento. Ver, a propósito dessa discussão, Tenenti, op. cit. pp. 135-136.

³ A invenção e a utilização social de “mecanismos” e “engenhos” é um processo que cresceu na Europa desde o século XII, juntamente com o ressurgimento das cidades, o avanço do comércio, e o intercâmbio com o “Oriente” (China, Índia, Islã). Assim, entre os séculos XII e XIV, desenvolveu-se o emprego de lentes; começou-se a utilizar a bússola para a navegação; começou o emprego do papel; fabricou-se o vidro colorido e a tinta a óleo; introduziu-se a pólvora, bem como os canhões de guerra; inventaram-se os mecanismos de relógios e de outros engenhos. No século XV, com a invenção da imprensa, acelerou-se a divulgação de ideias, no tocante a tempo e espaço sociais, e expande-se uma cultura da escrita do texto, do livro. Ver, a este respeito, M. Foucault. *Les mots et les choses*, cit. pp. 49-57.

O Renascimento é, ao mesmo tempo, época de modificação de costumes e de ideias, e uma série de momentos inaugurais na criação artística, filosófica, científica e tecnológica, que têm ressonância progressiva, a partir de centros urbanos de irradiação, para todo o mundo conhecido (o “Velho Mundo”). Tal ressonância produz uma série de mudanças profundas no comportamento político, econômico e cultural europeu, cujos efeitos de mutação se fizeram sentir até o século XVIII, apesar das reações político-religiosas de conservação, controle e repressão, tão bem ilustradas pelos tribunais da Inquisição, pela contrarreforma, por guerras e perseguições religiosas etc. presentes em todo o período, e descritas pelos historiadores.

É preciso não esquecer, por outro lado, a verdadeira “explosão de talentos”, para empregar uma expressão atual, que caracteriza a época, isto é, a presença de um grupo diversificado de artistas plásticos, literatos, cientistas, inventores e filósofos humanistas que, intérpretes pessoais privilegiados das forças de mudança em ascensão na sociedade, criaram novas formas de linguagem e novas teorias nas artes (gravura, pintura, arquitetura, desenho, poesia, conto, teatro, música), nas “ciências” (astronomia, matemática, física, anatomia, fisiologia), na “filosofia” (cosmologia, metodologia da ciência, filosofia social), na “moral” e na “política”.⁴

Emerge neste momento na história, em diversos campos da atividade social, a representação do indivíduo como força criativa independente, como sujeito de mudança, pessoal e social. Nada mais compreensível que linguagens e teorias, como práticas sociais, estivessem, em todos os domínios, fortemente impregnados de um antropocentrismo humanista.

O humanismo renascentista é um tema muito discutido por historiadores e cientistas sociais. O “classicismo” deste humanismo é um dos pontos centrais da discussão, pelo fato de poetas, filólogos, escritores, filósofos da época retomarem, fugindo aos codificados textos escolásticos, os originais ou as traduções comentadas dos gregos clássicos, sobretudo os de Platão, mediados por Plotino. Há de fato um neoplatonismo renascentista, por oposição ao aristotelismo de Santo Tomás, embora Aristóteles seja retomado na leitura naturalista de Averróis, comentador árabe.⁵

Mas não se trata, com o renascimento, de reproduzir o antropocentrismo filosófico clássico, de preocupação com o homem como “medida de todas as coisas, das que são enquanto são, e das que não são enquanto não são”, para retomar as palavras do

⁴ Apesar de o Renascimento ser lembrado mais como Renascença, isto é, como movimento de renovação de estilo e linguagem em artes e ciências, deve-se levar em conta a revolução de conteúdos de proposições na filosofia, na moral e na política, portadores de um humanismo racionalista de que as obras de Maquiavel e posteriormente Spinoza são testemunhas.

⁵ Ver J. D. Bernal. *La ciencia en la historia*, cit.; N. Sevcenko. *O Renascimento*, cit., p. 19.

sofista. Trata-se de mais do que isso. Mais do que da tematização do homem desligado do domínio dos deuses, trata-se da afirmação do homem “proprietário da natureza”.

O antropocentrismo renascentista é prático, conquistador, colonizador. Assinala uma cisão não apenas entre “ordem divina” e “ordem humana”, mas também entre “ordem humana” e “ordem natural”. Separam-se Deus, homem e natureza. O homem é o herdeiro legado da Idade Média, e deve entrar na posse desse reino. Prometeu libertou-se, afinal.

Esta atitude antropocêntrica ativa que caracteriza o Renascimento, humanista, de um lado, naturalista, de outro, é um primeiro rasgo da racionalidade moderna, um primeiro traço constitutivo discernível. Antropocentrismo que valoriza acima de tudo as iniciativas do “gênero” humano (individuais, coletivas) de conhecimento do “mundo natural”, com a finalidade de desvendá-lo, desbravá-lo, explorá-lo. Trata-se de extrair, com aplicação, diligência e presteza, os segredos deste mundo. É provável, neste sentido, que certas imagens e metáforas ainda hoje aplicadas à natureza tenham sua origem neste período, e correspondam a um conjunto de representações sociais sobre “mundo natural” e “Natureza”.

Há, no entanto, uma diversidade apreciável de imagens e metáforas, cujas origens sociais quanto a profissões, religiões, classes, para tomar apenas os pontos de referência mais importantes, que uma pesquisa sócio-histórica, cobrindo os séculos XV a XVII, poderia indicar. Entre essas imagens, ambivalentes, de positividade-negatividade, destacam-se as que poderiam ter o imaginário coletivo da época sobre a mulher (fêmea) como ponto de partida, como as de cofre, ou tesouro escondido; continente desconhecido ou inexplorado; mãe, ou mulher dadivosa; mulher misteriosa, velada ou virgem. O que supõe ser papel do “homem” de ciência, de invenção, de “descoberta”, “revelar”, “pôr a nu” todo esse oculto, por meio do conhecimento.⁶

É verdade, entretanto, que as imagens de perigosa, traiçoeira, imprevisível, obscura, também associadas à mulher-fêmea, estão presentes na qualificação da natureza “desconhecida”. Sobretudo na questão de mares e terras desconhecidas, mas também em relação a fenômenos ignorados sobre a matéria, ou a vida vegetal e animal.

Por outro lado, imagens ligadas ao sexo masculino, como as de poderio, vingança, majestade, potência, fortaleza, sabedoria, irredutibilidade, justiça, são também

⁶ F. Capra (*O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1986 (trad. portuguesa, do inglês) refere, como exemplo desse papel ativo, do conhecimento, na Idade Moderna, na página 52, um comentário a respeito das metáforas empregadas por Francis Bacon sobre a Natureza, que deveria ser, segundo ele, “acossada em seus descaminhos”, “obrigada a servir”, “escravizada”, “reduzida à obediência”, e o objetivo do cientista seria “extrair da natureza, mesmo sob tortura, todos os seus segredos”. Estas metáforas do cientista do século XVI não devem ser generalizadas, embora os mais importantes cientistas inventores do período renascentista, e do início do século XVII, usassem imagens e metáforas de submissão, domínio e escravização sobre a Natureza. Para análise das visões e imagens masculinas sobre mulher e natureza ao longo da história, ver S. Griffin. *Woman and Nature*. Nova York: Harper & Row, 1978.

associadas ao “Reino da Natureza”. Toda essa diversidade imagética aparece frequentemente na literatura e no teatro renascentistas.⁷

As imagens da Natureza como “engenho”, “máquina”, “autômato”, cujos mecanismos devem ser “expostos”, comuns a inventores e descobridores, aparecem no final do Renascimento e se expandem durante os séculos XVII e XVIII.

O que vale a pena sublinhar, em toda essa profusão, diversidade e ambivalência de imagens e metáforas aplicadas à Natureza, é sua representação de “alteridade” em face do humano, que o “reino natural” vai adquirindo, e o conseqüente caráter de “estranheza” e de objetivação da Natureza em face do “homem”.⁸

O vocábulo “Natureza”, português, espanhol ou italiano, é do século XIII, adjetivando “Natura”, do século XII, que significa “fonte”, tendo o sentido de “ser natural”, relativo à natura, como derivação tardia do verbo “nascer” em latim (*Nascor; nasceris, natus sum, nasci*). Tanto os vocábulos “Natureza” como “Natural” são próximos às ideias de fonte, nascimento e origem, e com estes sentidos difundem-se pela Europa durante o Renascimento.

Derivados como “naturalidade”, “naturalizar”, “naturalista” são criados e difundidos, no período de organização das “nacionalidades” (com a constituição das nações), e, desde o século XVI, têm múltiplos empregos nas ciências, no direito, na filosofia, na moral, nas artes.⁹

O termo “Natureza”, entretanto, é de difícil definição em abstrato, como “substantivo”.¹⁰ O termo inclui, modernamente, algumas ambigüidades. A primeira é a de designar algo que é externo ao homem, sendo, no entanto, o meio no qual ele se insere (sua “origem”); por outro lado, algo que é interno ao homem, alguma “dimensão” do homem.

Outra ambigüidade é a que se estabelece a partir das concepções naturistas do Renascimento, entre “Natureza” e “Matéria”, e que se cristalizam com o mecanicismo da época clássica, sobretudo no século XVIII.¹¹

⁷ A obra de Shakespeare, por exemplo, é plena de imagens e metáforas sobre a natureza, aparecendo nela a variedade e a ambivalência mencionadas.

⁸ É significativo que as obras “físicas”, isto é, relativas às disciplinas naturais de Aristóteles, sejam retomadas numa leitura naturalista, na medida em que este filósofo foi o grande objetivador da Natureza (através da botânica, da física etc.) no classicismo grego. Ver, a esse respeito, S. Moscovici. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion, 1977 (2.^a ed.), pp. 226-270.

⁹ Para uma pesquisa etimológica sobre a palavra “Natureza”, ver o vocábulo “Naturalismo” da *Enciclopédia Mirador Internacional*, da Encyclopaedia Britannica Editora, São Paulo-Rio de Janeiro, 1976, vol. 15, pp. 8.019-8.020.

¹⁰ Não consta como verbete na *Encyclopédia* em que se pesquisou sua origem. Está incluído no verbete “Naturalismo”.

¹¹ Cf. S. Moscovici. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*, cit., pp. 29-31.

É preciso perceber, na profusão de palavras criadas em torno da natureza, a partir de um certo movimento da história europeia, o surgimento de uma visão e de uma “situação” ambígua da humanidade em face do seu “meio de origem”, em face de sua “fonte”.

Por um lado, esse meio, que ainda em nossos dias se denomina, com certa nostalgia, “Natureza” (embora mais frequentemente como “meio ambiente”, ou “ecossistema”), é visto como o útero que gera o homem e todos os seres vivos, portanto como algo de que se é ou se foi parte. Por outro lado, a natureza é a fonte de onde se veio, de onde se nasceu. Neste sentido, a natureza é “origem”, mas em face dela a humanidade é “externalidade”, cordão umbilical rompido, independência.

O natural é um reino do qual o humano se diferencia e exterioriza. É assim, como “alteridade” em face do humano, que a Natureza é percebida a partir do Renascimento. Uma alteridade com a consistência de objeto, de coisa cognoscível e transformável.

Assim, “exterioridade”, “independência” e “objetividade” são praticamente sinônimos na moderna percepção da “Natureza”. A natureza da racionalidade científica será, progressivamente, na modernidade, o fruto de uma montagem epistemológica. Montagem que permitirá a ordenação não apenas do mundo “externo” ao humano, mas também do “interno”.

A existência “objetiva” e “independente” da natureza em face do mundo humano é, desta forma, condição epistemológica e ontológica para que o homem possa conhecê-la e moldá-la, para que coloque sobre o reino da natureza o selo de sua ordem. A ordem da Razão.

Vale acentuar, nesse sentido, a extensa e profunda dessacralização da “vida”, ou do “cosmo”, considerado como totalidade, abrangendo da origem dos astros à ordem dos elementos, da matéria aos seus compostos “elementais”, que progressivamente se desenvolverá na Idade Moderna. Dessacralização que nos séculos XVII e XVIII atingirá a vida “humana”, mediante a dissecação dos cadáveres, desdivinizando-se, assim, o corpo do homem, paulatinamente entregue à ordem da racionalidade médica.

A visão renascentista, partilhada por astrônomos e navegadores, alquimistas e inventores, poetas e filósofos, de que a ordem do mundo, que se acreditava fixa desde todo o sempre, não o é, como não o é a Terra, e que, como ela, “se move”, é base para a busca, ao mesmo tempo sistemática e apaixonada, da ordem “verdadeira”

da Natureza. Esta ordem está por ser (continuamente) “descoberta”. A busca supõe, portanto, a prática cotidiana da observação ou, mais exatamente, a “observação como prática sistemática da descoberta e da invenção”.

Em outras palavras, descobrir a ordem oculta da natureza não significa contemplar, para maior glória de Deus e iluminação do espírito humano, uma criação estabelecida para a eternidade. Significa, ao contrário, recriar continuamente, mediante a busca de evidências empíricas e de significados racionais que se encaixam uns nos outros, uma ordem de sentidos ou conjuntos de ordens de sentidos (significados), que se constroem como um quebra-cabeça.

A busca sistemática de “ordens de sentido” fundamenta-se, com a formação da racionalidade moderna, num novo modo de produzir verdades, baseado não apenas na operação lógica, no raciocínio que infere e deduz, mas também na inteligência como “capacidade de intuir”, não só na aplicação controlada e laboriosa dos sentidos que captam, e reproduzem dados e eventos, mas também na ação diligente que intervém e modifica situações problemáticas; não somente na apreensão e no enunciado de princípios explicativos, mas também na busca de soluções e resultados práticos. As grandes abstrações da razão moderna são fruto de múltiplas operações minuciosas sobre situações concretas colocadas, na maioria das vezes, por problemas da vida social: o comércio, a guerra, a navegação, a irrigação, a colheita, o decréscimo da população e a escassez da mão de obra, todos exigindo respostas imediatas e eficazes.

Da atitude de julgamento pragmático e crítica em relação ao saber constituído, e da construção artesanal de métodos na produção de novos saberes, nasce o “experimentalismo”, um dos traços constitutivos característicos do novo modo de produção de enunciados de verdades, o “método científico moderno”.¹²

Experimentalismo fundamentalmente “utilitário”, uma vez que estará voltado para a solução de problemas imediatos impostos pela realidade, sejam os colocados pela luta para garantir e estabilizar a produção agrícola, sejam os postos pelo domínio dos ventos e dos oceanos, para organizar o controle de mares e de portos, sejam os implicados pelas revoltas populares e pelas guerras entre Estados, que sacodem a Europa desde a baixa Idade Média, sejam, finalmente, os colocados pela necessidade de controlar as pestes e outras epidemias, inclusive as de doenças venéreas, que desde o século XIV são muito frequentes e, junto com as guerras e as fomes, constituem o flagelo das populações europeias.

¹² O experimentalismo, assumido como base da produção de novos conhecimentos, pode ser encontrado como traço constitutivo da ciência moderna desde o século XIII, com Roger Bacon e Pedro, o Peregrino, por exemplo, em que experimentação e utilização do conhecimento aparecem fortemente interligados. Cf. Bernal. *La ciência en la historia*, cit., pp. 323-329.

Experimentalismo que é, ao mesmo tempo, “exploratório”, uma vez que busca explicações novas para coisas e eventos já clarificados e explicados pela antiga ordem do saber, mas cuja explicação é julgada insuficiente ou errônea, e na medida em que propõe novas ordens de significados para esses eventos e dados, experimentando novos modelos de observação, construindo engenhos e autômatos, elaborando novas linguagens, das quais se firma como a mais importante a matemática, linguagens capazes de expor e explicar eventos, de fazê-los falar a “linguagem da razão”.

Experimentalismo que é também “interventor”, pois cria instrumentos de observação empírica, iniciando a era da tecnologia científica. Esta tecnologia da investigação ajudará a fazer da racionalidade moderna um modo específico de produção de verdades específicas: as disciplinas científicas. Este modo de produção das verdades específicas será um modo pelo qual as verdades serão reconhecidas e validadas pelo emprego do “método” de sua produção, que será cada vez mais baseado na observação controlada. Evidentemente não se deve confundir o “experimentalismo” renascentista com o “experimentalismo” contemporâneo, no qual o completo domínio dos meios de produção do conhecimento, por meio da tecnologia sofisticada do laboratório, está em grande parte assegurado. Mas o traço originário – constitutivo – de basear a validação das verdades no “método de sua produção”, está presente na modernidade desde o renascimento avançado.

Finalmente, o experimentalismo renascentista é um experimentalismo “desbravador”, uma vez que se constitui em estratégia de desvelamento de “coisas ocultas” na natureza. Sejam essas “coisas” de “ordem material” (terra, continentes, riquezas minerais etc.), sejam de “ordem intelectual” (leis, princípios e ordens de causas entre fenômenos naturais). Nesse contexto, o olhar contemplativo da religião medieval não é, de forma alguma, o instrumento epistemológico adequado para revelar os mistérios do grande reino da natureza. Ela fala da radiosidade de Deus que transmite sua luz à alma humana, bem como a toda a hierarquia da criação, num continuum e harmonioso que só o pecado pode quebrar, ao passo que a natureza de que fala a Renascença é “obscuridade”, está mergulhada na opacidade da matéria. Obscuridade e opacidade que só podem ser esclarecidas em seus mistérios, decifradas pela luminosidade da razão, luminosidade provada na prática da experiência e no exercício da lógica.

A natureza desdivinizada é dissociada ao mesmo tempo do sagrado e do humano, é posta na “objetividade”, uma objetividade “material”. Esta natureza material é coisificada: torna-se “objeto”, e a razão torna-se “sujeito” do conhecimento. A razão torna-se, assim, condição fundamental de apropriação do objeto pelo sujeito, de

sua “sujeição”. Mas trata-se de uma razão instrumentada pela observação repetida, repertoriada, tecnicada. Uma razão demiúrgica, construtora.

Com o Renascimento, pode-se dizer que se constitui o objeto “Natureza”, prioritário epistemológica e politicamente para a organização da história moderna. É do “Reino Natural” desvendado, explicado e explorado que o “homem” retirará riqueza e poder concentrados como até então não conseguira fazer, apesar de tentativas imemoriais. A natureza tornar-se-á realmente “força produtiva”, a serviço da história econômica.

Se a partir de então, e durante séculos, o “objeto” natureza pode ser socialmente imaginado como continente desconhecido, a razão pode ser imaginada como instrumento exploratório, desbravador deste continente, tendo sua base exploratória no solo da observação. Trata-se, assim, de uma razão que é por um lado “racionalista”, no sentido em que busca ordens lógicas de sentidos e organiza conjuntos de significados entre eventos, ou fatos ou coisas, e por outro, “realista”, uma vez que procura reafirmar repetidamente, por meio da observação sistemática, a existência independente desses eventos, fatos ou coisas, como fundamento para as ordens de sentido e significados enunciadas.

Durante a modernidade, esta razão oscilou na “filosofia natural” e na epistemologia, sempre dividida entre o postulado da razão como princípio único ou absoluto do conhecimento, e o da experiência empírica como critério único do estabelecimento das verdades relativas à natureza.

De Locke a Spinoza, de Hume a Kant, para citar exemplos polares, é sempre esta oscilação que estará presente, variando entre “racionalismo” e “empirismo”. Oscilação que alimentará não apenas a filosofia da ciência, mas as teorias científicas, e a própria prática científica como modo de produção de conhecimento.

E esta razão, que institui a Natureza como objetividade e como exterioridade ao homem, como materialidade a ser apreendida e explicada, que se constrói durante o renascimento científico, que se explicitará no século XVII como “revolução científica”. Esta razão cria também um conjunto de “dualidades” que a ciência assumirá no seu trajeto histórico, e que dará origem a uma série consecutiva de novas dualidades.

A dualidade mais importante, para este trabalho, é a que institui, em termos epistemológicos, a ruptura Natureza-homem, na medida em que ela cria, no mesmo movimento, um objeto privilegiado de intervenção da “razão”, e na medida em que atribui estatuto de realidade às dualidades matéria-espírito e objeto-sujeito.

As rupturas dualistas da racionalidade moderna (matéria-espírito; qualidade-quantidade; natureza-homem; objeto-sujeito; corpo-alma; sentidos-razão; organismo-mente; paixões-vontade) são dicotômicas, não admitindo terceiros princípios, ou sínteses.

Desta forma, os sistemas de produção de verdades específicas que se constroem sob o traço “dualista” desta racionalidade – as disciplinas científicas – tendem a reproduzir, nas suas teorias, “dualidades” e “dicotomias”, apesar da redução periódica de um polo da dicotomia a outro, estabelecendo-se provisoriamente um monismo epistemológico, teórico, ou metodológico nas ciências. Na Física, na Química, na Fisiologia, na Psicologia, na Medicina, vão ser encontrados exemplos dessas dualidades dicotômicas.

Certamente a época renascentista é irredutível à modernidade científica. Neste sentido, não se podem reduzir as representações sociais e as concepções de “Natureza”, “Homem”, “Razão” e “Sujeito” da época às da totalidade da racionalidade científica moderna. O sensualismo presente na plasticidade da pintura, da escultura, da arquitetura; a busca sistemática da beleza como fim da existência; a valorização do “homem” como portador de verdades universais e amigo da Verdade (“filósofo”),¹³ a afirmação da superioridade ética de costumes hedonistas, na literatura, no teatro, na música, impedem que se identifique a visão racionalizadora do mundo que se está estruturando nas ciências nascentes à totalidade da cultura renascentista. Parece, ao contrário, que a representação terrestre, corpórea, “rotunda”, de natureza e do indivíduo, dos sentidos e das paixões, representação positivamente valorizada na filosofia, nas artes, nos costumes, tenderá a ser paulatinamente confinada às artes nos séculos seguintes (XVII, XVIII), sendo contida pela filosofia natural, mecanicista, nas ciências, nos costumes, na ética e na política, com o avanço paulatino da “razão”. Razão depurada dos sentidos e dos sentimentos. Razão dessubjetivada.

A racionalidade moderna pode, assim, ser vista como tentativa de instaurar um panracionalismo, tanto na ordem do objeto (“Natureza”, “mundo”, “coisas”) como na ordem do sujeito (“homem”). Do ponto de vista do sujeito, entretanto, esta tentativa terá como efeito histórico a ruptura mais significativa da modernidade: a ruptura do próprio sujeito de conhecimento, seu estilhaçamento em compartimentos: razão, paixões, sentidos e vontade.

Ruptura que não é apenas epistemológica, mas social e psicológica, uma vez que institui instâncias socialmente exclusivas para o exercício de cada um desses compartimentos: a produção de verdades para a razão (ciência); as paixões para a política e para a moral (ética); os sentimentos e os sentidos para as artes (estética). Esta compartimentação terá o efeito de “negar” socialmente o sujeito humano e “neutralizá-lo” epistemologicamente, criando condições históricas para torná-lo,

¹³ Marca humanista do neoplatonismo renascentista nas artes, na filosofia e nos costumes, difundido e praticado pela elite social e cultural da época, elite oriunda de ricos mercadores enobrecidos por três séculos de comércio. Cf. E. Sichel. *O Renascimento*, cit., N. Sevcenko. *O Renascimento*, cit., A. Tenenti. *Florença na época dos Médici*, sobretudo pp. 57-63; J. D. Bernal. *La ciencia en la historia*, cit., pp. 369-371.

como a “Natureza”, “objeto de ciência”, isto é, para naturalizá-lo, torná-lo coisa passível de intervenção, de transformação, de modelação, de “produção”.

Não se pode dizer, no entanto, que esta compartimentação exista na época renascentista. Ali, o “homem” pode ser artista, matemático, engenheiro, político, filósofo e mundano ao mesmo tempo.¹⁴

A fragmentação do sujeito (“homem”) é um dos sinais do avanço da racionalidade científica sobre a sociedade moderna e só se afirmará historicamente no período em que os historiadores situam o final do desenvolvimento da primeira Revolução Científica moderna, coincidente, em grande parte, com a época denominada “Idade Clássica”.¹⁵ Ao final da época clássica, um movimento artístico e filosófico conhecido como “romantismo” tomará a bandeira do “homem” como “sujeito unitário”, portador de sentimentos, sentidos, paixões e inteligência, unidade irreduzível à razão. Nascia assim o “indivíduo” moderno.

Rupturas, descontinuidades e cumulatividades

O estatuto das descontinuidades não é fácil de se estabelecer para a história em geral. Menos ainda, sem dúvida, para a história do pensamento [...]. O que quer dizer, de um modo geral: não mais poder pensar um pensamento? E imaginar um pensamento novo?

— M. FOUCAULT. *Les mots et les choses*.

A arbitrariedade que pode estar presente no recortar-se a história em períodos “inaugurais” só é suplantada pela atitude oposta, a de se estabelecerem linhas de evolução e de descontinuidades segundo certos princípios, externos, talvez, ao processo histórico, definidos como referenciais, marcas de um caminho cujo itinerário foi estabelecido *a priori* pelo historiador, pelo pesquisador, pelo filósofo.

Para pensar-se mais audaciosamente em rupturas e continuidades é preciso revelar na análise, para além dos marcos e dos caminhos, os princípios de identificação, transformando-os, na medida do possível, de *a priori* metodológicos ou teóricos em elementos de reconhecimento da história.

¹⁴ É verdade que se tende a tomar essa época pelos grandes “protótipos” que a caracterizam: Rafael, Da Vinci, Copérnico, Paracelso, entre outros. Mas a tendência à síntese enciclopédica de atividades intelectuais e habilidades artísticas e artesanais é socialmente real. Ver Bernal, op. cit., pp. 371-381. Esta tendência deve ser distinguida, entretanto, do enciclopedismo iluminista do século XVIII, grande esforço ordenatório e classificatório de saberes disciplinares.

¹⁵ Foucault situa a “Idade Clássica” entre o século XVII (por volta da metade) e o final do século XVIII, distinguindo-a de “nossa modernidade”, que se inicia no século XIX, situando aí um momento de descontinuidade no nível da episteme, da organização dos saberes e seus princípios de articulação. Cf. *Les mots et les choses*, cit., pp. 13-16.

Se se define a racionalidade moderna como “racionalidade inaugural”, como forma típica de organizar a ordem do conhecimento e a ordem das coisas (da “Natureza”), é preciso colocá-la não apenas em face da forma de organização anterior, mas caracterizá-la em seus traços constitutivos, definindo as cumulatividades na sua construção.

O fato de situar no Renascimento uma época de descontinuidades e de momentos inaugurais, em face dos princípios epistêmicos da ordem social até então dominante (oriunda da Idade Média), não isenta, entretanto, da responsabilidade, de se esclarecer em que consiste a nova racionalidade, em que momentos da história pode ser globalmente localizada como um modo típico de organização de (novos) saberes e que ordenação do mundo em função desses (novos) saberes vai instaurar.¹⁶

Por outro lado, se a racionalidade moderna está presente no Renascimento, ao menos em alguns dos seus traços constitutivos, como se examinou atrás, que sentido tem aqui a palavra “Renascimento”, uma vez que se recuou a modernidade até o momento da ruptura com uma “episteme” que unia saber e mundo num contínuo unificado, hierarquizado e harmônico de significação e linguagem, como o da sociedade medieval? Seria a categoria de Renascimento, quando sinônimo de “momento privilegiado”, mera construção metafórica, como se o marco de um caminho, ou o passo inicial de uma caminhada, da qual já se conhece transcurso e ponto de chegada?

O Renascimento nada mais seria, então, que o umbral da modernidade, a passagem para a racionalidade, a travessia da treva para a luz. Visão iluminista do século XVIII, carregada de paixão pela razão, que não contribui para revelar nem os traços constitutivos da nova racionalidade, nem seus momentos de ruptura. Ruptura, descontinuidade, momento inaugural, são termos que não devem ser sinonimizados, neste trabalho, com “avanço” ou “progresso”, mas associados a: “quebra”, “novidade”, “reorganização”, “mudança”, “mutação”. Também a categoria de racionalidade não deve ser identificada à ideia de “compreensibilidade”, no sentido weberiano de “tornar-se progressivamente racional”, ou mais “inteligível”. Haveria neste caso uma valoração positiva da razão científica como princípio de ordenação universal, estranha às intenções deste estudo.

O Renascimento deve ser tratado, já foi dito anteriormente, como uma época de transformações sociais e de ruptura de visão-organização do mundo. Mas

¹⁶ Pode-se falar aqui de racionalidade, como conjunto de “princípios de organização dos saberes e de sua ordenação do mundo”, como “episteme”, sem com isso violentar o pensamento de Foucault. Apenas a abordagem dessa nova “episteme” não será a da arqueologia do saber, mas a de uma análise sócio-histórica. Análise de uma forma de saber específica, a “ciência”, no contexto da formação de uma certa “racionalidade”, a racionalidade moderna, conforme a definiu Weber em sua *Ética protestante e o espírito do capitalismo*.

também deve ser visto como fase de “sínteses” e “continuidades”. Neste sentido, se o Renascimento é modernidade, é também medievalidade, busca de harmonia, síntese de “razões”, de espírito religioso e sensualidade terrena. O rompimento com a teologia como cosmovisão e a busca de um humanismo racionalista como base para produção de novos saberes não devem ser confundidos com o anticlericalismo dos enciclopedistas do século XVIII, ou com o agnosticismo laico do século das luzes, muito mais carregados de racionalidade moderna.

A concepção renascentista supõe, no grande quebra-cabeça da natureza, uma ordem inteligente, e atrás deste quebra-cabeça se pode encontrar, nos inúmeros pedaços que o compõem, a Inteligência de Deus, de cuja imagem e semelhança participa a razão humana.

A racionalidade moderna, entretanto, tal como se entende aqui, deve ser vista como o avanço histórico de uma forma específica de racionalismo. Um racionalismo filosófico, é verdade, mas também social, que funciona como estrutura epistemológica de explicação e ordenação dos seres e do mundo, e como princípio moral das relações entre os homens e as coisas, e dos homens entre si.

Não se trata simplesmente da ideologia de uma formação histórico-social (do capitalismo, por exemplo), ou da “estrutura de conhecimento” da modernidade, ou ainda da “estrutura simbólica” da sociedade ocidental complexa. Na verdade, supõe esses três elementos, mas não se confunde com eles. Uma vez que se fala de um modo típico de “ordenação” do mundo que supõe o enunciado de certos princípios de articulação e um modo específico de produção de saberes, o conceito que mais se aproxima do que se quer exprimir é o de “episteme”. A episteme, no entanto, se refere a uma ordem “inconsciente” de organização de saberes, a princípios “não pensados”.

Neste sentido, deve ser conservada aqui a categoria de “racionalidade”, já que ela está mais próxima do conceito de “racionalidade científica” e de “ciência” como forma de conhecimento privilegiado na ordenação da história e da vida, em todas as suas manifestações. Neste sentido coincidem racionalidade e “racionalização” da vida, mas não se trata de interpretar a ciência apenas como uma forma de “compreensão” do mundo. Tendo elementos de uma *Weltanschauung*, a ciência moderna é mais que uma forma de “desvendamento” do mundo. Ela é, sobretudo, uma forma de “ordenação” do mundo. Trata-se, é verdade, “também” de decodificações de significados, mas “principalmente” de atribuição de ordens de sentidos, através da prática sistemática de um conjunto de operações, a serem seguidos na ordem lógica e na prática dos gestos, e que constituem o “método”, do qual alguns traços mais gerais foram descritos acima.

Em outras palavras: é um regime específico de produção de enunciados de verdade, no qual as regras da produção são mais importantes em última instância que sua “veracidade” enquanto tal.

É necessário mesmo que esses enunciados variem, se alterem, se desmintam uns aos outros sucessivamente, substituindo-se, superando-se, contrariamente à racionalidade medieval, na qual os conteúdos de verdades deveriam ser perenes.

Na racionalidade moderna apenas o caminho (método) a ser trilhado na construção das verdades deve ser perene. É sobre a observância das regras do método que esta racionalidade julgará, ao longo da história das ciências, se houve ou não “verdade” enunciada. Não pode haver verdades perenes para que elas não bloqueiem o “caminho” da produção de novas verdades, condição mesma do avanço da nova racionalidade, de sua reprodução permanente, de seu “progresso”.

A prioridade da “forma de produção” sobre o conteúdo – “verdadeiro” ou “falso” – das proposições define-se, assim, como um dos traços da racionalidade científica. Mas é sobretudo a “mutabilidade” das verdades que define a racionalidade moderna como racionalidade científica. Essa mutabilidade, garantida pelo exercício de método, possibilita que a racionalidade moderna se afirme como a única “produção permanente” de verdades, capaz de revolucionar-se periodicamente, no nível dos conteúdos de verdades, trazendo a impressão de um avanço constante da própria razão como tal, isto é, dela mesma enquanto “racionalidade”.

Esta, no entanto, permanece idêntica a si mesma nos seus princípios de ordenação da realidade, traduzidos pelo método.

Se o método é o instrumento perene de produção e ratificação – ou retificação – das verdades da racionalidade moderna, é preciso examinar em que medida ele está de fato “originando” a ciência, ou as “ciências”, e se de fato ele é puro instrumento, simples “forma” da produção do conhecimento, mera “categoria” da razão.

É provável que o método científico traga embutido nos seus princípios operatórios um conjunto de “verdades perenes”, isto é, de dogmas filosóficos implícitos da racionalidade moderna, que talvez valha a pena examinar posteriormente. Neste momento, entretanto, se prioriza uma análise mais sócio-histórica do que epistemológica, embora não se possa abandonar o problema filosófico da produção do conhecimento na modernidade.

Os séculos XVII e XVIII são louvados, na história da produção do conhecimento moderno, já se afirmou aqui, como “era de revolução científica”.

Aos descobrimentos náuticos e astronômicos, e aos inventos mecânicos do Renascimento, acrescentam-se as novas teorias filosóficas e científicas, e grandes

descobertas nas ciências, física, astronomia, mecânica, fisiologia, que consolidarão a racionalidade moderna como uma nova e revolucionária estrutura de produção de verdades sobre a natureza, verdades que podem e devem renovar-se, se acrescentando ou se negando umas às outras.

Os descobrimentos estavam voltados para a conquista e o domínio de terras e mares, e os inventos buscavam o controle das forças de produção e da guerra, como já se viu acima. De qualquer modo, o que estava sempre em causa era a “decifração” e a “apropriação” da “Natureza” como forma de acumular riqueza e poder. O conhecimento científico é o instrumento que permite ambas as operações.

A partir do século XVII, e durante a primeira metade do século XVIII, lograr-se-á, com o Mecanicismo, um “amálgama” de filosofia natural (cosmologia), método experimentalista e sistemas de enunciados e proposições sobre aspectos específicos do “objeto” natureza. É desse amálgama que se originam as disciplinas científicas modernas, assinalando uma ruptura epistêmica, mais profunda, de consequências mais significativas para a racionalidade moderna que o próprio Renascimento, na medida em que solidifica a “ciência” como forma socialmente privilegiada e institucionalmente legitimada de produção de verdades.¹⁷

É preferível falar neste momento em “amálgama”, a falar em síntese epistemológica entre cosmologia, experimentação e teorias disciplinares. Isto, apesar da existência da cosmovisão mecanicista e matematizante já no início do século XVII, cosmovisão subjacente às teorias do conjunto dos filósofos ou “cientistas naturais” da época.

Na verdade, os filósofos e cientistas mais importantes do século XVII, embora não fossem “enciclopédicos” como os do Renascimento, costumavam exercer, além da “filosofia natural”, a prática de mais de uma disciplina de eleição, além de procurar, por meio dos “experimentos”, confirmar suas hipóteses com eventuais descobertas e inventos técnicos. Kepler, Galileu, Bacon, Descartes, Newton, Leibniz, ilustram essa capacidade de acumular as habilidades de filósofo, cientista, engenheiro e inventor no período clássico da ciência moderna. Nem todos os homens de ciência da época tiveram essa “polivalência”, é claro, mas a tendência ao exercício de mais de uma disciplina científica, unida à prática da experimentação e da invenção, é comum no período, levando às inúmeras descobertas e invenções nos campos das mais diversas disciplinas, como a astronomia, as matemáticas, a ótica, a mecânica, a engenharia

¹⁷ Apesar de as atividades repressivas da Inquisição se estenderem durante o século XVII, a racionalidade científica logra impor-se, mediante a atividade corporativa dos inventores e cientistas, que se organizam em “Sociedades Científicas”, institucionalizando a ciência como prática acadêmica, e o cientista como um acadêmico, com o “patrocínio” de nações e de monarcas esclarecidos, que reformaram as universidades com orientação e espírito opostos aos das universidades medievais, e as atividades de pesquisa progressivamente se firmam. O patrocínio “oficial” é obtido com luta e persistência pelos novos filósofos e cientistas, à custa de seus inventos e experimentos, isto é, à custa de sua “produção”, muitas vezes autofinanciada, sem o mecenato característico do Renascimento. Cf. Bernal, op. cit., pp. 430-444.

hidráulica, a química, a física, a história natural, a filosofia e a medicina. Descobertas e invenções que têm como efeito a consolidação epistemológica e social das ciências, e sua institucionalização. As descobertas e as teorias supunham, em geral, essa cosmovisão racionalista e mecanicista, em que o mundo ou a natureza são metaforicamente representados como um conjunto de máquinas, engenhos funcionando com suas peças e mecanismos regulados, e cujas leis podem ser expostas, a partir das atividades da razão e da experiência, preferencialmente em linguagem matemática.¹⁸

Por outro lado, a ideia de síntese epistemológica suporia uma articulação elaborada racionalmente, sistemática e unitária entre saberes e seus princípios de organização, dificilmente verificada numa fase de dispersão disciplinar e diferenciação teórica em relação às ciências. A fragmentação de disciplinas, ou a criação de novas disciplinas, e a elaboração teórica diversificada, concernindo aos aspectos mais variados da “natureza”, não levam à constatação de uma síntese epistemológica mecanicista.

Entretanto, a “concepção” do cosmo como um mecanismo regulado, e da matéria como composto de propriedades ou qualidades primárias, apreensíveis pela intuição do intelecto, distinguíveis pela análise, exprimíveis em linguagem matemática, é elaborada por Descartes,¹⁹ mas já está presente em Galileu, e faz parte da ideologia científica da época, para retomar a expressão de Canguilhem.²⁰ Descartes dá forma de “conceitos” aos traços mecanicista, dualista e quantitativista da racionalidade moderna.

Este trabalho tem como uma de suas três hipóteses teóricas centrais a existência de uma certa “continuidade” epistemológica entre representações, categorias e conceitos. Segundo essa hipótese, teorias e conceitos dos cientistas e filósofos naturais da modernidade clássica sobre o “mundo” e a “matéria” baseiam-se em representações dessas categorias em termos de “engenho” ou “máquina”, cujo mecanismo de funcionamento pode ser “exposto”, “posto para fora” pela decomposição e análise teórica de suas peças elementares. Essas representações mergulham suas raízes em

¹⁸ Para um quadro geral das descobertas nas diversas disciplinas, ver Bernal, op. cit., pp. 407-428. Sobre “inventores” e “experimentos”, ver pp. 399-400. Ver também Moscoviç, op. cit., pp. 263-266, 270-276 e 176-177.

¹⁹ *O Discurso sobre o Método...* de Descartes é, talvez, a peça filosófica mais sistemática e refinada da racionalidade moderna. Descartes não é, certamente, o fundador desta racionalidade, ou o “inventor” do mecanicismo universal, que será celebrado nos *Principia* de Newton, mas é o grande intérprete do imaginário científico do período clássico. Imaginário que concebia as representações de “Mundo” e de “Natureza” como “materialidade”, “objetividade”, “exterioridade”, em face do humano, apreensíveis e explicáveis segundo a ordem da Razão. Se as imagens e metáforas variavam de “naturistas” (sendo praticamente assimiláveis a representações sociais sobre os sexos, particularmente o sexo feminino) a “mecanicistas”, a concepção de “alteridade” em face do homem e de Deus (em face da ordem humana e divina) é geral e constante. O *Discurso* sintetiza as concepções correntes “dualistas” (corpo-alma, matéria-espírito, natureza-homem, razão-fé etc.), “mecanicistas” e “quantitativas” dominantes na ciência do tempo de Descartes. Mais importante do que esta síntese, entretanto, é o método de “conduzir corretamente a razão e a busca da verdade nas ciências”, que Descartes lega à racionalidade moderna. Descartes fornece, decididamente, à razão moderna, um instrumento de luta que a fará socialmente vitoriosa nos séculos que se seguem: o método científico como a forma “correta” de produzir verdades.

²⁰ Cf. G. Canguilhem. *Idéologie et rationalité*, cit., pp. 34-45.

imaginário e representações sociais sobre a atividade de produção de maquinismos dos séculos anteriores. Já se chamou atenção neste capítulo para a existência de toda uma tecnologia de artefatos e autômatos que se desenvolvem a partir do século XII na Europa. Essa produção tem enorme importância para a vida econômica e social, na guerra e na paz, e impregna o imaginário social do Renascimento.²¹ O racionalismo mecanicista clássico elabora uma cosmovisão banhada neste imaginário. Foram as construções dos engenhos e automatismos pelos homens medievais que deram origem às imagens e metáforas mecânicas dos renascentistas, que, por sua vez, estão na origem das concepções filosóficas mecanicistas do século XVII e das teorias científicas dos séculos XVIII e parte do XIX.

Dessa forma, entre representações, concepções e teorias há mais um trabalho de “depuração” progressiva epistemológica que de ruptura epistemológica. É certo que o trabalho de depuração é teórico, operado com o auxílio da experiência (o que inclui necessariamente os sentidos), e encontra neste caminho “obstáculos” que não são apenas cognitivos, mas sociais, políticos, ideológicos. É um trabalho que, embora os epistemólogos da racionalidade moderna afirmem ser uma operação interna da razão, é também “histórico”, realizado num “tempo” social, decorrendo, às vezes, séculos entre as primeiras representações de uma noção e o “conceito científico” finalmente elaborado. A razão elabora seus conceitos na história, mas a “depuração epistemológica” do racionalismo moderno tem como ambição amputar da memória dos conceitos as imagens, as representações, as concepções, as ideologias; enfim, as “impurezas” originárias, do “núcleo duro” de produção do conhecimento da razão. Este se expressa na produção das teorias, e, sobretudo (como faculdade cognitiva pura), dos conceitos. Afirma-se, desta forma, com o racionalismo, um “dogma” filosófico importante da razão moderna, a partir de Descartes: o da “pureza” da razão²² como produtora de conhecimentos, garantida pelo método científico. Através do método “purificam-se” os conceitos de suas fontes imaginárias, fontes que neles se enraizaram

²¹ Exemplo da presença social desses “engenhos” é o “relógio”, inicialmente de parede, de mesa, depois de pulso, de bolso, que teve grande difusão nas cidades a partir do século XIV, colocando-se os grandes carrilhões nas praças, nas torres das igrejas. A generalização do uso do relógio na Renascença introduzirá uma mudança significativa na percepção social do tempo, até então regulado pelo ciclo das estações, pelo Sol, pela Lua, pelas estrelas. O tempo mecânico passa a influir nas representações do fluir da vida, criando um ponto de referência novo para as noções de passado e – sobretudo – de futuro, impondo um ritmo mecânico de passagem do tempo, dividido a partir de então em unidades mecânicas (as horas, os minutos).

²² “Pureza” aqui tem o sentido de “independência” em face da história, em face dos sentidos, em face das paixões. Esta independência ou pureza de origens seria garantida por operações internas cognitivas de funcionamento da razão, de que o método é expressão epistemológica. Todas as disciplinas científicas modernas desenvolvem-se sob o dogma implícito dessa independência, e os filósofos racionalistas das ciências o defenderão como condição mesma de sobrevivência da ciência, de Descartes até Bachelard. Só a razão é competente para elaborar e ratificar as verdades da ciência: só ela é tribunal para julgar-se. Só os cientistas podem ter acesso às análises dos conceitos da ciência, pois só eles operam com estes conceitos. O que não deixa de constituir uma ambição política antiga dos filósofos e produtores de verdades racionais (homens de ciência): a de subtrair da História, como processo social, o processo de produção do conhecimento. A alegoria do conhecimento “puro”, das formas puras, da República de Platão, não deixa de ser uma nostalgia dos racionalistas modernos.

historicamente.²³ As imagens e as representações sociais são os elementos originais que estão na base das teorias e dos conceitos científicos. Supõe-se no racionalismo que as teorias e os conceitos são o fruto da correta aplicação da razão ao objeto, ratificados (ou “retificados”) por “experiências” controladas, num circuito metódico de intuição (ou percepção) intelectual-dedução-observação, que funciona como um mecanismo perfeitamente regulado. Dessa forma, a razão moderna “imagina” a si mesma como imagina o mundo, isto é, como “máquina”, como engenho. E imagina o próprio mundo como o construiu, no sentido de ordená-lo: mecanicamente, através de máquinas. Imaginando o mundo mecanicamente, a razão mecanicista imagina também poder controlá-lo racionalmente. Para isto, entretanto, é necessário conceber a própria razão “mecanicamente”: composta a partir de “elementos” simples, irreduzíveis, que se combinam de acordo com um número limitado de regras, que obedecem a certas leis específicas de atração e repulsão, leis exprimíveis em linguagem formal, abstrata. Esses elementos simples, irreduzíveis, são, no racionalismo cartesiano, as “ideias”, e mais geralmente, os “conceitos” e o mecanismo que as combina, a própria razão, em última instância.

Resumindo em linguagem direta: subjacente à cosmovisão mecanicista, e aos modelos científicos mecânicos que se desenvolvem nos séculos XVII e XVIII, há um imaginário científico mergulhado em representações sociais baseadas nas atividades “engenhosas” de criação de máquinas e autômatos dos séculos anteriores. Desconhecendo essas bases materiais do pensamento, a razão moderna clássica se pensa construída à “imagem e semelhança” das máquinas que inventou, e concebe a natureza reproduzindo o mesmo modelo mecânico.

A questão sociológica fundamental é como esta cosmovisão ainda hoje está presente nas teorias e nos conceitos de diversas disciplinas científicas, e como se mostrou produtiva, em termos teóricos e conceituais durante vários séculos. Praticamente até o início do século XX.

Na verdade, a visão mecanicista do “Mundo”, a sinonímia da Natureza com a “matéria”, e a concepção da matéria como “composto” de elementos irreduzíveis, analiticamente dedutíveis e empiricamente comprováveis, ainda hoje dominam as

²³ Bachelard examina, na *Filosofia do não*, a coexistência, numa mesma noção (ou conceito), de diversas “camadas” de racionalidade, progredindo do “realismo” ao “hiper-racionalismo”. Estabelece uma “progressão” racional entre essas camadas, que não se fundem, mas permanecem justapostas na percepção “de um mesmo sujeito”. Na história das disciplinas, no entanto, existem cortes epistemológicos a cada momento perceptivo dos conceitos, em direção à maior racionalidade, isto é, à completa independência da razão científica em relação aos sentidos e ao imaginário. Entre a psicologia do espírito (racionalista) científico e a filosofia (epistemológica) do espírito científico há uma heterogeneidade – se não uma oposição – que é o fruto do estilo racionalista de pensamento. Na obra de Bachelard esse *parti pris* pela razão pura objetiva-se na noção de recorrência, que assinala o caráter normativo da “pureza” racional nos conceitos e nas disciplinas científicas. Cf. *A filosofia do não*, cit., cap. III. Também R. Machado. *Ciência e saber, a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, 1.ª parte, sobretudo pp. 45-54.

teorias das ciências naturais. A física, a química, a astronomia, a mecânica, a fisiologia, a biologia tiveram grande impulso teórico e prático durante mais de dois séculos, a partir dessas características de racionalidade. Da mesma forma que as matemáticas ou as “disciplinas aplicadas”, como a medicina, e a tecnologia.²⁴ Grande impulso diferenciador, especializador, mesmo, no nível das disciplinas. A visão universal mecanicista, que pode levar a uma certa repetição de modelos teóricos nas disciplinas, não deve ser vista, entretanto, como uma “Síntese epistêmica”, como a da teologia racional da Idade Média. Em primeiro lugar, não há uma unidade entre os “reinos”; ao contrário, há “dissociação”. Mais importante que esta dissociação originária, entretanto, é que a “Natureza” mesma, sinônimo de matéria, não é unitária. A matéria é “analísável”, no sentido da química, isto é, redutível a seus elementos simples, da mesma forma que os conhecimentos que sobre ela se produzem. Pulverização, portanto, dos discursos científicos, que corresponde à fragmentação do “objeto” (Natureza, Matéria) em seus elementos constitutivos. Desenvolvimento das disciplinas naturais tradicionais, desdobramento de novas. Tal é o movimento da racionalidade moderna da época clássica. Um movimento que afirma socialmente a razão como grande produtora das verdades, isto é, como “a produtora do conhecimento” sobre a natureza em seus inúmeros aspectos, em suas incontáveis peças. O grande quebra-cabeça cósmico tem agora seu ordenador: a ciência.

Atrás do ordenador, entretanto, está a ordem programadora: a razão. Mas o plano do quebra-cabeça, seu desenho completo, não está dado *a priori*, como no Renascimento, pela Razão divina.

Se no início da época clássica a Divina Razão ainda está na origem da ordem dos significados, não se conhece mais o plano divino, nem é tarefa para a ciência conhecer o projeto de Deus. Mais importante é, usando as próprias regras da razão, “redesenhá-lo”, armando aos poucos, com as peças de cada disciplina, setores fragmentários do grande desenho da Natureza, admitindo as colocações erradas, os recomeços, os avanços setoriais, as perplexidades e as incertezas sobre os próximos passos.

Para a racionalidade moderna, a partir do século XVIII, só há uma grande certeza, um dogma: o da ciência como caminho único para a obtenção da “verdade”. Portanto, para “o processo” de sua produção.

As outras formas de expressão humanas de significados (ou de verdades), como as artes, a política, a moral, a filosofia, a religião, serão “reordenadas” social e epistemologicamente pela razão científica. Elas têm como ponto de partida comum fontes impuras para a produção do conhecimento científico: a imaginação, os

²⁴ Cf. Bernal, op. cit., pp. 430-465.

sentimentos, os sentidos, as paixões, a especulação, a fé. Desde Descartes, nenhuma dessas fontes alimentará mais conscientemente a corrente da razão voltada para a ciência.

A razão purificada da racionalidade moderna clássica quer ainda, e mais que nunca, desvendar os segredos da natureza. Mas a “Natureza” da ciência não tem mais a forma redonda e sensual do Renascimento. A natureza é “matéria”, e esta é figura geométrica, extensão e movimento.

A natureza é átomo, corpúsculo, finitude “incomensurável” de elementos. Mas é também “abstração” matemática que pode ser expressa numa grande equação, pois é mensurável como macrocosmo. Tal é o desejo que anima as ciências naturais da fase clássica da racionalidade moderna: a de traduzir numa linguagem unificada (geométrica, físico-matemática) a extrema diversidade das peças que compõem o grande engenho natural. Para alcançar esse apaixonado ideal de abstração, sempre recuado no tempo, para satisfazer essa grande vontade de conhecimento, um único caminho: o método científico. Na racionalidade moderna só há síntese epistemológica na “linguagem” da razão, no “método científico”.

A história da racionalidade moderna pode ser vista também, para empregar terminologia psicanalítica, como a história de uma “paixão negada”. A paixão do conhecimento científico como única forma legítima de produção de verdades sobre a natureza. A paixão pela “natureza-objeto”, paixão que se revela na busca persistente do desvelamento e da apropriação, iniciada na idade moderna com o Renascimento, e que encontra sua plena eclosão nas ciências naturais modernas. Essa natureza-objeto de conhecimento é criatura da Razão moderna.

Ela é fundamental condição de classificação e intervenção, de ordenação e de subjugação da vida. Da vida “elemental”, atômica, primeiramente; em seguida, da vida vegetal e animal; finalmente da vida humana enquanto humana, isto é, naquilo em que é irreduzível à Natureza vista como “Matéria”.

Não é acidentalmente que Foucault mostra o surgimento do indivíduo humano, como objeto de saber e de intervenção das ciências humanas, no período que vai do final do século XVIII ao início do XIX.

Sem fazer arqueologia das ciências naturais,²⁵ tentou-se mostrar aqui como a racionalidade moderna se organizou em torno da conquista pelo conhecimento de um objeto construído que denominou “Natureza”, e que “controlou” progressivamente por meio de disciplinas científicas.

²⁵ Conforme já se mencionou acima, não é objetivo deste trabalho fazer arqueologia dos saberes, no que se denomina “racionalidade moderna”.

CAPÍTULO 3

Natureza e razão no tempo e no espaço mecânicos

A “matéria concebida como extensão”, qualidade substancial apreendida pela razão, situada no espaço e variando no “tempo”, ambos definidos como entidades absolutas, constitui de fato a “Natureza” das ciências físicas dos séculos XVII e XVIII.

A filosofia natural, progressivamente racionalista e matematizante desde Galileu, descarta as “qualidades secundárias” da matéria como fonte de conhecimento: as cores, os cheiros, os sabores, mesmo os sons, são qualidades apreensíveis pelos sentidos, portanto “subjektivantes”, fontes de ilusão e engano, de falta de “exatidão” para o conhecimento. Na racionalidade moderna, precisão é sinônimo de “exatidão” e cada vez mais de medida, “mensurabilidade”.¹

Por outro lado, as tentativas de “geometrizarm” as ciências naturais, nos séculos XV e XVIII, têm como efeito reordenar o próprio pensamento filosófico pela linguagem da físico-matemática, sobretudo em termos algébricos e de geometria cartesiana.²

Restava equacionar, nos termos desta linguagem, o problema do movimento. Na verdade, como apreender nestes termos o movimento “enquanto tal”, já que se reconhecia nele uma qualidade primária (substancial) da matéria? Como submeter o dinamismo (“força”) do movimento às leis de estática? É preciso lembrar que não é apenas a Terra, ou o conjunto dos planetas do sistema solar, que “se move”. São todos os seres da Natureza, do microscópico ao telescópico.

É esta descoberta empírica do Renascimento que se torna problemática para a razão ordenadora, analítica e matematizante do período clássico.

Foi necessário, em primeiro lugar, a partir de uma concepção mecânica do tempo, reduzi-lo a momentos sucessivos e ordenáveis, a posições atomizadas no espaço e

¹ Para Foucault, entretanto, o fundamental da “episteme” clássica “não é nem o sucesso nem o fracasso do mecanicismo, nem o direito ou a impossibilidade de matematizar a natureza, mas uma relação à *mathesis* que até o fim do século XVIII permanece inalterada” (*Les mots et les choses*, cit., p. 71). O principal para o filósofo, portanto, não é a questão da mensurabilidade ou do mecanicismo, mas a questão do estabelecimento da “ordem” (ordenação) entre as coisas. A *mathesis*, “entendida como ciência universal da medida e da ordem”, supõe o “discernimento”, a “composição”, a “diferença e a igualdade”, portanto a “análise”.

² Apesar de relativizar o papel do mecanicismo e da matemática na racionalidade moderna do período clássico, reduzindo-os a um período bastante restrito (segunda metade do século XVIII), Foucault reconhece que o mecanicismo “propôs o modelo teórico para certos domínios do saber como a medicina e a fisiologia. Houve também um esforço, bastante diverso em suas formas, de matematização do empírico: constante e contínuo para a astronomia e uma parte da física; foi esporádico para outros domínios; às vezes realmente tentado (como em Condorcet), às vezes proposto como ideal universal e horizonte da pesquisa (como em Condillac ou em Destutt), às vezes também recusado em sua possibilidade mesma (em Buffon, por exemplo)” – *Les mots et les choses*, p. 70.

numeráveis do segundo ao ano-luz, progressivamente mensuráveis por aparelhos de precisão crescente.

Para esta razão geometrizante, entretanto, a ambição maior era realizar uma operação reducionista semelhante à do tempo, em relação à propriedade mais fugidia da matéria, o “movimento”, analisando-o pela mesma linguagem matematizada aplicada à extensão, ao espaço e ao tempo.

Esta ambição é finalmente realizada pela “Mecânica”, ramo disciplinar de física, que encontra seu grande formulador em Newton, com os *Principios matemáticos da filosofia natural*.³

A partir da obra de Newton pode-se anunciar o movimento celeste – e o de todos os corpos – como um tipo específico de “mecanicismo natural”, cujas leis podem ser analisadas por disciplinas científicas específicas, e expressas em linguagem matemática, em função de sua localização no espaço e variação no tempo.⁴

O movimento torna-se, assim, ordenado pela razão, fruto do deslocamento de parâmetros geometrizáveis: espaço e tempo. Variáveis ainda físicas, “entidades”, é verdade, mas sobretudo variáveis “racionais”, categorias do conhecimento.

Reduz-se, assim, o movimento, à figura desenhável no espaço, ordenável no tempo, passível de equação matemática. Por outro lado, o tempo é numa certa regularidade, variando esta sucessão em função do ritmo da velocidade e da aceleração que atuam nesses eventos. Dessa forma, a variação do tempo é fruto de categorias específicas: velocidade e aceleração. O tempo e o movimento são assim, na razão mecânica, entidades estáticas compostas, redutíveis a elementos. A análise pode distinguir estes elementos, descrevê-los por meio da experiência, e a dedução sistemática pode ordená-los de acordo com leis e formulá-los através da matemática e da geometria.

O movimento, entretanto, além de “noção”, conceito exprimível em termos matemáticos, é também entidade física, qualidade da matéria. Na visão clássica, o movimento é movimento da “matéria”. Por seu lado, a matéria, que tem como

³ Obra publicada em 1687, sob o título latino *Philosophiæ naturalis principia mathematica* pela Royal Society, sendo Newton professor da Universidade de Cambridge. Entre suas primeiras formulações e descobertas, e a edição dos *Principia*, decorreram quase vinte anos.

⁴ Segundo Bernal, que resume as descobertas de Newton baseadas em sua obra (op. cit., pp. 455-469), a doutrina do mecanicismo universal teve grande influência no conjunto das disciplinas científicas da época, tornando-se a “bíblia da Ciência”, chegando mesmo seu sucesso, de acordo com este autor, a constituir-se no que se poderia chamar de “obstáculo epistemológico” para o desenvolvimento posterior das matemáticas, da astronomia, da física, enfim dos domínios de que Newton se ocupou: “Os próprios êxitos logrados por Newton trouxeram desvantagens correspondentes. Suas habilidades eram tão grandes, e seu sistema parecia tão perfeito, que positivamente desanimaram os cientistas de seguirem avançando durante o século seguinte ou pelo menos de se aprofundarem nos campos de que ele se ocupou; na Grã-Bretanha, essa restrição se manteve nas matemáticas até meados do século XIX. A influência de Newton perdurou muito mais que seu sistema, e o tom que deu à ciência como um todo serviu para que as severas limitações implicadas por seu sistema – que derivam principalmente de seus pressupostos teológicos – viessem a ser reconhecidas somente na época de Einstein, e mesmo assim, não totalmente” (Bernal, op. cit., p. 467).

propriedades fundamentais a extensão e o movimento, é também “coisa”, entidade física, irreduzível, portanto, às relações matemáticas. Resta apenas apreender esta irreduzibilidade na ordem da análise e equacioná-la na linguagem formalizada (físico-matemática).

Em outras palavras, é preciso definir, nas ciências físicas da época clássica, em que consiste a opacidade da “matéria” enquanto “coisa” que ocupa o espaço, irreduzível à pura forma geométrica.

Nem as matemáticas nem a astronomia poderão dar isoladamente esta definição. Só as disciplinas da “decomposição” elementar da Natureza poderão teorizar eficazmente a composição da matéria: a física e – posteriormente – a química. Eficazmente quer dizer aqui: ter coerência teórica com a “solidariedade nocional” da mecânica clássica.⁵ Ser capaz, portanto, de promover avanços na produção de verdades disciplinares (teorias e conceitos) a partir dessa “solidariedade”; ser capaz de produzir, a partir da enunciação dessas novas verdades, uma “ordenação” da Natureza de acordo com a racionalidade moderna em seu aspecto mecanicista.

Nessa perspectiva deste trabalho, apenas uma teoria corpuscular da matéria poderá ser eficaz nos três sentidos apontados. Uma concepção “continuista” do espaço, aliada à ideia da presença de uma matéria fluida preenchendo todo o universo, e uma visão até certo ponto qualitativa da relação entre espaço e matéria, como é a de Descartes,⁶ não tem a mesma homogeneidade teórica com a física que tem a concepção atomística. A física mecânica supõe a descontinuidade no espaço e no tempo, e traz implícita uma visão atomística da matéria: “A hipótese ‘corpuscular’ resultava, obviamente, apropriada à tendência matemático-mecânica da época”.⁷

A matéria é, portanto, “composta”, descontínua em seus elementos corpusculares (átomos), e esses elementos têm uma realidade física que é a “Massa”. A massa é a propriedade fundamental para medida dos “corpos” em equilíbrio ou em movimento.

Com base na mensuração precisa da massa, a física pode quantificar a matéria e seus movimentos do micro ao macrouniverso. A mecânica pode finalmente descobrir as “forças” atuando na Natureza, e contabilizá-las.⁸

⁵ “Solidariedade Nocional” é a expressão empregada por Bachelard para designar o avanço epistemológico da Mecânica Racional do fim do século XVII, em que há uma “utilização correlativa de noções”. Bachelard toma como exemplo a noção de “massa” (cf. *A filosofia do não*, op. cit., p. 16).

⁶ A doutrina do *Plenum*, de Descartes, e a redução da matéria à pura forma e extensão podem levar a uma física “continuista”, que se opõe à visão mecanicista tanto na Astronomia quanto na Física.

⁷ Cf. Bernal, op. cit., p. 445.

⁸ Para extensa explanação introdutória à “Mecânica” como disciplina da Física, ver o verbete “Mecânica” da *Enciclopédia Mirador Internacional*, cit., vol. 14, pp. 7.360-7.404. Ali estão as principais partes da mecânica clássica e quântica, sua história, seus conceitos e teorias, inclusive o de “força”, profusamente ilustrados e em parte formalizados matematicamente.

De fato, o mecanismo como “modelo teórico” tem uma proposta de “linguagem” (matemática, geométrica) para as disciplinas da Natureza (física, astronomia, química, fisiologia, biologia), que depois se estende às disciplinas do social. Além disso, tem uma proposta de “método” (empírico, analítico-dedutivo) para o conjunto das disciplinas científicas, em que se buscam as leis da Natureza, as causas e as formas de movimento, e das “forças” ou “potências” que o supõem. Pelo método do raciocínio dedutivo, aliado à experiência estabelecadora de ordens de sentidos aos fenômenos e às coisas, acaba-se por desvendar, pela derivação e pela inferência, os significados ocultos dessas ordens de sentido.

Entretanto, a principal proposta do mecanicismo que interessa a esse estudo é sua tarefa social de ordenação e exploração da “Natureza”, vista como um mecanismo que pode e deve ser exposto pelos filósofos naturais e pelos cientistas.

Esta busca de “leis de funcionamento” ratifica a racionalidade moderna e acrescenta à sua tendência ordenadora um traço específico ainda hoje atual.

O prefácio dos *Principia* de Newton é ilustrativo das três propostas básicas do “modelo” mecanicista:

Ofereço esta obra em forma de princípios matemáticos da filosofia porque a tarefa inteira da filosofia parece consistir nisto, partir dos fenômenos dos movimentos para investigar as forças da Natureza e então, partir dessas forças para demonstrar os outros fenômenos [...], desejo que o resto dos fenômenos da Natureza se possa derivar dos princípios mecânicos por raciocínio da mesma espécie, porque fui induzido por muitas razões a suspeitar que todos eles dependem de certas forças que fazem com que as partículas dos corpos, por algumas causas até agora desconhecidas, ou se atraem mutuamente, ou se unem em figuras regulares, ou bem se repelem e se afastam umas das outras. Como se desconhecem essas forças até agora os filósofos tentaram em vão explorar a Natureza; mas eu espero que os princípios aqui estabelecidos possam deitar alguma luz sobre um método mais verdadeiro para a filosofia.⁹

Certamente, o modelo filosófico dos *Principia* supõe o método como instrumento de exploração da natureza. Mas supõe também, no caso do mecanicismo, a “linguagem”

⁹ Citado por Bernal, op. cit., p. 461. Ver também o Prefácio dos *Principia* na coleção Os Pensadores (São Paulo: Abril Cultural, 1979), cuja tradução apresenta diferenças em relação à citada.

como expressão do método. De tal forma que na racionalidade científica tenderam a confundir-se, a partir do período clássico, método e linguagem nas ciências, sobretudo nas ciências da Natureza. Um quantitativismo crescente e uma tendência ao formalismo na linguagem impregnaram os métodos de investigação, fossem eles hipotético-dedutivistas ou empírico-indutivistas. Sobretudo no que concerne ao primeiro tipo, ficou praticamente impossível distinguir método de produção do conhecimento e formalização da linguagem. Nas disciplinas que empregaram precocemente o método experimental do tipo hipotético-dedutivo, como a física e a astronomia, a linguagem matematizante predominou desde o século XVII.

Este fato motivou a que se designassem as ciências “naturais” no período positivista pós-comtiano, de ciências “exatas” por oposição às ciências “humanas” (as disciplinas do social), que não podem operar facilmente com o método hipotético-dedutivo, ou com linguagem matematizante.

Com a dominância do modelo positivista nas ciências, desde a segunda metade do século XIX, o ideal das disciplinas do social tornou-se atingir a “exatidão” das disciplinas da Natureza, como uma estratégia de legitimação social em face da racionalidade científica moderna, e também uma crença nos métodos e leis naturais como aplicáveis às ciências humanas, na medida em que permitem maior “controle” do seu objeto.

Nesse quadro, a síntese método racionalista e linguagem quantitativista tornou-se o modelo epistemológico de todas as disciplinas, mesmo no período contemporâneo, até a primeira metade do século XX. Neste sentido desenvolveram-se, nas diversas instâncias de legitimação das ciências, nas academias, nas universidades e nos órgãos de difusão do saber, estratégias de exclusão da ordem da razão “científica” das ciências sociais, como “inexatas”, “imprecisas” ou “improváveis”. A polêmica sobre esta questão ainda hoje não se encerrou, apesar da legitimidade alcançada pelas ciências sociais no século XX.

Entretanto, não foram apenas as disciplinas do social, mas todos os “sistemas de expressão de verdades” (como a filosofia, as artes, as religiões, a ação política, as culturas ou sistemas de saber passados), irredutíveis a esse modelo, que foram epistemologicamente desqualificadas e socialmente tratados, desde o racionalismo clássico, como formas de expressão incapazes de produzir o verdadeiro conhecimento, isto é, o conhecimento científico.

Do ponto de vista deste estudo, tal “redução metodológica” é consequência histórica do domínio absoluto do “modo de produção de verdades” sobre seu conteúdo, e já se encontra potencialmente presente nos *Principia* de que se citou acima um trecho do prefácio.

O mecanicismo afirma e exprime, tanto como modelo teórico quanto como método de conhecimento e como linguagem, um traço fundamental “constitutivo” da racionalidade moderna.

Faz parte deste traço mecanicista supor a Natureza, do micro ao macrouniverso, como um conjunto de “compósitos” de elementos inter-relacionados, discerníveis pela “análise” e deriváveis racionalmente a partir de hipóteses. As causas das relações entre os elementos e os compósitos são também enunciáveis racionalmente.

O todo natural é pensado como *automaton*, mecanismo dotado de leis que a razão pode descobrir, se aplicar ao objeto o método adequado.

Dessa forma, no imaginário mecanicista, afirma-se que a Natureza tem “leis” (as leis naturais); que essas leis são semelhantes às de qualquer máquina, com suas peças e seu modo de funcionamento próprio, e que a razão está apta a descobrir tais “leis” por meio de um método adequado de “exploração”. Este método é experimental e quantitativo; sua linguagem mais adequada é a matemática.

É verdade que as metáforas mais mecanicistas da racionalidade moderna, como a de imaginar os seres orgânicos e inorgânicos em geral, e os seres humanos em particular, inclusive sua razão, como máquinas, já não são mais levadas a sério nas disciplinas avançadas, como na física, na química, na astronomia, e em certos ramos da biologia. Entretanto, a tendência metodológica a decompor o “objeto” em elementos, comparando, por uma operação analítica, esses elementos entre si, ordenando-os numa totalidade racionalmente montada e hierarquicamente recomposta, permanece dominante na maioria das disciplinas, sobretudo nos grandes ramos das ciências mais próximas da vida humana: a biologia e a medicina.

De qualquer modo, deve ser assinalado que para a quase totalidade das ciências naturais o mecanismo teve, e em certos casos, como na medicina, tem ainda um efeito “produtivo” de verdades – teorias, conceitos – e de tecnologias – invenção de instrumentos de pesquisa e de máquinas destinadas à produção bastante considerável.

Na astronomia e na física, por exemplo, para citar as mais importantes, com a teoria da mecânica celeste e a lei da gravitação universal, elaborou-se teoricamente o conceito de força, redefiniram-se epistemologicamente os conceitos de “movimento”, “tempo” e “espaço”, além de se criarem disciplinas como a mecânica, a estática e a dinâmica. Na Física, com a teoria corpuscular (atômica) da matéria, definiu-

se o conceito de “massa” como seu elemento físico fundamental, noção solidária às de “força”, “movimento”, “tempo”, “espaço”, “extensão”, entre outros. Com a formalização da linguagem da física pelas matemáticas, surge a disciplina físico-matemática.

Na astronomia, entre a afirmação do sistema solar como um sistema entre outros de planetas girando em torno de um sol, e a teoria de gravitação universal, há quase dois séculos de observações sistemáticas e deduções racionais sobre a trajetória dos corpos celestes no espaço. O que permitiu a elaboração de uma “mecânica celeste”, isto é, de um corpo de teorias sobre leis de movimento e funcionamento dos sistemas planetários e dos astros. Este conjunto de observações e deduções foi iniciado e conduzido por *virtuosi* da ciência e da tecnologia mecanicista como Tycho Brahe, Galileu, Newton e Kepler. Mais que sua eventual genialidade, tais *virtuosi* tinham algumas características comuns. Partilhavam, além do fato de serem filósofos naturais, engenheiros, inventores e artesãos, uma concepção quantitativista do mundo, que aos poucos foi sendo elaborada na teoria mecanicista.

Partilhavam, além disso, um método de produção do conhecimento que tendia para o experimentalismo, embora houvesse muito de “derivação racional” (dedutivismo) neste método. Partilhavam, ainda, a crença numa linguagem universal eficaz para exprimir o conhecimento produzido metodicamente (a matemática e a geometria). Finalmente, partilhavam a ideologia científica comum ao seu tempo de que a natureza tem leis, e se espera que o homem as desvende com o correto uso da razão. As palavras de Galileu e de Newton não deixam dúvidas quanto a este aspecto, mas todos os inventores, filósofos e cientistas do período clássico empregam expressões semelhantes. Há uma “Natureza” que pertence à Razão e que precisa ser descoberta por meio da enunciação de suas “leis”. A apropriação da Natureza, neste sentido, não apenas depende da razão, mas daqueles que são seus tradutores legítimos: os homens da ciência. As disciplinas naturais são os instrumentos indicados e eficazes para tornar real esta apropriação. No caso das ciências físicas, o mais importante, em termos dessa eficácia, são os três elementos de síntese epistemológica comuns a seus teóricos, filósofos e cientistas: o “modelo” explicativo (meanicista), o “método” (experimentalista e dedutivista) e a “linguagem” (matematizante).

Até hoje esta síntese não foi superada.

Ao contrário, esta síntese converteu-se em um dos traços básicos da racionalidade moderna, sendo um exemplo para a totalidade das disciplinas, ampliando-se posteriormente do campo racional da produção de verdades para outros domínios da ação e da criação humanas: para as técnicas (com a tecnologia), para o trabalho (com

a ergonomia, a administração do trabalho), para as artes (com a institucionalização das academias), para a moral e os costumes (com a ética e a política racionalista), e mesmo para certas instituições do período clássico (asilos psiquiátricos, prisão, escolas, hospitais), que adotaram como ideal ortopédico-social o modelo racionalista mecanicista.

No que concerne às ciências naturais como um todo, excluindo-se as modelares Física e Astronomia, outros campos disciplinares, como a Medicina, em diversos dos seus ramos, adotaram o modelo mecanicista, elaborando conceitos e teorias sob sua base metodológica e epistemológica.

Na Fisiologia, por exemplo, Harvey descreve a circulação do sangue, no início do século XVII, de acordo com explicações baseadas numa série de imagens mecânicas, como bombas, válvulas, canais, foles, extraídas do modelo de engenharia hidráulica da época. O sangue é visto circulando em canais (veias, artérias), num circuito fechado em que o coração funciona como uma bomba vital. Malpighi, por sua vez, em 1688, descreve a pequena circulação nos capilares sanguíneos, com o uso sistemático do microscópio, confirmando e generalizando a teoria de Harvey, e inaugurando a era da microanatomofisiologia.

Santorio (1561-1636) mediu durante anos, sistemática e experimentalmente, os eventos fisiológicos. Sua grande ambição foi equacioná-los de acordo com as leis mecânicas que “regem” os eventos inorgânicos (da matéria), tendo inventado, para ajudá-lo em suas observações, o termômetro clínico. Mais uma vez se confirma o misto de filósofos, cientistas, artesãos e inventores, que são os *virtuosi* da época clássica. *De statica medicina* (medicina estática) de 1614 resume as experiências de Santorio e sintetiza as ideias iatromecânicas do início do período clássico, de que foi o principal enunciador.

Um século depois, Lázaro Spallanzani (1729-1779) realizou, com animais, experiências sobre reprodução, circulação e respiração (animal e humana), apoiando as teorias da “Química Mecanicista” de Lavoisier, e contrariando as teses vitalistas da geração espontânea dos germes, por meio de experiências com líquidos aquecidos.

Morgagni, no mesmo período, utilizou sistematicamente a dissecação de cadáveres para suas investigações clínicas, estabelecendo as bases da anatomia patológica no século XVIII, que seria o ponto de partida da “anatomoclínica”, que Bichat formularia no final do período clássico moderno.

A medicina, e mais particularmente a fisiologia e a anatomia, tiveram também, como se pode ver nos poucos exemplos citados, seus *virtuosi* mecanicistas, às vezes anteriores aos da própria física. Estes *virtuosi*, com suas observações e descobertas,

estão na base de uma certa medicina racionalista e mecanicista ainda hoje vigente e dominante. Alguns dos conceitos e concepções teóricas desta medicina serão analisados neste trabalho, uma vez que constituem o núcleo central deste estudo.

O sentido dos exemplos citados aqui foi apenas o de se ilustrar como o mecanicismo constituiu, até o final do século XVIII, para todas as ciências naturais, não apenas uma “ideologia científica”, mas um programa teórico, metodológico e de linguagem, “produtivo” em termos de conceitos e teorias, além de “inventivo” em termos de tecnologia. O que significa que as descobertas das ciências tinham um efeito prático de mudança qualitativa na vida social e econômica, como talvez não tivessem tido antes na história da humanidade. É verdade que algumas disciplinas, como a Química e a Biologia, somente no final do período clássico chegaram a “acertar o passo” com o programa científico de mecanização da natureza. Mas isso se deve ao fato de que suas categorias e concepções da matéria e dos seres vivos estavam ainda pautadas por uma visão “qualitativa” e “continuista” da matéria e da vida.

Concepções e categorias impregnadas de uma visão alquímica ainda importante no Renascimento. Visão de uma “solidariedade” químico-física entre os elementos fundamentais de todos os seres orgânicos e inanimados: de uma unidade “entre o que está em cima” (cosmo celeste) com “o que está em baixo” (mundo terrestre); de uma busca, pela experiência empírica, da fusão ou transmutação dos “elementos-qualidades” da matéria; finalmente, de uma visão atrativa dos seres vivos entre si, através de uma espécie de magnetismo universal (“magia”) que impregna a Natureza numa totalidade cúmplice.

Somente rompendo com esta concepção sensorial, qualitativa, unitária, dos elementos da Natureza, a química e a biologia poderiam instituir-se como disciplinas científicas e participar da racionalidade moderna.

Deve ser ressaltado, neste instante, que a finalidade deste estudo não é, como se disse desde sua introdução, fazer uma cronologia evolutiva de teorias e conceitos científicos, do “progresso” que representam em face de noções “pré-científicas”. Nada mais estranho à postura epistemológica aqui adotada que a história heroica da razão, narrada geralmente pelos autores que se ocupam de fazer a história das ciências, mesmo quando fazem história social deste tipo de conhecimento.¹⁰

A postura adotada por este trabalho toma como dado epistemológico imediato a imersão da racionalidade científica moderna em sua história social, desde sua constituição. Como o velho, que não sendo mais criança, é ainda a lembrança do

¹⁰ É o caso, por exemplo, de Bernal (*La ciência en la historia*), tantas vezes citado neste trabalho. Apesar de situar o conhecimento científico historicamente, em suas relações com a economia, com a política, com as instituições, o autor não deixa de ter a mesma visão otimista de progresso da razão que têm os cientistas que fazem a história de sua ciência.

menino que traz em si, a racionalidade científica moderna se vê como “história de maturidade” e olha, enternecida, a sua origem. Acompanha, às vezes com nostalgia, os combates que conduziu no seu processo de avanço, e as estratégias de sobrevivência que desenvolveu, com sucesso crescente, aliás.

O romantismo épico da história da razão só tem interesse para este trabalho na medida em que pode ser um elemento de identificação da estrutura da própria racionalidade moderna. Em outras palavras, à medida que aponta para sua inserção política e social, para seus interesses, para suas “paixões”.

Dessa forma, a ruptura de concepção da Natureza, que o período clássico inaugura em face da visão renascentista, ruptura que assinala a objetivação da natureza como sinônimo de matéria e ordem natural, explorável pelas disciplinas científicas, não deve ser identificada aqui como “evolução”, “melhoria”, “progresso”. É mais fiel à postura do trabalho permanecer nos termos de “ruptura” (quebra ou descontinuidade), de “inauguração” (mutação) de racionalidade.

Inauguração de uma racionalidade nova, específica, produtiva de verdades, organizadora de disciplinas voltadas mais para o “como” se passam as coisas do que para o “por que” se passam, voltadas para a conquista e para o controle do mundo. Primeiramente do mundo ambiente, externo ao homem. Em seguida, do próprio mundo humano, isto é, dos “reinos” social e, por último, individual. Toda uma colonização racional dos mundos circundantes ao sujeito, natural e social, é conduzida pelas disciplinas científicas modernas.

Dessa forma, a Natureza enquanto objeto criado pela ciência, terá no século XVIII a própria imagem da Razão. Esta imagem, refletida no espelho das ciências naturais, terá o rosto mecânico de um relógio de que é preciso conhecer o mecanismo: as inter-relações entre as peças, as forças que as impelem a manterem-se em movimento (ou a se tornarem estáticas), a manipulação da corda, o soar das horas, o tique-taque sucessivo dos instantes. Nisto consiste o naturalismo da racionalidade científica clássica.

É tão poderoso este imaginário racional clássico do cosmo como um grande mecanismo que em seguida se deslocará para o microscópico reino do indivíduo humano, dando passagem, através do pensamento filosófico social, para o cortejo das “disciplinas do humano”, e, entre elas, as que constituem o centro desta reflexão, a Medicina e a Sociologia.

As comparações, imagens, analogia, e metáforas existem desde o século XVII, mas encontrarão no pensamento social do século XVIII um momento de formulação mais elaborada teoricamente, em termos conceituais. Fabricando um mundo cada vez

mais maquinizado, o homem imagina, em primeiro lugar, a Natureza como máquina, em seguida a si próprio como uma pequena máquina dentro da grande usina do universo: “Da mesma forma que o macrocosmo é um *automaton*, o microcosmo (o homem) é uma espécie de máquina que se desloca sozinha, que realiza seus diferentes movimentos por meio de certas molas e certas rodas”.¹¹

É deste imaginário que nasceram as grandes “verdades” das disciplinas científicas, seus conceitos, suas teorias, suas descobertas. É também sobre esta visão, que se mostra tão produtiva como saber, que produz não apenas “símbolos”, como conceitos e teorias, mas materialidades, como instrumentos e máquinas, que se constrói o prestígio social e o poder da racionalidade moderna. Poder de modelamento do mundo. Assim se construirá também um sujeito humano razoável, que partilha com o todo social, como peça elementar deste todo, um conjunto de valores comuns, valores conformes à Razão. Sociedade e razão fundem-se no pacto que se denominará “contrato social”.

¹¹ T. Powell. *Human industry or a history of most manual arts*. Londres: Henry Herringman, 1661, p. 25, citado por S. Moscovici, op. cit., p. 95. Moscovici, analisando a mecanização de Mundo através do processo de reorganização do “perceber” humano em função das mudanças orgânicas implicadas nesse processo, comenta: “Antes de se tornar elemento de máquina, na indústria ou no universo, o homem é ele próprio visto como um mecanismo” – Moscovici, p. 95.

CAPÍTULO 4

A racionalização da sociedade no período clássico da idade moderna

Razão e sociedade em tempos barrocos: a disciplina das paixões e dos sentidos

Seria ingênuo supor que a racionalidade que se designa neste trabalho “racionalidade científica moderna” possa ter varrido o mundo, a partir do Renascimento, como um grande ciclone filosófico, derrubando ideias, crenças, saberes, arrastando ideologias secularmente incrustadas em classes e grupos sociais, instalando-se na época clássica, como um grande monólito epistêmico, um ciclope aterrorizante da Razão.

Seria mecânico e idealista, por outro lado, aceitar, mesmo em nível hipotético, que tal racionalidade “produziu” ou “determinou” a forma atual das relações sociais na sociedade moderna capitalista, e que as disciplinas científicas puderam instaurar relações sociais pela “força da lógica”. Imaginar, também, a mecânica determinação contrária, que as relações sociais “determinaram” a forma e o conteúdo das disciplinas, seria cair no mesmo idealismo. Como já se ironizou no início deste trabalho, não é do “poder das ideias” que se está tratando, mas da inserção social de sua história epistemológica. Sobretudo de um tipo especial de “ideias”: a ciência.

As disciplinas científicas, e mais geralmente a racionalidade que as supõe, são, como já se afirmou aqui, mais que filosofia ou ideário racionalista, uma forma de apreensão-ordenação do mundo. Realizam, de certa forma, com dois séculos de antecedência, o vaticínio-aspiração de Marx de que a filosofia “deixe de ser uma forma de contemplação para tornar-se uma forma de transformação do mundo”. Fazem parte, efetivamente, das relações sociais modernas como um dos seus aspectos mais importantes, aquele que classifica, nomeia, estabelece ordens legítimas de sentidos entre as coisas, entre os homens entre si e destes com o mundo. São, portanto, elementos constitutivos desta ordem econômica, política e social que Marx chamou de sociedade burguesa moderna, ordem ainda hoje não superada nem em termos de modo de produção de bens materiais, nem em termos do processo de produção de verdades.

A ciência continua sendo o modo de produção de verdades socialmente dominante, a teologia de nossa época. Não é menos verdadeiro, entretanto, que a razão científica operou uma objetivação do que se chama “mundo natural”, dissociando-o do “mundo sobrenatural”, por um lado, e do “mundo humano”, por outro lado.

Se o “reino sobrenatural” (da religião, da metafísica) foi sendo cada vez mais abandonado pela ciência como improdutivo para o conhecimento, o mesmo não se pode dizer do “reino humano”, o mundo das relações sociais e dos indivíduos.

As relações sociais e os costumes, os hábitos dos indivíduos, das gerações e dos sexos, seus interesses, sentimentos e paixões parecem ter, na modernidade, interesse crescente para a racionalidade científica. Sob esse interesse, entretanto, há uma suposição filosófica, a de que as “leis da razão” são universais, aplicáveis tanto ao mundo natural (à matéria) como ao mundo humano.

Dessa forma, o processo de racionalização social que se desenvolveu a partir do século XVII na Europa, mas sobretudo nos séculos XVIII e XIX, tem traços constitutivos semelhantes aos da racionalidade científica natural, considerando-se esta suposição filosófica da unidade teórica-natural social, através da universalidade das leis da Razão.

O processo de racionalização científica do social se expressará por meio da produção de teorias e de categorias sociais, mas também por meio de filosofias políticas, de instituições e – finalmente – de disciplinas sociais.

Entretanto, se a filosofia natural pôde desenvolver-se desde o Renascimento – apesar dos conflitos ideológicos que seu avanço provocou –, e se afirmar institucionalmente no “grande século”, a filosofia política racionalista só se estruturará verdadeiramente e a racionalização científica do social só poderá considerar-se triunfante no final do século XIX. Pois foi também no rastro dos avanços da filosofia natural, e como ampliação das disciplinas físicas, que as disciplinas sociais lograram legitimar-se historicamente.

É verdade que a racionalização do social não envolveu apenas a organização das ciências humanas, com a elaboração de teorias e de conceitos, e a produção de tecnologias ou de instrumentos de pesquisa, como no caso da racionalização do mundo natural. Envolveu mais ainda: a criação de instituições, e a organização de políticas e práticas sociais de objetivação do humano inéditas na história da humanidade. Este lento processo de institucionalização do objeto sociedade e de elaboração do “homem” (indivíduo) como objeto de conhecimento tomará, na sociedade moderna, ao menos três séculos; aliás, ainda hoje perdura. A lentidão da mudança da história supõe a diversidade na realidade social: a pluralidade de interesses, de ideologias, de relações de classes e de formas de exercício do poder social. Supõe também a coexistência de

sistemas de pensamentos diversos, de visões do mundo, de hábitos sociais, de costumes e de formas de exprimi-los possivelmente conflituosos, sobrevivendo juntos ao longo dos séculos.

Apesar de tratar-se de uma mesma formação social, isto é, do capitalismo, e de sua história na sociedade ocidental, o período pré-industrial, aqui privilegiado, supõe uma “multiplicidade” de práticas e de relações sociais – e de visões sobre essas práticas e relações – que é necessário sublinhar para não empobrecer a realidade.

Supor que um racionalismo social de tipo rousseauiano fosse a lei do comportamento social no século XVII, ou mesmo na primeira metade do século XVIII, seria ser infiel a essa complexidade.

Historiadores de instituições sociais, mentalidades e racionalidades, como Moscovici, Donzelot e Ariès, citados neste trabalho, apesar de assinalarem a grande transformação da “época clássica”, e o represamento racionalizador da sociedade por um conjunto de instituições, políticas e filosofias moralizantes, não excluem as contradições nos discursos, nem a negação, na prática das diversas classes (“sociedade civil”), deste represamento, até bem tarde na história.

O que significa que este processo não se fez sem resistências, contando com a presença de discursos e de costumes contrários aos da racionalidade em avanço.

Assim, Ariès, por exemplo, fala da edição de uma grande “Enciclopédia” de saberes, provavelmente da Idade Média, em meados do século XVI e que, em pleno século XVII, teria influência na mentalidade do que se poderia chamar atualmente de “grande público”. Vale a pena transcrever algumas partes da descrição desse grande livro que se opõe, no discurso e na prática social, ao “progresso” da ordem racionalizadora científica já no final do período renascentista:

Tratava-se de uma compilação latina do século XIII que retomava todos os dados dos escritores do Império Bizantino. Considerou-se oportuno traduzi-la para o francês e dar-lhe, através da impressão, uma maior difusão: essa ciência antigo-medieval era, portanto, em meados do século XVI, objeto de vulgarização. *Le grand propriétaire de toutes choses* é uma enciclopédia de todos os conhecimentos profanos e sacros [...] que teria uma concepção “não analítica”¹ e traduziria a unidade essencial, da Natureza e de Deus [...]. Uma ideia geral emanava da

¹ Grifos da autora.

obra, ideia erudita que logo se tornou extremamente popular: a ideia da unidade fundamental da natureza, da solidariedade existente entre todos os fenômenos da natureza, que não se separam das manifestações sobrenaturais. A ideia de que não havia oposição entre o natural e o sobrenatural pertencia, ao mesmo tempo, às crenças populares, herdadas do paganismo, e a uma ciência tanto física quanto teológica. Eu diria que essa concepção rigorosa da unidade da natureza deve ser considerada “responsável pelo atraso do desenvolvimento científico”² muito mais do que a autoridade da tradição, dos Antigos, ou da Escritura. Nós só agimos sobre um elemento da Natureza quando admitimos que ele é suficientemente isolável. A partir de um certo grau de solidariedade entre os fenômenos, tal como postula o *Le grand propriétaire*, não é mais possível intervir sem provocar reações em cadeia, sem destruir a ordem do mundo: nenhuma das categorias do cosmo dispõe de uma autonomia suficiente, e nada pode ser feito contra o determinismo universal. O conhecimento da natureza limita-se, então, ao estudo das relações que comandam os fenômenos através de uma mesma causalidade [...]. Não há meio de fugir a essa causalidade, exceto através da magia ou do milagre. Uma mesma lei rigorosa rege ao mesmo tempo o movimento dos planetas, o ciclo vegetativo das estações, as relações entre os elementos, o corpo humano e seus humores, o destino do homem: assim, a astrologia permite conhecer as incidências pessoais desse determinismo universal. Ainda em meados do século XVII a prática da astrologia era bastante difundida...³

Um trecho entre todos, na descrição comentada de Ariès, chama atenção do leitor interessado nas bases sócio-históricas da racionalidade moderna: aquele em que o autor menciona o caráter ao mesmo tempo de crença popular arcaica e de “ciência”, natural e teológica, que está na base do postulado da unidade do mundo sobrenatural e do mundo natural, humano e físico, vigente ainda no século XVII. Em outras palavras: a visão unitária é um postulado universal comum a uma certa “visão científica” – natural e teológica –, portanto erudita, e a uma visão difundida entre as mais diversas classes, uma visão “laica” e popular.

² Grifos da autora.

³ Ph. Ariès. *História social da criança e da família*, cit., pp. 34-35.

A Alquimia, a Astrologia e uma Teologia não racionalizante⁴ fazem parte desta formulação “não analítica” presente na *Enciclopédia* mencionada por Ariès.

O autor tem mesmo a hipótese de que é esta visão a responsável pelo “atraso do desenvolvimento científico”, isto é, da racionalidade científica moderna.

Não se trata, neste caso, da Igreja, da Reforma, da Contrarreforma ou da teologia ortodoxa do Tomismo. Não se trata, tampouco, das ciências físicas, embora haja muito de ciência natural nesta visão. Há também, na visão religiosa que a caracteriza, restos de crenças pagãs que podem contribuir para esta concepção animista de cumplicidade do Universo, na “magia que atrai – ou repele – todos os seres”.

As “forças” ou (“potências”) que controlam o mundo são, nesta visão, “energias” – para se retomar este termo polissêmico no contexto atual⁵ – de que se pode conhecer o significado e sentir os efeitos (e assim controlá-los), mas sem intervir para submetê-los ou modificá-los.

É possível entender, neste contexto, o sentido da obra de um Giordano Bruno, na segunda metade do século XVI. E também sua condenação pela Igreja, onde predominava a concepção dominicana tomista do Universo.⁶

Não parece haver dúvida de subsistir na história da Ciência, até pelo menos a segunda metade do século XVII, outro sistema de pensamento sobre a Natureza e o homem, animista, oposto e concorrente à racionalidade mecânica e interventora no “mundo natural” e sua ordem, que é a da ciência moderna.

Trata-se de uma forma de pensar – e sentir – o mundo numa ordem pan-animista – ou pampsiquista, que pode ser exemplarmente tipificada na Alquimia. Esta ordem mergulha suas raízes em parte nas “ciências da Antiguidade” e, em parte, em crenças pagãs populares, oriundas de povos pré-românicos. Crenças milenares possivelmente revitalizadas pelas crises sucessivas da Igreja Romana desde o final da Idade Média.

⁴ Esta teologia mística é neoplatônica, e influenciou, por intermédio de Santo Agostinho e Plotino, cientistas e filósofos naturais do Renascimento, de que Giordano Bruno é um exemplo.

⁵ R. M. Xavier (“Notas sobre a evolução do conceito de causa na física pós-newtoniana”, comunicação ao 2º Colóquio de História da Ciência, Unicamp, Campinas (SP), novembro, 1986, 13 pp., mimeo.), comentando a noção de “força” na física pré-Newton (cartesiana), afirma que esta noção tinha ainda sentidos não mecanicistas, aproximando-se mais da polissemia do termo atual, de “energia”, ou *momentum* etc. Considerando-se que já se está neste momento em pleno século XVII, pode-se supor que a noção já sofrerá – para retomar a concepção de Bachelard – um considerável “processo de racionalização” em direção ao mecanicismo. Entretanto restavam, no “perfil epistemológico” da noção, conteúdos possivelmente advindos de outras concepções filosóficas, desde o Renascimento, conteúdos que se manterão ainda, num certo sentido, na própria concepção newtoniana de força como “potência”, poder de atração ou repulsão no movimento da matéria.

⁶ Giordano Bruno, filósofo natural do século XVI, defendeu em obras como *Do universo infinito e dos mundos* não apenas a infinitude do universo e dos mundos, mas também o “dynamismo constante da transformação do inferior para o superior”, e vice-versa, numa visão nitidamente alquímica das “forças” imanentes do Universo, “potências” que correspondem a Deus, princípio infinito da unidade das forças. A influência plotiniana renascentista e a formulação alquímica refletem-se nessas teses. Teses que o levaram à fogueira.

É um outro “Renascimento”, não racionalista, que resiste em termos de discurso e de mentalidade social ao avanço do processo de racionalização do mundo natural e do mundo social, durante um período considerável da época clássica, a se julgar pelos autores consultados, que neste ponto não se contradizem.⁷ Pode-se afirmar que influenciou autores como Goethe, e que nunca se retraiu completamente.

Esta resistência alicerça-se fortemente nos costumes e na “visão do mundo” do público que lê o *Grand propriétaire*, público citadino e já cultivado pela imprensa: uma certa elite cultural formada por aristocratas, intelectuais oriundos dos burgueses comerciantes e banqueiros, e camadas sociais que formavam a pequena burguesia. Havia, por outro lado, trabalhadores jornalheiros analfabetos que participavam dessa visão unitária e solidária do Universo a partir de sua cultura tradicional, misto de catolicismo popular e mitologia ancestral pagã. Não se pode confundir, entretanto, essa visão religiosa do mundo, que tem seu lado erudito e seu lado laico, com a visão teológica da Igreja Católica.

Nada mais contrário a esta visão que a teologia racionalizante e hierarquizante do tomismo e – posteriormente – deste jesuitismo ascético e moralizante que, pela “educação da vontade”, avançará sobre a sociedade com uma proposta ética bastante racionalizadora dos comportamentos, dos hábitos, dos sentimentos.

Na verdade, a racionalização dos costumes e das mentalidades na sociedade clássica não começa pela filosofia natural, mas pela “moral” resultante da religião cristã. A atitude religiosa moralizante é fruto da preocupação com o grande desregramento dos costumes, ou “deterioração espiritual” que, proveniente do final da Idade Média (séculos XII e XIII), se reforça na cultura renascentista. Desta forma, serão as ordens religiosas e os reformadores morais leigos que iniciarão o grande processo de racionalidade social na Idade Moderna, conduzindo-a pelo caminho da ética religiosa. Neste processo preocupar-se-ão com os sentimentos, com as paixões, com as condutas e com o caráter dos indivíduos das diversas gerações.⁸

⁷ Um elemento que parece confirmar a duração desta resistência é a permanência dos processos de Inquisição até o início do século XVIII, incidindo não apenas sobre “bruxos” e “feiticeiras”, mas também sobre “heréticos”, isto é, sobre dissidentes das doutrinas oficiais sobre o mundo, o movimento dos planetas, a composição da matéria e do ser humano etc. Quando a Inquisição se retrair, finalmente, em matéria de julgar o conhecimento, Academias tomarão o lugar de julgadores da veracidade ou falsidade das proposições científicas. Mas isto só se estabelece no século XVIII.

⁸ Ariès discute o processo de “civildade moral” introduzido na sociedade francesa durante o *Ancien Régime* (a partir do século XVII) que atingirá, por meio da educação, instituições como a família e o casamento, e institucionalizará infância e juventude como categorias sociais distintas. Mostra que até o final do século XVI o mundo era, do ponto de vista dos costumes, mais livre. Possivelmente “libertino” para os nossos dias. A transformação na maneira de olhar e educar as crianças é clara: “O sentido da inocência infantil resultou, portanto, numa dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos, e fortalecê-la desenvolvendo o caráter e a razão”. O autor afirma que a criança “razoável” é fruto de uma campanha “iniciada no fim do século XVI pelos religiosos e pelos moralistas reformadores” – Ph. Ariès, op. cit., p. 146. Grifos da autora.

A racionalização moral da sociedade se fez, dessa forma, também por um processo “ordenatório”, objetivante, como nas ciências físicas, embora não matematizante. O processo ordenatório age sobre a vontade e realiza-se através da “classificação” e “programação” moral dos hábitos, sentimentos e práticas sociais, envolvendo seja aspectos da vida em comum (pública), seja da vida privada entre sujeitos, dando, assim, origem a certas “categorias” do social. A “categorização” da moral na sociedade moderna resulta na constituição de diversos sujeitos sociais, tais como a criança, o jovem, velho – que envolvem as gerações e suas relações mútuas –, “mulheres casadas”, “solteiras”, “viúvas” (ou velhas e jovens) que envolvem a ordenação da mulher como gênero subordinado na sociedade burguesa. Os sujeitos sociais ordenados pela “classificação” da racionalidade social são objetos de “um projeto” de construção moral, para o exercício de uma conduta “razoável”, isto é, de uma vontade orientada por princípios racionais.

Estes são exemplos tomados no acaso, com base nas análises e comentários feitos pelos historiadores sociais deste período. Há, entretanto, outros conjuntos de “sujeitos sociais”, isto é, de “objetos de racionalização moral” sendo construídos ao mesmo tempo, neste amálgama social urbano “promíscuo” do fim do Renascimento e dos séculos XVII e XVIII: soldados, prostitutas, alcoólatras, loucos, aleijados da guerra e da paz (os “infirmes” franceses), mendigos e doentes de doenças infames – como a sífilis, a lepra, a varíola – que devem ser também “tratados” moral e fisicamente. Não se deve esquecer que os séculos XVI, XVII e ainda, o XVIII são séculos “pestilentos”, isto é, atravessados por inúmeras epidemias das mais diversas “pestes”.

Se a época barroca clássica é a época dos “interiores”, da privacidade das famílias aristocráticas e burguesas, é também a época das batalhas, das tavernas e das grandes festas sazonais ao ar livre, onde a bebedeira e o deboche da plebe são aparentes, ao menos nas telas que os pintores do século XVII retratam, tanto um ambiente como os outros.

A racionalização moral desencadeia-se paralelamente sobre as “famílias”, mediante projetos pedagógicos e médicos, e sobre outras instituições e sujeitos sociais, modelando-os através de outros instrumentos teóricos, políticos e institucionais, com o desenvolvimento, por um lado, do direito, da educação, da medicina social, da psiquiatria, da “política social”, e por outro, dos cárceres, dos asilos, dos hospitais, das escolas, das casernas.

Os autores consultados por este estudo a propósito do “represamento moral” do período clássico salientam essa proliferação de práticas e discursos sociais voltados para uma verdadeira reforma dos sujeitos, num grande movimento civilizatório, que

antecipa – e embasa – as teorias das disciplinas sociais da segunda metade do século XVIII e início do XIX. Tais discursos e práticas atualizam-se nas escolas, nos quartéis, nos conventos, nos hospitais, nos asilos, instituições criadas – ou reformadas – segundo a ótica da reforma moral. Por outro lado, os autores analisam o conteúdo moral e os efeitos políticos das teorias das disciplinas sociais (ou “ciências humanas”, se se preferir a expressão de Foucault), seu papel de ordenação de relações sociais e de construção de sujeitos segundo uma ordem racional moralizante, disciplinária, ordem adequada à sociedade capitalista industrial em formação.⁹

No contexto teórico não opera inicialmente a racionalização laica oriunda da filosofia natural, que universaliza os princípios da Razão como fundamento de toda a realidade. Opera principalmente – sobretudo no período barroco – a racionalidade moral derivada de uma teologia cristã que se quer próxima da ciência, como a dos jesuítas. Na modernidade clássica, sobretudo no século XVII, não há ainda um trinçamento político entre esses dois discursos racionalizantes sobre a “sociedade”, o que sucederá apenas na metade do século XVIII, com enciclopedistas como Voltaire, Montesquieu e Rousseau e seus partidários, ao menos na França católica. Nas sociedades protestantes anglo-saxônicas, é verdade, o discurso racionalista laico das ciências naturais afirma-se como forma teórica de disciplina do social desde o pensamento racionalista empirista inglês, com Hobbes, com o *Leviatã*, ou com Locke, com o *Tratado do entendimento humano*. Na época em que Rousseau se asila na Inglaterra, aos cuidados de Hume, na segunda metade do século XVIII, em 1756, o pensamento empirista não é dominante apenas na filosofia natural, mas também na filosofia política.¹⁰

Mas até esse momento as “razões sociais” não se excluem politicamente, pois têm certos elementos comuns.

Assim, ao mesmo tempo que há uma razão moralizadora naturista de origem religiosa (jesuítica, ou hansenista, por exemplo), desenvolve-se uma verdadeira religião naturista originária da racionalidade das ciências físicas. Por outro lado, essas “razões” têm certos alvos políticos comuns, no que concerne à sociedade: classificar e ordenar as relações sociais segundo certos princípios “sádios” física e moralmente;

⁹ Cf. M. Foucault. *Histoire de la folie à l'Âge Classique*, op. cit.; *Vigilar y castigar, nacimiento de la prisión*, cit.; *O nascimento da clínica*, cit.; G. Rosen. *Da polícia médica à medicina social*, cit.; R. Castel. *A ordem psiquiátrica – a idade de ouro do alienismo*, cit.; J. Birman. *A psiquiatria como discurso da moralidade*, cit.; J. Donzelot. *A polícia das famílias*, cit.; Ph. Ariès. *História social da criança e da família*, cit.

¹⁰ Certamente a ascensão política da burguesia inglesa, partilhando o poder do Estado junto com a aristocracia, organizando o parlamento e outras instituições burguesas um século antes da Revolução Francesa, não pode ser desligada, em termos de influência ideológica, do liberalismo protestante, por um lado, e da tendência “progressista” da filosofia natural racionalista e empirista inglesa. Progressismo, aqui, não é sinônimo de “democratismo”. É uma visão evolutiva das instituições como fruto da “natureza” da própria sociedade. Por outro lado, essa visão não deixa de exprimir o equilíbrio de forças das classes na Inglaterra, equilíbrio inexistente na França católica.

educar as paixões e os sentimentos, moldar os caracteres, controlar os “apetites” mais impetuosos, e que são variados. Ao mesmo tempo, têm inimigos comuns, como a visão unitária do mundo acima examinada, misto de religião e ciência, ao mesmo tempo mística e carregada de sensualidade, de “matéria”. Também os “defensores” dessa visão, seus teóricos, são inimigos comuns que devem ser convertidos ou eliminados. Há, finalmente, o próprio conjunto de hábitos e práticas sociais que expressam as paixões, sentimentos e apetites que precisam ser controlados e educados pelas leis da razão.

Para a moral racional religiosa, o desregramento social não vem necessariamente da filosofia natural, por mais herética que esta possa ser em relação aos dogmas sobre Deus e o mundo.

Para a razão científica, por outro lado, se a “teologia” pode contrariar as leis racionais da Natureza, a “moral” religiosa não contraria necessariamente a razão ou a Natureza.

Deve ser lembrado que a razão científica excluíra de seus limites de tematização, já com Descartes, as paixões, os hábitos, os sentimentos e as sensações como objeto das ciências físicas (naturais), por serem fonte de inexatidão para o conhecimento. Razão e moral são dois mundos diferentes e estanques, convivendo no “reino humano”. A razão científica ocupa-se, até este momento, da parte “racional” do humano: do sujeito visto como “pensamento”, e suas propriedades, e daquilo que pode ser “objeto” do pensamento: a “Natureza”, isto é, a “Matéria”, enquanto ela é geometrizável, matematizável.

O avanço da moral racionalista religiosa no período barroco, que vai do final do século XVI à primeira metade do século XVIII, beneficia-se desta cisão. Ambas as “razões” têm em comum a busca do controle da “Matéria” (física, humana) e a convicção de que os sentimentos e os sentidos (portanto a sensualidade) devem ser controlados, para não levarem ao erro ou à decrepitude da espécie humana. A sensualidade é, dessa forma, um inimigo das duas razões: da razão científica natural e da razão da moralidade cristã, religiosa ou laica.

É possivelmente por esta dupla exclusão que a expressão dos sentidos e das paixões se refugiará no sensualismo estético do barroco, em todas as artes, inaugurando, talvez, uma era em que a Arte, separada do Conhecimento e da Moral, será a depositária da expressão dos sentidos e dos sentimentos. Refúgio que se acentuará com o romantismo nos séculos posteriores (XVIII e XIX).

O “movimento” e a “forma” da matéria, que a física procura apreender matematicamente, estão presentes nos mármores de um Bernini ou dos escultores e

pintores do barroco italiano, espanhol, português, alemão.¹¹ Ali não se disfarçam os sentimentos e as paixões, mesmo nos olhares voltados para os céus das esculturas dos anjos e dos santos barrocos.

O mundo da sensualidade estampa-se nas cores das telas, nas curvas das formas, no “panejamento” que envolve as estátuas. Também na música, na abundância e na forma naturista das sinfonias e dos concertos, das músicas “de câmara”, que se tocam e se criam nos interiores familiares aristocráticos, percebe-se uma gama de sentimentos, de “paixões”, desencadeadas nos “movimentos” musicais.

Manifesta-se na arte barroca a materialidade dos hábitos “libertinos” no comer, no beber, no divertir-se, no sentir, ilustrando-se, assim, o sensualismo da sociedade burguesa. Manifestam-se também as paixões e os sentimentos “burgueses” de orgulho, de cólera, de “instinto guerreiro”, de intolerância ou, ao contrário, de amor, de alegria, de misericórdia, de perdão. De qualquer modo, está presente em toda a arte barroca a “natureza humana”, em sua materialidade, isto é, nos sentidos e nos sentimentos.

Se a arte não “diz” a verdade, “expressa” realidades. E a realidade expressada no barroco são os costumes, os hábitos e os sentimentos da sociedade burguesa, numa linha estética de sensualismo que aprofunda e radicaliza a Renascença, na sua tendência humanista, muito mais que na sua tendência classicista. Esta última só será retomada na segunda metade do século XVIII, quando a busca do racionalismo nas artes plásticas for finalmente coroada pelo sucesso, através do neoclassicismo.¹² A razão moderna terá então, por algum tempo, vencido em “todos os campos da expressão humana”; dirá “todas as verdades”. Porém, entre a Renascença e essa vitória final terão decorrido três séculos de batalha pelo triunfo da racionalidade científica, na apropriação da Natureza pelas ciências físicas, e na ordenação moral das relações e dos costumes sociais, através da educação das paixões, dos sentimentos, dos sentidos, do caráter, da vontade.

¹¹ Gianlorenzo Bernini, escultor, pintor, arquiteto italiano do século XVII, é talvez o mais completo expoente do barroco italiano, sobretudo no que concerne à expressão dos sentimentos e dos gestos. Na verdade, o “movimento” e a sensualidade presentes nas expressões, nas roupas, nos gestos de suas estátuas de mármore é impressionante. O exemplo mais conhecido é o *Éxtase de Santa Teresa* (1645-1648), em que se vê um anjo ferindo de amor divino a Santa, orgasticamente abandonada, os olhos fechados, voltados para cima, no enleio deste Amor. O sentido “educativo” do sentimento (amor para Deus) não consegue eliminar-lhe a expressão humanamente sensual. Todo o barroco partilha com maior ou menor intensidade da tendência a captar e expressar os sentimentos, as paixões, os apetites e os hábitos humanos por meio de um certo “movimento”, e de certas formas e cores. Para uma análise do período barroco na Europa, na arquitetura e nas artes plásticas em geral, ver M. Kitson. *O Barroco*. Col. O Mundo da Arte. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, trad. portuguesa de 1979.

¹² M. Kitson refere era *O Barroco* (cit., p. 156), que cerca de 1750 “o Barroco estava começando a ser visto como extravagante, tortuoso e desordenado; o Rococó como degenerado, e frívolo também, pois “estava associado a uma sociedade degenerada”. Os ataques ao Barroco começaram na Inglaterra, logo depois de 1715; os atentados contra o Rococó tiveram início na França na década de 1740, culminando nos artigos de Cochin no *Mercure de France*, em 1754. O estilo proposto como substituto para o Barroco e o Rococó era um classicismo sóbrio e racional”. Deve ser assinalado, entretanto, que na França cartesiana houve um classicismo seicentista, matematizante, baseado em regras de geometria e matemática para apreender as expressões de sentimentos e as paixões. Cf. Kitson, op. cit., pp. 12-14. Grifos da autora deste texto.

Durante a batalha, entretanto, houve pelo menos três “razões” em presença: a racionalidade científica, a moralidade racional de origem religiosa, e a racionalidade animista, imanentista, mística e implicitamente sensual das ciências alquímicas (astrologia, alquimia, magia), racionalidade mesclada de teologia neoplatônica e de “saberes antigos” enraizados em práticas populares pagãs.

Nesta batalha havia mais de um mundo a ser conquistado: o mundo da Natureza e o mundo do Homem. Em outras palavras: por um lado havia o controle, através da ordenação do mundo natural, das forças produtivas, que garantiria o controle da direção da economia, o controle material da sociedade. Por outro lado, havia a organização das relações sociais, segundo uma ordem moral a ser construída, que garantiria o controle “espíritual” da sociedade. Uma ordem em que as paixões e os sentimentos pudessem estar contidos e moldados por condutas racionais, para que os indivíduos e seus desejos não entrassem em conflito com o todo coletivo. A construção de um *Socius* entendido como totalidade similar à *Natura*, regido por leis racionais idênticas às da natureza, tem sua máxima expressão em termos de pensamento teórico com os enciclopedistas do século das luzes da Razão. Já se está próximo, neste momento, do racionalismo social laico, isto é, próximo do Contrato Social como lógica de funcionamento da sociedade. Já se está próximo da sociedade onde todos trabalham para o “todo”.

A racionalidade científica torna-se, a partir de então, racionalidade natural e social. O terreno das ciências “está arado para semear as disciplinas sociais” (ou humanas).

Natural, racional, social:

a construção do *Socius* no século das luzes

O século XVIII pode ser considerado, em termos de produtividade teórica, no que concerne às disciplinas do social, tão ou mais intenso do que foi o século XVII para as disciplinas físicas. A teorização da sociedade como *Socius*, num todo distinto e superior aos indivíduos, seus elementos constitutivos, corresponde analogicamente à teorização da Matéria como totalidade composta de átomos indissociáveis, interagindo de acordo com certas leis de atração ou rejeição, isto é, de “gravitação”.

O modelo da física newtoniana serve assim não apenas de parâmetro de analogias, mas também de ponto de partida conceitual para os filósofos sociais derivarem as leis de origem e do funcionamento da sociedade no campo do direito, da política, da ética, da educação e de uma psicologia da razão que os filósofos empiristas desenvolvem desde a segunda metade do século XVII.

O imaginário mecanicista da filosofia natural, bem como suas categorias básicas, entre as quais as de “força” ou “potência”, “atração”, “repulsão”, “massa”, e a própria concepção de “lei natural”, associada à Visão de uma Natureza racional, estão presentes no pensamento social ao longo do século XVIII.

Esta presença torna-se mais clara em enciclopedistas como Montesquieu e Rousseau, tomados aqui como autores exemplares da elaboração de uma “física social”, ou pelo menos da concepção de um “Social Natural”. Do ponto de vista deste trabalho, são as obras desses enciclopedistas que definem com a maior clareza a racionalidade moderna do social.

Em obras como *Espírito das leis* e *Contrato social*¹³ estão presentes as principais concepções e categorias sobre a sociedade que serão “dominantes”¹⁴ nas disciplinas do social durante mais de um século.

Na verdade, os racionalistas e empiristas do século XVII já concebiam a sociedade – ou pelo menos “o homem” – desde o século XVII, com Hobbes, Locke, Spinoza, em termos de uma física humana, a partir de certos princípios racionais, dos quais se poderiam derivar certas “leis naturais” de funcionamento da sociedade – ou da razão humana – leis demonstráveis pela experiência empírica.

Desde esse momento se tenta isolar, no homem, aquilo que é Natural (“racional”) daquilo que é Social (“convencional”). O “natural” é imaginado como um estado original, uma certa pureza biossocial, de que os índios e os povos não civilizados, descobertos durante as atividades de conquista de terras e de rotas marítimas desde o final do século XV, são o modelo idealizado. O “bom selvagem” de Rousseau exemplifica o imaginário de historiadores naturais e sociais, que se expande na sociedade europeia desde o século XVII com as narrativas de naturalistas viajantes e de exploradores. Nesse imaginário, a “pureza” e a “robustez” dos povos nativos são ressaltados como exemplo para a sociedade civilizada.

O social é visto, neste contexto, como sinônimo de “artificial” em face de um “natural”, como conjunto de costumes e hábitos convencionados, por oposição a um estágio anterior de desenvolvimento da “espécie” humana, em que esta não conheceria o constrangimento das “regras”.

¹³ Para leitura do *Espírito das leis* de Montesquieu, e do *Contrato social*, e do *Discurso sobre a desigualdade entre os homens* de Rousseau, foram tomadas as edições: Rousseau, col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (trad. Lurdes S. Machado, introdução e notas de Paul Arbousse Bastide; consultoria de Marilena Chauí); J.-J. Rousseau. *Obras* (Plano, introdução e notas de Paul Arbousse Bastide); Porto Alegre: Globo, 1958. Em inglês: Montesquieu, Rousseau (trad. Thomas Nugent e G. D. H.), col. Great Books of the Western World, vol. 38. *Encyclopaedia Britannica*, 1978, 22.^a edição.

¹⁴ É preciso lembrar que o conceito de dominância exclui a ideia de totalidade. As visões e teorias não dominantes na filosofia social, como a dos filósofos românticos do século XIX, ou como a teoria marxista, não são objeto de estudo deste trabalho, embora sejam importantes na história do pensamento social ocidental.

Estas regras se traduziriam, pouco a pouco, em instituições, normas e leis tornadas necessárias em virtude da contaminação da sociedade pela crueldade, injustiça, arbitrariedade, e por desigualdades provenientes da própria vida em comum.

A civilização é vista, dessa forma, como fonte de decadência e deterioração moral, tomando ela mesma necessária a existência de uma série de instrumentos institucionais de controle e coerção, para garantir a manutenção e o funcionamento do “Todo” como fonte de aperfeiçoamento moral e intelectual para cada um.

A sociedade deverá manter-se, portanto, pela “força moral”, pela coerção das regras (leis). São essas regras mesmas que podem evitar o caminho do homem em direção à degenerescência moral e à decrepitude física; que podem garantir seu aperfeiçoamento moral “junto” a todos os outros homens. São as normas que garantem a coesão social.

O todo social é, portanto, superior às suas partes elementares – individuais – transmitindo à totalidade de seus componentes esta superioridade moral, eliminando as desigualdades provenientes de estágios inferiores de desenvolvimento da humanidade, ou da própria “natureza” (no caso de desigualdades físicas).

Esta visão da sociedade como “todo orgânico” por um lado, e, como produto da “necessidade”, por outro, tão explícita na obra de Rousseau, é uma visão comum aos pensadores sociais do século XVIII. Resulta do encontro da concepção do determinismo das leis físicas, da Filosofia Natural, com uma ética centrada na reforma moral, na necessidade da educação das paixões e da vontade como condição de sobrevivência do “Homem”.

Da filosofia natural, o pensamento político setecentista retira a tendência a pensar a sociedade em termos de “história natural”, isto é, de uma história da evolução do “originalmente puro e livre”, porém “insuficiente”, simples, ao coercitivo e artificial, porém “necessário” e superior. Da ética reformista, o pensamento social retira a orientação educativa de contenção e organização das condutas nos limites do razoável, isto é, do “adequado” à vida em comum, com punição prevista aos “atos individuais” (e não aos sujeitos) considerados atentatórios ao todo social.

Em termos metodológicos, por outro lado, a filosofia social do século XVIII – sobretudo a francesa – une o racionalismo cartesiano com o empirismo inglês do século XVII. Em outras palavras, a razão não é mais apenas a faculdade que descobre, pela indução ou pela dedução, as “verdades perenes”, isto é, as leis da Natureza e do intelecto humano. A razão é agora principalmente a capacidade – faculdade – do espírito destinada à “produção das verdades”, independentemente de estas serem eternas ou universais. As verdades, sobretudo as sociais, como as “ideias” na inteligência, têm sua “história”, da mesma forma que às “leis” sociais.

Para o pensamento social a história da sociedade, mesmo sendo “história natural”, passa a ter um papel importante, relativizando-se, pela comparação com outros “tipos” de sociedades, a sociedade complexa civilizada, ao mesmo tempo que esta se confirma como fruto necessário de evolução, embora se trate de uma concepção pessimista (não progressista) da evolução humana. De qualquer modo, a sociedade aparece como “fruto da história”, embora de uma história naturalizada. A história natural fornece, juntamente com a física, no século das luzes, um modelo de pensamento evolucionista e de metodologia empirista para as disciplinas do social, que se desenvolvem a partir de então: a demografia, a economia, o direito (natural), a medicina e, no século seguinte, a sociologia.

A influência das “ciências naturais” no pensamento social pode ser sentida também nas teorias, nas categorias e nas concepções filosóficas subjacentes a essas categorias e teorias.

Apesar desta influência, no entanto, a categoria de “lei”, tão importante para as disciplinas sociais do século XVIII, a elas chegando a partir das “ciências físicas”, assentando sobre a sociedade o determinismo da “Natureza”, é oriunda do Direito, servindo de metáfora para a construção da categoria de “lei natural” no século XVI. Não deve ser esquecida aqui a retomada da “ciência do Direito” no período renascentista, em função da definição dos poderes dos monarcas, príncipes, doges etc., por ura lado, e, por outro, da organização dos Estados-cidades italianos e das Nações europeias, recém-libertadas da influência de Roma pelo reformismo protestante.

O que interessa salientar, entretanto, nesta circulação disciplinar do conceito de lei durante os séculos XVI ao XVIII, é a questão do “determinismo”, natural ou social, cuja definição é fundamental para a intervenção nos dois “reinos”, para sua ordenação pela razão.

Para a racionalidade científica moderna, com efeito, o determinismo implícito na concepção (e na categoria) de “lei” é um postulado básico que vai chocar-se periodicamente, ao longo da história, com as questões do “acaso” (no “reino natural”) e da “liberdade” (no “reino humano”).

Mais do que uma questão filosófica, no entanto, o determinismo da lei é um imperativo da própria sociedade que esta racionalidade ajuda a construir. Para empregar uma expressão típica desta simbiose teórica (natural-social), trata-se de uma “necessidade social”.

Para os filósofos sociais do século XVIII, como Montesquieu e Rousseau, a sociedade ideal seria aquela que tivesse leis perfeitas e imutáveis como as da Natureza, isto é, sem “erros”, portanto “imutáveis”. Pois a mudança social decorre precisamente

do erro humano. É neste sentido que a evolução da sociedade humana é vista, no século das luzes, ainda com pessimismo, o que não sucederá no século XIX. Pois ainda a civilização é fruto da “queda” de um “estado de Natureza”, estado livre de regras, “instintivo”, em que os desejos de cada um não se opõem aos instintos de todos.

Já se está longe da visão mais pessimista hobbesiana, para quem, no estado natural, os impulsos destrutivos dos desejos individuais conduzem à exacerbação dos instintos e à luta de todos contra todos pela sobrevivência, luta ilustrada na imagem do homem como lobo do homem,

A lei (social) age, dessa forma, como um imperativo que garante a existência da sociedade – e portanto a sobrevivência do homem –, mas é também a marca de sua degenerescência, o sinal de sua diferença diante de outras espécies que se perpetuam sem regras, pois não têm razão nem vontade. A razão já tem, neste momento, nostalgia dos sentidos e dos instintos. Mas são eles, por outro lado, os insufladores dos sentimentos descontrolados, das “paixões”. É necessário, portanto, submetê-los ao comando do Todo, à coerção das convenções sociais.

A garantia da existência da lei, é, em primeiro lugar, a Razão. Mas apenas a Razão, que é “natural”, que está do lado da “Natureza”, não garante o cumprimento da lei. A lei natural, aquela que se refere ao indivíduo e seus desejos fundamentais, precisa estar amparada na “vontade”, além de ter sua fonte na Razão. A “lei” (social) é um ato da vontade (geral), e é a garantia que a universalidade do todo (social) predomine sobre os desejos particulares (dos indivíduos):

O mundo inteligente está longe de ser tão bem governado como o físico. Pois embora o primeiro também tenha suas leis, que de sua “própria natureza” são invariáveis, não se conforma a elas tão exatamente como o mundo físico. Isto acontece porque, por um lado, os seres inteligentes individuais (“particulares”) são de “natureza finita” e, conseqüentemente, factíveis de erro; e por outro lado, sua “natureza” requer que sejam agentes livres.¹⁵

Finalmente, o que é uma lei? Enquanto nos satisfizemos associando ideias puramente metafísicas à palavra, continuaremos argumentando sem chegar a um entendimento; e quando definirmos uma lei da “Natureza” não estaremos mais próximos da definição de uma lei do

¹⁵ Montesquieu. *O espírito das leis*, livro 1, p. 1.

Estado... Quando digo que o objeto das leis é sempre geral, quero dizer que a lei considera os sujeitos *en masse* e as ações em abstrato, e nunca uma ação ou pessoa em particular.

Deste ponto de vista, imediatamente percebemos que não se pode mais perguntar o que significa fazer leis, uma vez que elas são atos da vontade geral.¹⁶

A associação da categoria de lei da Natureza é flagrante nos dois textos. Aliás, a categoria de Natureza é usada várias vezes, e em vários sentidos, de tal modo que o sentido original da ideia de “Natureza” (reino natural) perde-se um pouco nos dois textos. É preciso examinar, no entanto, o que está subentendido na polissemia abusiva do conceito de “Natureza”, não apenas nesses dois enciclopedistas, mas nas disciplinas sociais como um todo a partir do século XVIII.

Aparentemente, a categoria de Natureza substituiu, nas disciplinas naturais e sociais, o conceito metafísico de substância, no sentido de “essência das coisas”. Por outro lado, “Natureza”, e “Reino Natural” têm também, em muitos textos do pensamento social da época, o sentido que tinha, na teologia medieval, o conceito de “Providência”, isto é, de “vontade divina”. Certamente a concepção da natureza como reino (a ser conquistado, na sociedade moderna) é também herança da Teologia.

De qualquer modo, o que se quer salientar aqui é que as categorias de “Natureza” e “natural” não têm, no pensamento clássico (e nem no pensamento evolucionista subsequente do século XIX), o rigor racional de um “conceito” que se pretenda científico, como, por exemplo, os de “força”, “massa”, “movimento”, e até certo ponto o próprio conceito de lei. Além dos sentidos de “essência”, “providência”, “reino”, “fonte original da vida”, podem ter também o significado de “Mundo”, ou “Coisa”, “Objetividade”.

O imaginário das disciplinas sociais, assim como o da sociedade civil, está impregnado de todos esses sentidos das categorias de “Natureza” e “Natural”, que aparecem como postulado teórico de todas as ciências.

Desse modo, na época clássica, a Natureza é uma espécie de “coisa em si” da ideologia científica.

¹⁶ Rousseau. *O contrato social*, livro 2, cap. 6. Grifos da autora deste texto.

É certo que ainda no século XVIII, subentendendo essa “substância” está a razão infinita de Deus. No século XIX restará apenas a razão finita do homem, observando sistematicamente os fatos, e fazendo generalizações indutivas específicas para cada disciplina, a partir das observações, dentro dos limites da finitude de sua razão.

A lei (científica) terá um aspecto mais modesto que a lei (racionalista) do período clássico, ainda tão associada à ideia de “causa eficiente” (ou causa próxima), e a “Natureza” terá desaparecido “enquanto suporte metafísico” das ciências.

Será necessário, no entanto, para que isto aconteça, que outras formas de pensar a natureza, a sociedade, e a própria elaboração dessas categorias se construam durante o século XIX, juntamente com o processo de industrialização. Será necessário, por exemplo, um pensamento como o de Marx, para afirmar que sob a naturalização de certas categorias sociais estava a própria história social dos homens, que “amadurecia desde o século XVI”.¹⁷

O pensamento e as categorias de Marx não serão, entretanto, pensamentos e categorias dominantes nas disciplinas sociais do século XIX. O pensamento que predominará nas disciplinas sociais durante todo o século XIX será o pensamento “naturalista” do positivismo. Este dará nascimento à disciplina que se atribuirá como objeto de enunciados positivos (“científicos”), o próprio *Socius*, isto é, a sociedade enquanto tal (e suas leis).

Além de retomar a teorização do todo *en masse*, isto é, o coletivo, o positivismo influenciará profundamente o pensamento de disciplinas que teorizarão o indivíduo em seu “corpo” ou sua “mente”, como a medicina e a psiquiatria.

Entretanto, o pensamento positivista e as disciplinas que influencia não terão mais basicamente suas raízes na “física”, como o pensamento social setecentista, mas principalmente na biologia e na história natural do século XIX, como se verá mais adiante. Neste momento, é necessário concluir o exame do pensamento racionalista que fundamenta as disciplinas sociais no século XVIII.

Já se afirmou que este pensamento está fortemente influenciado pelo modelo teórico das ciências naturais, e especialmente por categorias da física, com as de “lei”, “força” (relativa, absoluta), “causa” (associada à de lei), “massa”, “corpo” (social ou político), “ordem” social (por analogia à de ordem natural) etc. Elas podem ser

¹⁷ Não deixa de ser este o sentido da longa Introdução conceitual e metodológica à *Crítica da economia política*, que Marx desenvolve no seu estilo ao mesmo tempo compacto e irônico, às vezes apenas enunciativo de conceitos e teorias que deveriam ser desenvolvidos posteriormente (como no ponto 4 da Introdução). Apesar da influência do “evolucionismo” típico da racionalidade científica do seu século, presentes no texto, através de noções como as de “progresso”, “maturidade social”, “evolução” etc., além do tradicional conceito de “força”, oriundo da Física, o pensamento do autor é nitidamente antinaturalista, afirmando a originalidade e a independência da história e das categorias sociais em face da história e das categorias “naturais”.

encontradas ao longo das obras dos enciclopedistas, e não funcionam como pleonasmos ou apenas como metáforas, “imagens” de conceitos transplantados de um campo disciplinar (a física) para um meio ambiente teórico estranho. Funcionam mesmo como “categorias”, do pensamento social, dando origem a teorias sociais e políticas, como as de “Contrato” ou “Pacto Social”, “Separação” ou “Autonomia dos Poderes” (Republicanos); “Instituições Políticas”; “Regime Político”, “Democracia (Moderna)” etc., ainda hoje vigentes na prática e acatados na teoria em seus pontos principais. Além dessas teorias, que forneceram, aliás, o ideário político das revoluções burguesas do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX, tais categorias deram origem a conceitos empregados na Sociologia e na Ciência Política, como os de “Ordem Política”, “Ordem Social”, “Estado” (Moderno), “Corpo Político”, “Corpo Social”, “Pacto Social”, “Consenso” (associado à categoria de Vontade Comum ou Geral), “equilíbrio de forças” (políticas) etc.

De tal modo, que os conceitos oriundos das disciplinas naturais, e “plantados” nas disciplinas sociais, deram frutos teóricos, e não apenas “ideologia científica”, para retomar a expressão de Canguilhem.

A história da racionalidade científica no período clássico parece mostrar que a “circulação disciplinar” dos conceitos é um dado característico das disciplinas modernas, e esta circulação é bastante produtiva em termos de verdades e conceitos, para ambos os campos disciplinares (natural e social).

Outra hipótese deste trabalho que essa história parece confirmar é a da “continuidade” entre imaginário social, imaginário científico e os conceitos, que nunca ficam completamente “depurados” de uma certa carga imaginária, por mais que sejam elaborados teoricamente pela razão.

Um exemplo da presença desta carga imaginária, proveniente da vida social, é o da categoria de “Natural”, por oposição à categoria de “Social”, no pensamento clássico enciclopédico.

A metáfora do bom selvagem, que supõe aquela categoria como antítese da outra, apoia-se certamente na realidade nada romântica da vida social dos séculos XVII e XVIII: guerras; epidemias de peste que, junto com as guerras, esvaziavam povoados inteiros; fomes e miséria em estado endêmico; banditismo; agiotagem; “sede de ouro”, motivando pirataria e pilhagens nas colônias e na própria costa europeia; alcoolismo; prostituição; loucura; doenças venéreas que contagiavam batalhões de soldados; revoltas e insurreições populares que se faziam sentir tanto nas nações soberanas como nas colônias (sobretudo no século XVIII). Sem falar nas execuções que o Santo Ofício ainda conduzia.

A imagem da sociedade como degenerescência tinha sua base na realidade.

Certamente esse quadro real não pode ser desligado desse grande processo histórico econômico que Marx chamou de “acumulação primitiva do capital”, nem da estrutura concentracionária de poder político do absolutismo monarquista.

No entanto, é exatamente esse quadro que fornecerá a matéria-prima da intervenção e a motivação teórica para as instituições e os discursos disciplinares sociais que tentarão, com algum sucesso, desde então, racionalizar os comportamentos e administrar moralmente esse “caos social”.

Dessa forma, a visão pessimista da sociedade e da civilização como fonte de doença moral e física é bastante corrente no *Ancien Régime* e contagia o pensamento dos Enciclopedistas, que veem na “força moral” das leis e na convenção social o único remédio para salvar a “raça humana” da decadência.

Assim, Rousseau declara, no *Contrato social*, supor que:

Os homens atingiram o ponto no qual os obstáculos no caminho de sua preservação no estado de natureza mostram um poder de resistência maior do que as fontes à disposição de cada indivíduo para sua manutenção nesse estado. Que esta condição primitiva não pode mais subsistir, e que a raça humana pode perecer se não mudar seu modo de existência...

Com esta “suposição”, Rousseau está apenas transpondo para a teoria a imagem do indivíduo (“natural”), indefeso diante de uma coletividade (“social”) cujas regras (“costumes”) são insuficientes para evitar a espoliação dos sujeitos, atomizados por uma civilização predatória, dessolidária.

Em outras palavras, Rousseau está “teorizando” a sociedade que lhe é contemporânea. As próprias categorias de “Natural” e “Social”, construídas sobre esse imaginário familiar, servem, por outro lado, como ponto de referência teórico para o pensamento político de sua época, influenciando líderes revolucionários e o próprio povo, pelo menos no que concerne à Revolução Francesa.

As concepções rousseauianas do indivíduo como “ser natural”, independente, que só pode sobreviver na civilização, associando-se aos outros indivíduos no pacto social, abrindo mão, por este ato espiritual, de sua vontade, dos seus desejos e da sua “liberdade”, são concepções burguesas, “verdades” no seu duplo sentido: teórico e político (moral).

Dessa forma, a ideia do indivíduo dependente do todo para “ser algo”, tão familiar em nossas sociedades, e ao mesmo tempo do indivíduo como um átomo isolado e solitário, interagindo com outros átomos segundo certas regras (leis) que dão um sentido de totalidade a esta “associação”, está integralmente presente, em termos de concepção e de teorias, no *Contrato social*.

Aquele que ousar empreender a feitura das instituições de um povo deve sentir-se capaz de, por assim dizer, mudar a natureza humana, de transformar cada indivíduo, que é por si mesmo um todo completo e solitário, em parte de um todo maior do qual ele recebe, num certo sentido, sua vida e seu ser; de alterar a constituição do homem no sentido de fortalecê-la e de substituir por uma existência parcial e moral a existência física e independente que a natureza nos conferiu a todos. Deve, numa palavra, retirar do homem seus próprios recursos e, em seu lugar, dar-lhes novos, estranhos a ele, e incapazes de serem usados sem o auxílio dos outros homens. Quanto mais completamente esses recursos naturais forem aniquilados, maiores e mais duradouros serão aqueles que ele adquire, e mais estáveis e perfeitas as novas instituições; de tal modo que se cada cidadão não é nada e nada pode fazer sem o resto, e se os recursos adquiridos pelo todo são iguais ou superiores ao agregado de recursos dos indivíduos, pode-se dizer que a legislação está no seu mais alto ponto possível de perfeição.¹⁸

A razão do indivíduo natural, fruto das paixões suscitadas pelas necessidades básicas, Rousseau contrapõe a racionalidade do pacto social. Esta “segunda natureza” do indivíduo, como membro do todo, de caráter social, deverá ser construída com os “novos recursos”, dos quais a Educação não será certamente o menor.¹⁹ Estes, darão nascimento a um indivíduo menos robusto e independente que o originariamente natural (o “selvagem”), mas superior àquele, degenerado pela “evolução” dos estágios

¹⁸ Rousseau. *O contrato social*, livro 2, cap. 7.

¹⁹ Embora a concepção pedagógica exposta no *Émile* seja muito mais “naturalista” do que faz supor o convencionalismo do *Contrato social*, Da mesma forma, no *Discurso sobre a origem da desigualdade*, onde Rousseau desenvolve a sua visão do homem natural como “selvagem”, onde a educação é vista como processo artificial que não acrescenta nada propriamente às habilidades do estado de natureza. Por sinal, Rousseau liga o “progresso da razão” aos apetites e às paixões. A liberdade e o aperfeiçoamento moral estão do lado da vontade.

do estado de sociedade, estado que atingiu, com o absolutismo de seu tempo, “o ponto extremo (das desigualdades) que fecha o círculo”,²⁰ em direção a um segundo estado de natureza, este francamente hobbesiano.

Compreende-se que seja preciso “mudar a natureza humana”, pelo menos a de sua época, para obrigá-la a ser solidária, a ser “parte de um todo maior”.

O importante a assinalar neste momento, entretanto, é o papel de racionalização social que deve recair sobre o indivíduo humano, no sentido de “fortalecer sua natureza”. Em outras palavras, os indivíduos civilizados (em estado de sociedade) já não se bastam nem podem ser deixados ao jogo de paixões e apetites desencadeados pelo próprio “progresso” social. É necessário um novo pacto, racional, embora suportado pela vontade, e que seja conforme a nova natureza humana. O “natural”, agora, é (ser) “social”, e o social é “racional”.

Apenas o “natural” da sociedade racionalizada não é mais o indivíduo “bom e selvagem” do estado de natureza. O natural da nova humanidade é o elemento parte do todo, o “átomo associado”, que “nada é e nada pode sem o resto”. O natural é social. Mas é também racional, e recebe sua racionalidade do conjunto das “novas e perfeitas instituições” que lhe darão doravante “seu ser e sua vida”.

O pensamento enciclopédico exprime já, por intermédio de Rousseau, a tendência “organicista” da racionalidade social do século XIX.

A única diferença, talvez, é que Rousseau é um romântico, um prenúncio do romantismo voluntarista do século XIX. Vê com nostalgia a perda do “natural”, e com um certo pessimismo o “estado social”. O pensamento positivista de Comte, no entanto, verá com grande otimismo a evolução intelectual (progresso da razão) do homem e a constituição orgânica da vida social.

O modelo naturalista e biologizante que Rousseau e os pensadores sociais clássicos tendiam a usar para caracterizar a história da sociedade será levado às últimas consequências. Na verdade, a sociedade será vista como um grande organismo vivo, fruto de uma evolução do inferior para o superior, do simples para o complexo. Evolucionismo, mecanicismo e organicismo unem-se para conferir à racionalidade moderna seus traços constitutivos no século XIX, século da industrialização, da grande revolução científica dos laboratórios, e da multiplicação das disciplinas e instituições sociais, ou, se se preferir expressão de Foucault, “das ciências humanas e da disciplina social”.

²⁰ No *Discurso sobre a desigualdade*, ao final, Rousseau insinua que somente a “rebelião” pode resolver a situação de impasse da sociedade absolutista.

Não se deve, portanto, pensar que as categorias de “Natural”, “Racional”, “Social”, e os modelos de interdependência orgânica e de evolução das espécies sejam apenas metáforas transpostas de um pensamento (“natural”) para outro (“social”). Trata-se de transposições teóricas que “deram certo”, isto é, que originaram conceitos, categorias e teorias que tiveram grande sucesso na “organização”, “modificação” e até na “previsão” das “ações” e “reações” sociais.

O que não deixa de ser o papel principal dos conceitos e das teorias nas modernas disciplinas científicas.

CAPÍTULO 5

A disciplina das doenças e a razão social: categorias médico-sociais no século XIX

Os fundamentos da racionalidade médica na história científica moderna

O deslocamento epistemológico – e clínico – da medicina moderna, de uma arte de curar indivíduos doentes para uma disciplina das doenças, supõe uma passagem histórica de vários séculos, que se inicia no Renascimento, do final do século XV ao início do século XVI. Mais exatamente, a nova racionalidade tem na Anatomia, com Leonardo da Vinci (1452-1519), e em seguida em André Vesálio (1514-1564), um momento inaugural, de ruptura com as velhas concepções do organismo humano. Apesar de os cadernos de anatomia de da Vinci terem permanecido inéditos, com ambos, da Vinci e Vesálio, instituiu-se a moderna Anatomia, uma das pedras angulares da medicina moderna, e o corpo humano ganha, no desenho preciso e na descrição detalhista, a objetividade do olhar que viu, na dissecação oculta dos cadáveres,¹ a forma verdadeira dos órgãos e das veias:

Aqui, o olhar conduz a escalpelo e interroga os órgãos, examina o coração, o trajeto das artérias, a função das válvulas, verifica que o ar não passa diretamente dos brônquios à veia pulmonar; vê a posição do feto no útero... A grande reforma da anatomia há de produzir-se num livro soberbo, que marca o início da libertação da medicina moderna: o *De humani corporis fabrica*, de André Vesálio.²

O título da obra de Vesálio é sugestivo: o imaginário mecânico chega à medicina antes que nas disciplinas nobres da racionalidade científica moderna.

¹ É preciso ter em mente que à época de da Vinci e de Vesálio a Igreja ainda interditava a dissecação dos cadáveres, o que pode explicar a não edição dos cadernos de anatomia de Leonardo. No século XVIII, como afirma Foucault, tal interdição não funciona na prática. Cf. *O nascimento da clínica*, cit., pp. 141-144.

² Cf. Erik Nitsche. *História da medicina*. Suíça: Ed. Rencontres Internationales et Erik Nitsche, 1963; trad. portuguesa, Lisboa: Moraes, 1967 (impressa na Suíça), p. 41.

O corpo humano, morfológicamente visto como um grande engenho, cujas peças se encaixam ordenadamente para fazer funcionar o mais elevado dos autômatos, precede a mecanização da fisiologia, com Harvey, de quase um século. De fato, o mecanicismo fisiologista do período clássico pressupõe o mecanismo da anatomia do período renascentista.³

Quando a morfologia e o funcionamento do organismo se unirem, em termos mecanicistas, durante o século XVII, na “anatomia animada” da fisiologia, a grande corrente mecanicista da medicina, vista como ciência de espécies mórbidas que podem danificar esta complexa máquina humana, terá dado um grande passo no caminho de sua construção. A iatromecânica, que teve, então, seu grande momento histórico, nunca será realmente superada pela medicina moderna: o mecanicismo será um traço constitutivo da racionalidade médica moderna.

No entanto, as gravuras e os desenhos já do final do século XVI e início do século XVII ilustram com profusão: articulações, próteses, máscaras de madeira, couro ou ferro, sugerindo uma mecanização do corpo, destinada a consertar, ou ortopedizar, partes (ou “peças”) danificadas pelas doenças e – sobretudo – pelas guerras. A cirurgia militar tem, não por acaso, grande avanço nesta época, e o cirurgião Paré (1510-1590) é o exemplo mais célebre.

A ideia, portanto, do homem como um autômato superior, antecede o período áureo do mecanicismo clássico (segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII), fazendo parte do imaginário médico da grande “engenharia” proveniente do Renascimento, como já foi assinalado no Capítulo 2 deste trabalho.

Do ponto de vista das hipóteses aqui levantadas, é o próprio reducionismo da concepção mecânica do organismo, imaginado como conjunto de peças “movendo-se” segundo uma lógica articuladora, da qual é preciso, por meio da “análise”, descobrir o sentido (ou as ordens de sentidos) que origina, por oposição, a questão da Vida (ou do vitalismo) como questão epistemológica, tanto para a medicina, como para a ciência natural como um todo.

A vida torna-se uma questão não resolvida no conhecimento, objeto secular e recorrente de debate, na medida em que deixa de ser o objeto central de uma prática (a clínica).

³ Para François Jacob (*A lógica da vida*, cit., p. 41), entretanto, “a teoria dos animais-máquinas representa [...] uma atitude inconcebível em um Fernel ou em um Vesálio”. Jacob parte da suposição filosófica que o mecanicismo é um dado do século XVII, pois “faz parte da própria estrutura do conhecimento, que se desenvolve nesse período”. Para o autor, o mecanicismo estaria “descobrimdo” o que de mecânico existe na “Natureza”, desta forma, é inverter a situação afirmar que Harvey tenha contribuído, com suas analogias de engenharia hidráulica, para instaurar o mecanicismo. Ao contrário, “é porque o coração funciona como uma bomba que se torna acessível ao estudo”. A hipótese deste trabalho é que faz parte do racionalismo mecanicista imaginar que a “objetividade” construída como “Natureza”, teria “leis” e “funcionamento” “mecânicos”. Por outro lado, o mecanicismo é um traço constitutivo da racionalidade moderna, da qual participa, até certo ponto, o próprio François Jacob.

A questão do ser vivo teorizado como “autômato animado”, confere a ele, na hierarquia contínua dos seres do século XVII, uma qualidade superior, em função do profundo interesse pelo problema do “movimento” na época barroca, como se viu atrás. Vida e animação de peças, elementos, órgãos, começam a identificar-se na fisiologia, na química, na clínica, na anatomia.

Para que esta ruptura do mecanicismo, no nível do saber médico e da prática clínica, se realize, será necessário, em primeiro lugar, que a forma humana seja vista como “máquina animada”, com a reforma da Anatomia, e que o funcionamento do corpo seja pensado, com a nova fisiologia, “como obra de engenharia” em movimento.

Será necessário, por outro lado, que se construa um sistema classificatório dos males específicos que podem danificar ou destruir essa máquina. É necessário, portanto, que a Patologia se organize em sistema classificatório de “doenças”, ao longo de quase três séculos, a partir de Fernel (1497-1558).

Fernel, “clínico de talento”, estabelece, “numa ordem clara e progressiva, os degraus do saber médico; fisiologia, patologia, terapêutica [...] Com alguns outros médicos de sua época, esforça-se por isolar e individualizar as doenças, as febres, as erupções etc.”⁴

O sistema classificatório das morbidades, conduzido pelos médicos do Renascimento e da época clássica, busca seu modelo, em termos de “observação” (sistemática, ordenatória, empírica) e de “modo de pensar” as doenças (classificatório, agindo também por analogias e metáforas de similaridades) nas disciplinas da botânica e – depois – da história natural.

Esse sistema terá como efeito, no nível do saber, transformar a medicina num discurso disciplinar sobre a doença. Em vez de teorizar sobre “Saúde”, “Vida” ou “Cura”, questões que se tornarão progressivamente, até o século XVIII, com a “superação” do vitalismo, “metafísicas”, a medicina tematizará cada vez mais as “entidades mórbidas”. Os clínicos talentosos procurarão, no leito dos doentes, ou ao microscópio do século XVII, as evidências que apontam para esta ou aquela doença.

Ao longo da época clássica, a prática clínica vai transformando-se, com a reorganização dos hospitais como espaço clínico, numa ciência das entidades patológicas.⁵ A patologia que é, num primeiro momento, auxiliar da clínica das doenças, converter-se-á em patologia clínica, tendo sobre a prática clínica a liderança da “teoria”, e o privilégio da ciência sobre a arte.

⁴ E. Nitsche, op. cit., p. 42.

⁵ No *Nascimento da clínica* (cit., cap. IV), Foucault afirma ser relativamente recente a história da clínica como elemento estratégico do saber médico (final do século XVIII). Historiadores da Medicina indicam grande atividade da clínica no século XVII. Entre eles, Rosen, op. cit.; Nitsche, op. cit.; Sigerist, op. cit.; Berlinguer. *La malattia*. Roma: Riuniti, 1984.

Obtém-se, dessa forma, uma dupla objetivação: do corpo humano, que se torna a “sede” das “doenças”, e das “doenças” que se tornam “entidades patológicas”.

Não é por acaso que as bases da clínica moderna são exatamente a anatomia e a patologia. Também não é ocasional que o modelo explicativo do adoecer tenda, na medicina moderna, cada vez mais, para a metáfora da invasão, num contexto de batalhas sucessivas, na “guerra” entre as enfermidades e o organismo humano, que tem por limite, sempre recuado, a história individual e coletiva dos seres humanos, no espaço e no tempo.

Se as causas da vitória da doença nos episódios de “invasão” podem variar dos hábitos individuais física ou moralmente reprováveis aos grandes desacertos coletivos em face do “meio natural” ou “social”, esta não é ainda a grande questão teórica, no modelo médico de determinação da doença.

A questão central é a do imaginário médico da penetração e interiorização do mal no organismo. As categorias de “contaminação” e de “contágio”, que atravessam o período clássico na história da medicina (e que permanecerão na Homeopatia), bem como as de “transmissão” e de “flagelo” (agente patológico), são os elementos essenciais do imaginário da medicina moderna, base da teoria até hoje dominante na explicação do processo do adoecimento e da morte humana.

Esses elementos retomam a representação renascentista da moléstia como “mal” externo ao homem, visto como um sujeito individual. O mal invasor pode destruir as forças (de equilíbrio) para instalar-se no seu interior; como inimigo que vence uma batalha e, desse interior, pode destruí-lo.⁶

A medicina é a grande aliada do homem nesta guerra sem fim. E aliado da medicina moderna em todas as batalhas será, cada vez mais, o “remédio”.

A clínica moderna racionalista não é hipocrática, como o mostram os filósofos e analistas sociais da medicina, tomados como ponto de referência, e citados ao longo deste trabalho. Não se trata de ajudar “a força curativa da natureza” a manifestar-se, trazendo de volta o “estado de saúde”. Por mais que a visão “naturista” possa ser uma representação corrente na sociedade civil desde o século XVIII, a medicina insistirá, cada vez mais, na “intervenção medicamentosa” como forma de derrotar a doença. Os avanços da botânica e, posteriormente, da química, animista ou mecanicista, serão organizados pelo saber médico, no sentido da experimentação nos doentes, de ervas, tinturas, pedras, metais e minerais, que, aos poucos, irão provendo o grande

⁶ Ver E. Nitsche, op. cit., p. 43.

arsenal das drogas farmacêuticas, que se arma durante a época clássica, sobretudo no século XVIII.

É importante para a medicina conhecer as “substâncias” que podem, por suas propriedades, aniquilar as enfermidades – sobretudo as endêmicas e epidêmicas – durante grande parte da Idade Moderna.

Certamente não é casual que ainda hoje os momentos de experimentação – ou testes – de novas drogas, e as novas formas de aplicação de drogas ocorram justamente em épocas das epidemias, das “pestes”. Nesses momentos, a doença apresenta-se como o “Mal” para a medicina, e a morte como a maior inimiga de todo o gênero humano. É preciso, portanto, combatê-la e derrotá-la com os meios de que a ciência médica dispõe no momento, testando esses meios nos doentes.

Mas é também em épocas “de paz”, nos leitos dos hospitais ou das residências, que se testam os medicamentos. O corpo individual, tanto quanto o “corpo social”, coletivo de corpos individuais, é o alvo privilegiado da intervenção médica, o grande laboratório vivo do progresso médico-farmacêutico.

Assim, o nascimento da Epidemiologia em termos de saber, no Renascimento avançado, com Girolamo Fracastoro (1478-1553), não se deve apenas às medidas de quarentena, que já se praticavam, ou ao início do processo de ordenação moral das classes sociais que conduzirá, no século XVIII, à Polícia Médica. O tratamento médico dos indivíduos atingidos pelas pestes, feito com as mais variadas substâncias, embora só se torne prática sistemática no século XIX, inicia-se por esta época também, de forma ainda “empírica” e mesclada às “receitas” da medicina tradicional.⁷

No século XVI, Paracelso, por exemplo, recomendava para a sífilis o uso “interno” do mercúrio (o uso externo já sendo habitual), e para a peste, sapos secos ou pardais vivos aplicados sobre os bulbões.⁸

O que se quer sublinhar aqui, entretanto, não é o momento em que a medicalização coletiva sistemática preventiva ou curativa se torna “norma médica” ou “decisão política” (momento importante para a Medicina Social), mas o papel que terá progressivamente o medicamento como forma privilegiada de intervenção médica, contrariamente a uma visão hipocrática da clínica.

⁷ Nitsche mostra, na sua *História da medicina* (cit., p. 66), várias ilustrações fotográficas de roupas e máscaras usadas pelos médicos em lazaretos e nos bairros infestados pela peste de Marselha, em 1720: “O bico da máscara estava cheio de substâncias aromáticas, destinadas a purificar o ar respirado pelos médicos [...]”. Se as fumigações eram pouco eficazes, certas medidas tradicionais (quarentenas, destruição de roupas vestidas pelos doentes) podiam ser úteis na ausência de um conhecimento da causa da doença”. A ressaltar-se nas medidas, a dominância da teoria miasmática da “origem” da doença. Já o autor da “História”..., preocupa-se com o “conhecimento da causa da doença”.

⁸ Ver verbete Epidemiologia, na *Enciclopédia Mirador Internacional*, cit., vol. 8 (pp. 3.896-3.926), p. 3922.

É verdade que a medicalização não era a única forma de combater uma enfermidade, ou evitar a morte: a cirurgia mantém-se como forma de intervenção importante do saber médico – embora o cirurgião não seja ainda o médico – e faz progressos contínuos na obstetrícia e na cirurgia militar, durante toda a época clássica, a partir do final do Renascimento.⁹

Evidentemente não se trata ainda da cirurgia baseada na anatomoclínica, conhecedora da anestesia e da assepsia. Esta deverá “esperar pelo século XIX e suas aquisições maiores – a narcose e a assepsia – para que a cirurgia tire um verdadeiro proveito da concepção anatômica da doença”.¹⁰ Em outras palavras, a cirurgia só será realmente um ramo da clínica (clínica cirúrgica) no modelo anatomoclínico, que nasce durante o final da época clássica e início do século XIX, como mostra Foucault.¹¹

Até o final do século XVIII, e mesmo ainda na primeira metade do século XIX, a cirurgia é parte das “artes médicas”, mas não ainda da “disciplina das doenças”. Durante algum tempo estará justaposta à Medicina, e as “Escolas de Medicina e Cirurgia”, memória da protoclinica, darão testemunho desta justaposição, ainda no século XX. No entanto, a “ciência médica” beneficia-se muito dos avanços da cirurgia, na medida em que a cirurgia é também uma forma de “objetivação”, isto é, de conhecimento objetivo do corpo humano, obtido, organizado e acumulado a partir das intervenções nesse corpo.

A cirurgia tem, além disso, a vantagem de fornecer elementos de conhecimento das doenças e de sua localização no organismo vivo, “que se move”, diferentemente da anatomia patológica, que trabalha com cadáveres.

É verdade que a disciplina das doenças não está centrada na observação da vida, mesmo em sua forma mórbida. A tendência a determinar a estrutura, a história e a localização das doenças no exame dos corpos mortos, traçando, a partir da visão da morte, os limites do trajeto da vida, típica da anatomoclínica do século XIX,¹² tem sua base na anatomia patológica, e “quase” dispensa o olhar do cirurgião.

Entretanto, certos fatos dos “seres vivos”, como a geração ou o nascimento de outros seres; a necessidade de amputar pedaços para que o todo sobreviva, ou a de

⁹ De acordo com Nitsche (op. cit., p. 42), “Ambroise Paré imaginou extraordinárias próteses mecânicas para mutilados, que atestam o cuidado que ele tinha com a *cura funcional* dos seus feridos” [grifos da autora]. Mais adiante (pp. 46-47) o autor mostra uma série de fotos de instrumentos cirúrgicos utilizados na Alemanha nos séculos XVII e XVIII, uns destinados à cirurgia militar; outros à “odontologia” da época, outros à ginco-obstetrícia. Há ainda uma seringa para administração de clisteres que, segundo Nitsche, “teve muita aceitação no século XVIII”.

¹⁰ *Ibidem*, p. 57.

¹¹ Foucault. *O nascimento da clínica*, cit.

¹² *Ibidem*, p. 149: “A partir do cadáver, paradoxalmente, se percebe a doença viver”. Ver também o capítulo VIII como um todo.

colocar-lhe peças ortopédicas para que volte a funcionar; ou ainda, a de lancetar e extrair massas ou líquidos infecciosos, para evitar que contagiem o organismo, exigem a presença da cirurgia como prática e como saber auxiliar da medicina.

Assim, a “observação”, a descrição e “classificação” mais a “busca de ‘causas eficientes’ (explicação em termos de antecedente-consequente) das doenças no corpo humano constituem o objeto fundamental de conhecimento da medicina moderna”. Por outro lado, o conhecimento anatomopatológico dos órgãos, tecidos e sistemas componentes do “organismo humano”, enquanto “sedes das doenças”, é também “objeto de conhecimento”, uma vez que é neste organismo que trabalham as doenças e o conhecimento que sobre elas se constrói.

O mais importante para este estudo, no entanto, não é que a busca das entidades mórbidas se faça, com a medicina moderna, prioritariamente no cadáver, e que o combate a elas se faça por meio das drogas medicamentosas aplicadas aos corpos doentes.

O mais importante aqui, a questão epistemológica fundamental, é que a medicina, tornando-se uma ciência das doenças, vivendo da morte, transforma a questão da vida – e do homem vivo, embora doente – numa questão metafísica, portanto supérflua para o conhecimento. Não considerando a questão da vida em termos teóricos do saber e da prática clínica, a medicina aos poucos verá na observação dos indivíduos doentes, homens “vivos”, uma fonte de confusão, de “desconhecimento”.

Assim, com a anatomoclínica do século XIX, as observações sistemáticas e os “interrogatórios minuciosos” de “pé de leito” dos doentes, correntes na prática dos “clínicos talentosos”, do século XVI ao século XVIII, tornar-se-ão inconsistentes em face da autópsia, que permite observar, no interior do cadáver, no órgão lesionado, a origem e o fim da doença, na morte constatada:

Durante vinte anos, noite e dia, se tomarão notas, ao leito dos doentes, sobre as afecções do coração, dos pulmões, e da víscera gástrica, e o resultado será apenas confusão nos sintomas que, a nada se vinculando, oferecerão uma série de fenômenos incoerentes. Abram alguns cadáveres: logo se verão desaparecer a obscuridade que apenas a observação não pudera dissipar.¹³

¹³ X, Bichat. *Anatomie générale*, prefácio, p. XCIX citado por M. Foucault. *O nascimento da clínica*, cit., p. 168.

Essa evolução do objeto da medicina em torno das categorias de “doença” e “organismo”, ao longo de três séculos, não se fez apenas a partir da moderna anatomia, da patologia, da fisiologia – mecânica ou química – e da cirurgia reformada da época clássica.

Caminhou também apoiada nos avanços da química, que durante os séculos XVII e XVIII fornecem explicações sobre as propriedades e a composição dos “elementos” fundamentais da vida: o sangue, a respiração, o calor, a eletricidade, o magnetismo dos seres vivos.

Desta maneira, as disciplinas naturais, como a física, a fisiologia, a química, a botânica, a história natural – e depois a biologia – oferecem à medicina moderna os elementos teórico-conceituais e os métodos de observação que, juntos aos da anatomia, da patologia e da cirurgia, constituirão o núcleo predominante do saber médico como disciplina das doenças, e a clínica como anatomoclínica, isto é, como prática de localização e eliminação de doenças.

Seria, entretanto, inverídico e injusto fazer da ciência médica uma caudatária do avanço das disciplinas “básicas”. De fato, a Medicina, através da fisiologia, da anatomia, da iatromecânica e da própria patologia, contribui para a chamada “revolução científica”.¹⁴ Além disso, inúmeros médicos contribuíram, com suas atividades científicas, para fazer essa revolução, sendo “Paracelso, van Helmont, Scheele, estes médicos ou boticários, que desempenham o papel de pioneiros, e é o seu saber que é a matriz de nossas disciplinas modernas”.¹⁵

A medicina sobretudo... fez honra, em todos os tempos, ao apoio que lhe emprestam as ciências naturais... Talvez não tivéssemos ainda nem a química, nem a botânica, nem a anatomia, se os médicos não as tivessem cultivado, se eles não as tivessem ensinado em suas escolas, e se os soberanos não os tivessem encorajado, devido às suas relações com a arte de curar.¹⁶

¹⁴ Para S. Moscovici (*Essai sur l'histoire humaine de la nature*, cit., pp. 259-276), a “revolução” do século XVII é filosófica, e não científica; uma revolução que redistribui o lugar epistemológico das disciplinas, e sua hierarquia na episteme moderna.

¹⁵ Moscovici, op. cit., p. 344.

¹⁶ G. Cuvier. *Rapport historique sur les progrès des Sciences naturelles*. Paris, 1810, p. 331, citado por Moscovici, ibidem.

A medicina é, dessa forma, duplamente pioneira da racionalidade científica: através de suas teorias e conceitos – ligados ou não ao mecanismo – e através de seus profissionais, os médicos, que mais que “práticos” da arte de curar, serão “teóricos” da ciência moderna das doenças. Moscovici afirma que “não se terminaria de enumerar os experimentadores e teóricos que em tantos domínios foram primeiramente, foram também, práticos desta arte. Berthelot, Prout, Nicholson, Mayow, Stahl, Thomas Young, médicos; J. B. Dumas, Du Fay, Vauquelin, Klaproth, Oersted, farmacêuticos; eis aí nomes que lembram a continuidade da história das disciplinas médicas e a de numerosos ramos da física.”¹⁷

Continuidade que não se faz apenas por meio dos cientistas, mas também por meio das categorias e conceituações gerais, assim como de métodos comuns às disciplinas naturais e à medicina moderna.

A disciplina das doenças é, portanto, parte integrante e produtiva da racionalidade moderna. Por meio das categorias de: “doenças”, “entidade mórbida”, “corpo doente”, “organismo”, “fato patológico”, “lesão”, “sintoma” etc., elaboradas no período clássico, a medicina instaurar-se-á como um discurso sobre “objetividades”, discurso que institui a “doença” e o “corpo” como temas de enunciados positivos, científicos.

Por outro lado, excluirá como questões “positivamente” tematizáveis a “vida”, a “saúde”, a “cura”. A saúde passará a ser vista não como afirmação da vida, mas como “ausência de uma patologia”. A “cura” será substituída pela “cessação de sintomas”, sobretudo dos sintomas principais, ou “chaves” de uma doença.

É assim, da eliminação da doença no corpo dos indivíduos, que nasce a “saúde” na medicina moderna.¹⁸

Por outro lado, a concepção de corpo doente, como corpo individual, objeto de intervenção médica, ajuda a constituir o “indivíduo” moderno, este átomo de um corpo mais amplo que a razão social ordena. A medicina, elaborando no discurso a categoria, e na prática social – através da clínica – o sujeito “paciente”, desviante de um quadro geral de normalidade (“média”), ajuda a constituir o “sujeito individual” como objeto de ordenação da racionalidade social.

¹⁷ Moscovici. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*, cit.

¹⁸ No *Nascimento da clínica* (cap. II, p. 39), Foucault afirma que “até o final do século XVIII a medicina referiu-se muito mais à saúde que à normalidade”, e que “as diversas formas do saber médico referem-se às noções positivas de “saúde” e “normalidade”. Embora a “normalidade” como categoria de fato seja fruto do século XIX, a ideia “positiva” de saúde não é dominante no século XVIII, existindo apenas nas correntes vitalistas e médico-sociais. É a “doença” que é prioritariamente tematizada, definida e combatida pela medicina durante o século XVIII e até o século XIX.

No entanto a elaboração da “doença”, como a do “corpo doente”, é fruto de uma história de cerca de três séculos, história que pode explicar por que no século XIX a disciplina das doenças torna-se a ciência do normal e do patológico, porque essas duas categorias têm profunda imbricação com a ciência da sociedade, a Sociologia, e mais geralmente, segundo Foucault, com as ciências do homem:

Se as ciências do homem apareceram no prolongamento das ciências da vida, é talvez porque estavam “biologicamente” fundadas, mas é também porque o estavam medicamente; sem dúvida por transferência, importação e, muitas vezes, metáfora, as ciências do homem utilizaram conceitos formados pelos biólogos; mas o objeto que eles se davam (o homem, suas condutas, suas realizações individuais e sociais) constituía, portanto, um campo dividido segundo o princípio do normal e do patológico. Daí o caráter singular das ciências do homem, impossíveis de separar da negatividade em que apareceram, mas também ligadas a positividade que situam, implicitamente, como norma.¹⁹

Normal e patológico, equilíbrio e desvio: categorias médico-sociais no progresso do século XIX

No início deste trabalho, definiu-se a medicina como disciplina do social (ou ciência social).

Essa definição não se atém ao fato de que um ramo subordinado da ciência médica, a “medicina social”, tematize – denuncie, mesmo – a partir do século XIX, a realidade social opressora do capitalismo (a fome, a miséria, a exploração e a dominação) como “origem”, “causa”, ou “determinação” da doença.²⁰ Na verdade, como se disse desde o primeiro capítulo, as concepções e conceitos, inclusive o de “saúde”, da medicina social nunca chegaram a ser dominantes na racionalidade científica médica.

Com efeito, a medicina social tendeu a ter, desde o naturalismo do século XVIII, uma definição “afirmativa” da saúde, irreduzível, por um lado, à “doença”, por outro, à “intervenção médica”.

¹⁹ Foucault, op. cit., p. 40.

²⁰ Ver G. Rosen. *Da polícia médica à medicina social*, cit., cap. IV. O autor cita uma passagem de uma carta de Virchow a seu pai, bastante ilustrativa da visão médico-social na sua vertente revolucionária: “Frequentemente me decepcionei com as pessoas, mas ainda não com a época. E por isso agora tenho a sorte de não ser mais um homem parcial, e sim um homem completo, de minha crença médica fundir-se com minha crença política e social” (p. 79). Rosen mostra no capítulo como essa “crença” foi derrotada, juntamente com a revolução de 1848 (ver p. 89).

Creditando à estrutura da sociedade o surgimento e a manutenção das doenças, que passam a ser vistas como efeito ou expressão dos costumes, da moralidade, da economia ou da estrutura de classes, a medicina social, contrariamente à clínica, na teoria e na prática, não entende que a intervenção médica no corpo dos indivíduos ou do coletivo social seja suficiente para estabelecer (ou restabelecer) um estado de saúde deteriorado e espoliado pela própria estrutura social. Para haver “Saúde” é necessário que se mude a sociedade. Pois são de fato as condições sociais e econômicas que explicam o surgimento das doenças. Onde o homem é livre, próspero, educado e democrata, não há doenças.²¹

Este raciocínio pode ser admiravelmente notado em Rudolph Virchow, que escreveu um relatório sobre a epidemia de febre tifoide de 1847, na Alta Silésia.²²

A irrupção era atribuída a um conjunto de fatores econômicos e sociais e por isso colocava em dúvida a eficácia de qualquer terapia medicinal. A proposta de Virchow consistia em um radical reforma social que, em termos gerais, compreendia “democracia completa e irrestrita, educação, liberdade e prosperidade”.²³

Os médicos sociais foram, deste então, reformadores ou revolucionários sociais, muito mais do que “médicos”, no sentido da racionalidade de que se vem traçando o percurso até aqui.

Não é, portanto, pelo fato de ter um discurso sobre a sociedade como produtora de doenças – discurso aliás minoritário, que a medicina é aqui considerada uma disciplina do social.

É, pelo contrário, por produzir um discurso “natural” sobre uma “realidade social”, o corpo do homem, seu sofrimento, sua morte, através da “doença”. Tanto mais social à medida que o discurso naturalista sobre o corpo doente (corpo individual ou corpo social) é “político” em seus efeitos, contribuindo para a ordenação social e econômica de indivíduos e classes sociais na história moderna.

²¹ O conceito da medicina social sobre “saúde” identifica-se na história da medicina, na segunda metade do século XVIII, com o programa político dos “direitos do cidadão” da Revolução Francesa. No século XIX, com o ideário socialista, há, também, um discurso conservador, “higienista”, na medicina social, que predominou historicamente sobre o reformista ou revolucionário, uma vez que é mais afim ao projeto de normalização individual da razão médica.

²² Cf. Rosen, op. cit., p. 78.

²³ Ibidem.

O discurso médico “positivo”, sobre o conceito de saúde, fosse ele vitalista ou social, não teve a possibilidade de legitimar-se permanentemente como “verdadeiro” no contexto epistemológico e político da ciência das doenças.

Nesse contexto, o grande espaço de elaboração epistemológica e de experimentação social do século XIX estará reservado para as categorias de “Normalidade” e “Patologia”, categorias biossociais complementares em sua aparente oposição.

Por outro lado, na minoritária “especialidade” da medicina social, o espaço social e epistemológico será destinado às teorias de “normalização” de grupos, instituições e classes sociais.

Neste sentido, serão dominantes, geralmente, concepções, teorias e categorias “higienistas”, com profundas implicações moralizadoras, com propostas políticas implicando adaptação cultural de sujeitos, grupos e classes às regras médicas, num processo racionalizador civilizatório destacado pelos analistas e historiadores da “ordem médica”.²⁴

Terão espaço também, no quadro minoritário da medicina social, em face da racionalidade médica dominante, as concepções sanitaristas e as propostas de polícia médica, que desde o século XVIII tematizam como alvo de intervenção o “meio circundante” ao “homem”, material, natural, ou institucional, como no caso dos modelos de engenharia sanitária.

Em outras palavras, ao longo de dois séculos (XVIII e XIX) serão incluídas na razão médica, subordinadamente, é verdade, e não sem muita luta, as intervenções sobre as coisas, a “natureza” e as “instituições” (como o casamento, a maternidade, a escola, as casernas, os bordéis etc.) no sentido do “controle das doenças” e da constituição de sujeitos sadios, de acordo com os princípios da normalidade médica.

Certamente, as propostas médicas sociais mais radicais, que implicam a “transformação das relações entre a sociedade e os indivíduos, ou a natureza, ou as coisas materiais” nos seus fundamentos sociais, políticos, econômicos e institucionais, ficam sem resposta, ou são derrotadas, no confronto com a racionalidade da ciência das doenças. Tanto suas concepções como suas propostas políticas são consideradas, nos debates acadêmicos e nas publicações científicas,²⁵ como preocupações externas à razão médica, fora da esfera de competência e dos objetivos da medicina.

²⁴ Cf. L. Boltanski. *Prime educação et morale de classe*, cit.; G. Rosen. *Da polícia médica à medicina social*, cit.; J. Clavreul. *A ordem médica*, cit.; J. F. Costa. *Ordem médica e norma familiar*, cit.; J. Birman. *A psiquiatria como discurso da moralidade*, cit.; R. Machado et al. *Danação da norma*, cit. Além de outros já citados neste trabalho, sobretudo Foucault.

²⁵ O levantamento de dados para a fase posterior da presente pesquisa, no que concerne ao Brasil do final do século XIX e início do século XX, indica um debate profundo na Academia Nacional de Medicina, entre os partidários de uma intervenção social da medicina e os defensores da “pureza científica” da racionalidade médica.

Para o núcleo central e dominante da racionalidade da disciplina das doenças, a medicina tem por objeto o conhecimento, e por objetivo o combate das doenças, individuais ou coletivas, e não a reforma da sociedade.

A razão médica moderna é “social”, não socialista: a medicina social, seja em seu projeto higienista (conservador), seja em seu projeto sanitarista (reformista), seja em seu projeto de reforma médico-social (revolucionário), será, da segunda metade do século XVII (com o início da organização da Polícia Médica) ao século XIX (com o projeto da reforma médica e depois com os projetos higienista e epidemiologista), uma “razão” subordinada, em face da razão médica mais imbricada à racionalidade científica moderna, que é a da disciplina das doenças, e da anatomoclínica a ela ligada.

O discurso e a prática da medicina social tendem a ser vistos, na história da racionalidade médica moderna, como um discurso disciplinar voltado para o Estado (uma “ciência do Estado”) e às vezes, como o discurso médico do Estado, dirigido às populações, às classes sociais. Sendo um discurso explicitamente político, tem dificuldade de ser aceito, na ordem médica, como “razão científica”, saber neutro, conhecimento objetivo.

Dessa forma, não é a Medicina Social o objeto central de análise deste capítulo, mas as ciências da normalidade e da patologia, e as categorias de “normal” e “patológico”, presentes e profundamente implicados na disciplina dos corpos doentes individuais (Medicina) e na disciplina do corpo social (Sociologia).

Não é, portanto, o “discurso social” sobre a doença e suas origens o centro de preocupações deste trabalho, mas os “efeitos sociais do discurso natural” sobre o corpo doente. Assim, é ainda da clínica e da teoria das doenças (ou patologias) que se tratará nesta parte do capítulo, tentando compará-las com a Sociologia e compreendê-las no contexto da concepção da sociedade como organismo integrado de elementos e funções, de cujo desvio deduz-se o equilíbrio, a normalidade.

Da ontologia (do Mal) da doença aos desvios patológicos da normalidade

Canguilhem afirma, em *O normal e o patológico*, que o pensamento dos médicos oscilou, na história da medicina, entre duas representações fundamentais da doença: uma ontológica, outra dinâmica.²⁶ A primeira concepção é organicista, localizante, mecanicista em termos de causalidade, e ainda hoje é predominante, apesar das oscilações históricas das teorias médicas. É a concepção ontológica da “doença”.

²⁶ G. Canguilhem. *O normal e o patológico*, cit., pp. 19-23. Ibidem, p. 21.

A outra concepção é naturalista, na maioria das vezes “vitalista”: a concepção dinâmica supõe um equilíbrio ou harmonia das “forças vitais” no homem, e seu desequilíbrio é a doença. A doença não está localizada em alguma parte do homem ou fora dele, mas é “desequilíbrio” em busca de um novo ponto de equilíbrio. Dessa maneira:

A doença não é somente desequilíbrio ou desarmonia; ela é também, e talvez, sobretudo, o esforço que a natureza exerce no homem para obter um novo equilíbrio.

A doença é uma reação generalizada com intenção de cura.

O organismo fabrica uma doença para se curar a si próprio. A terapêutica deve, em primeiro lugar, tolerar e, se necessário, até reforçar essas reações hedônicas e terapêuticas espontâneas. A técnica médica imita a ação médica natural...²⁷

Na concepção “dinâmica”, portanto, também há um postulado ontológico, que é a “Vida”, sendo em geral a doença “expressão” sintomática do desequilíbrio da vida, e não de uma entidade mórbida.²⁸

A partir do postulado ontológico da “vida”, e da saúde como equilíbrio das forças vitais, fica sem espaço, na conceituação vitalista da doença, a questão dos sintomas como expressão do “patológico” e a determinação do “normal” como ausência de patologias. A normalidade deve ser definida pela normatividade do ser vivo, que deve ser buscada em critérios “positivos” de normalidade.²⁹

Entretanto, na racionalidade médica moderna, como já se viu neste trabalho, o objeto do conhecimento é a “patologia”, tomada como realidade positiva, e o objetivo da clínica é o combate e a eliminação dessa realidade. É, portanto, o vitalismo que está deslocado diante dessa racionalidade. É para ele que não há espaço epistemológico.

Com efeito, da teoria médica das espécies mórbidas (dos séculos XVI e XVII), passando pela teoria das entidades patológicas (do século XVIII), à teoria da lesão orgânica – nos órgãos, depois nos tecidos – (do século XIX), a clínica científica

²⁷ Ibidem, p. 21.

²⁸ A. Chauvenet. La loi et le corps. *Sciences Sociales et Santé*, vol. 1, n.º 1, (82-83) pp. 100-140, discute a “ontologia vitalista” afirmando, a partir da análise do texto de Canguilhem, que ela só se sustenta pela negação da doença e da morte.

²⁹ Canguilhem, op. cit., pp. 63-66.

moderna, inegavelmente predominante no conhecimento médico, define-se como uma “disciplina” da doença. As rupturas teóricas desses três momentos, que assinalam três formas de conceituar a enfermidade, e o *locus* institucional de abordá-la, em termos de saber e de prática clínica, não obscurecem a grande continuidade da medicina moderna na construção de uma ciência das doenças, tomando como campo laboratorial o corpo do doente.³⁰

É verdade que, dos séculos XVII ao XIX, a tendência vitalista, apesar de derrotada e “superada” pela ciência médica, não deixou de ter adeptos na teoria e na prática, assumindo também, por sua vez, formulações diversas, em momentos diversos, e em campos disciplinares distintos: na química, na fisiologia, na biologia. No século XVIII, a fisiologia é ainda o bastião do vitalismo, além da química animista, anterior à analítica de Lavoisier. Há mesmo dominância de um certo vitalismo fisiologista na concepção da doença, fruto da “geração espontânea” da vida, base da teoria miasmática.

Há, ainda neste momento, a concepção médica de que a doença e a saúde se opõem, embora o saudável já seja o “não doente”, o não desequilibrado pela “doença”. Há uma diferença qualitativa, e neste ponto se está de acordo com Foucault, entre o estado mórbido e o estado saudável, embora a definição “positiva” de saúde fosse mais típica das correntes vitalistas e naturalistas da segunda metade do século XVIII.³¹

Quando a anatomoclínica e a fisiologia se fundirem e se apoiarem na moderna química racionalista e analítica; quando o método experimental vier apoiar a busca de regularidades estatísticas no funcionamento dos órgãos, dos tecidos, dos sistemas e aparelhos do organismo humano, ter-se-á finalmente dissipado a antiga oposição entre a saúde e a doença, entidade substancial que invade uma totalidade individual sadia, estabelecendo-se a enfermidade como “desvio” de um estado de funcionamento considerado clinicamente normal.

A doença não é mais um “ser”, mas um “estado”. Estado oscilante de desvios, em face de uma “norma” estabelecida pela observação (clínica, de laboratório), que não dispõe de valores ou modos de ser absolutos, mas de maneiras previsíveis de agir e de funcionar, devido às funções a cumprir, num todo orgânico de partes interdependentes.

³⁰ Foucault estabelece, no *Nascimento da clínica*, cit., “descontinuidade” entre as reconceituações da teoria das doenças, analisando-se as diferenças epistêmicas entre a “medicina das espécies”, a protoclínica, depois a clínica, e finalmente a anatomoclínica. Essas reconceituações não põem em questão os dois elementos fundamentais da medicina moderna: a objetivação da “doença” e a objetivação do “corpo” como campo de teorização da medicina.

³¹ Foucault, op. cit., pp. 39-40. Se bem que Foucault generalize uma “tendência” da medicina “naturalista”, “social”, para a clínica, que por essa época já era predominantemente organicista. As vezes Foucault chama a testemunho teóricos da medicina que são revolucionários franceses, quase sempre naturalistas, além de possíveis vitalistas da Escola de Montpellier.

A concepção de “organismo” é fundamental no estabelecimento das categorias de “normal” e “patológico” como fundamentos da medicina clínica, a partir do século XIX, sobretudo na segunda metade, com Claude Bernard. E assim que a “identidade real dos fenômenos vitais normais e patológicos, aparentemente tão diferentes, e aos quais a experiência humana atribui valores opostos, tornou-se, durante o século XIX, uma “espécie de dogma”³² cientificamente garantido, cuja extensão no campo da filosofia e da psicologia parecia determinada pela autoridade que os biólogos e os médicos lhe reconheciam.³³

Canguilhem afirma que o “dogma” da identificação normal-patológico nos fenômenos vitais teve duas formas diferentes de exposição, em “condições diferentes” e até com “intenções diferentes”, por Auguste Comte e Claude Bernard.³⁴

Para ele, essa identificação em Comte “é uma ideia que – explícita e respeitosamente – ele reconhece dever a Broussais. Para Claude Bernard, é a conclusão tirada de uma vida inteira de experimentação biológica, e cuja prática é codificada metodicamente pela célebre *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*”³⁵

Antes de se discutir a origem “médica” da concepção de normal e patológico no pensamento de Comte, que talvez seja anterior e mais ampla que a “ideia de Broussais”, é necessário acompanhar um pouco mais o raciocínio de Canguilhem, no sentido de perceber as diferenças, uma vez que haverá no final, da parte do autor, uma conclusão “valorativa” sobre o papel da concepção na filosofia e na medicina, como se a concepção médica, “deslocada” do seu campo original para outro (social), com outra realidade, se tivesse tornado menos racional.

A primeira, e talvez a mais importante distinção, está na questão do “método”. O método de Comte (para operar com a identidade Normal-Patológico) é “especulativo”, “puramente conceitual”, ao passo que em Claude Bernard é “experimental”, em vista de uma “ação racional” sobre o patológico (a doença).

A segunda distinção é de conteúdo teórico. Enquanto Comte tenta deduzir especulativamente o normal do patológico, partindo das manifestações patológicas para o normal, Bernard parte experimentalmente do normal para o patológico, com finalidades terapêuticas:

³² Canguilhem, op. cit., p. 23.

³³ Grifos da autora.

³⁴ Canguilhem, op. cit.

³⁵ Ibidem.

No pensamento de Comte, o interesse se dirige do patológico para o normal, com a finalidade de determinar especulativamente as leis do normal, pois é como substituto de uma experimentação biológica muitas vezes impraticável – sobretudo no homem – que a doença aparece como digna de estudos sistemáticos. A identidade do normal e do patológico é afirmada, em proveito do conhecimento do normal. No pensamento de Claude Bernard, o interesse dirige-se do normal para o patológico, com a finalidade de uma ação racional sobre o patológico, pois é como fundamento de uma terapêutica em franca ruptura com o empirismo que o conhecimento da doença é “procurado”...³⁶

Seria grosseiro resumir – talvez reduzindo, simplificando – os termos da argumentação de Canguilhem, afirmando que para ele as diferenças, em termos da função do postulado da identificação Normal-Patológico, entre os dois autores, nos dois campos, reduzem-se a que a concepção de Comte é “filosófica”, ao passo que a de Claude Bernard é “científica”, com todo o peso de valoração que tem na racionalidade científica moderna essa distinção.

A conclusão do raciocínio, no entanto, não parece deixar escolha: “Finalmente, em Comte, a afirmação da identidade permanece puramente conceptual, ao passo que Claude Bernard tenta precisar essa identidade numa interpretação de carácter quantitativo e numérico”.³⁷

Não é finalidade deste capítulo discutir traços remanescentes do racionalismo, em termos de “método” e de “concepção filosófica” sobre a natureza e a finalidade dos conceitos nas disciplinas, no trabalho de Canguilhem. Tanto mais que o autor declara que não pretende depreciar a teoria da identidade Normal-Patológico tratando-a de “dogma”, mas simplesmente fazer entender seu alcance e repercussão.³⁸

Vale, no entanto, ressaltar a ideia implícita – e às vezes explícita – no texto de Canguilhem de que há conceitos científicos (Normal-Patológico) que são deslocados, “transplantados” de seu campo (o pensamento médico), tendo neste outro campo social outra finalidade e outra natureza, “não científica”, ausente no seu campo originário.³⁹

³⁶ Canguilhem, op., cit.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem, p. 24.

³⁹ Ibidem, pp. 27-42.

A ideia de cientificidade associada ao experimentalismo, ao “quantitativismo” mesmo, como forma de estabelecimento do conceito científico, contrariamente ao filosófico, que permanece “qualitativo”, portanto “impreciso”,⁴⁰ leva Canguilhem a definir a concepção de Normal-Patológico em Comte como uma “visão filosófica”, e a de Claude Bernard como “teoria científica”, em que pesem suas limitações.⁴¹

Apenas um ponto vale a pena ser destacado, antes de se examinar as duas disciplinas do Normal e do Patológico na sociedade contemporânea, a medicina e a sociologia. É um ponto de natureza ao mesmo tempo epistemológico e político. Esse ponto refere-se à separação dicotômica entre a “teoria científica”, ou o “conceito científico”, e a “teoria filosófica”, ou a “categoria filosófica”, vista como “imprecisa”, “qualitativa”, não comprovada”, “generalizante”.

Esta “separação” é um pressuposto do racionalismo moderno, que teve sua primeira formulação magistral em Descartes, como já se viu neste trabalho. O efeito epistemológico – e político – desta separação dicotômica é, em primeiro lugar, excluir o pensamento filosófico da razão científica como especulativo, improvável, incomensurável (no sentido literal do termo). Em segundo, legitimar a forma de teorização experimental quantificada, como “verdadeira”, “neutra”, despojada de princípios e consequências filosófico-políticas sendo, portanto, “insuspeita” em suas afirmações e resultados.

O problema é que os conceitos da razão científica moderna não se constroem com essa pureza epistemológica (ou social), como se analisou nas páginas precedentes.

Por outro lado, a ideia da “transposição” de conceitos de uma disciplina para outra como artifício epistemologicamente ilegítimo não parece ter sido, como já se afirmou, uma operação teoricamente improdutiva.

A circulação e a complementaridade dos conceitos das disciplinas da vida humana (sobretudo a medicina) e das disciplinas do social (sobretudo a sociologia, a partir de Comte) terão efeitos bastante produtivos em termos teóricos, na sociologia, sobretudo com Durkheim, o grande continuador da identidade normal-patológico, para o funcionamento da vida social, e o grande definidor da “patologia social” como desvio que confirma, ratifica e legitima a “Norma”, em termos de princípios de organização e de manutenção da vida coletiva.

⁴⁰ Ibidem, pp. 32-33.41_Ibidem, pp. 63-66.

⁴¹ Ibidem, pp. 63-66.

Que os conceitos não têm as mesmas funções em campos disciplinares distintos não há dúvida, mas que não sejam teoricamente produtivos enquanto conceitos nos campos para os quais são transplantados não é tão certo assim.

Supor que esta transposição implique “ideologização” do conceito original é supor que no seu campo de origem ele é “puro”. O que também restaria a provar. Sobretudo em se tratando de teorias como a da identificação do Normal e do Patológico, com a consequente exclusão dos conceitos de “Vida” e de “Saúde”, como critérios de estabelecimento da diferença entre estado mórbido e não mórbido, em relação aos eventos fisiológicos, ao funcionamento dos órgãos e do organismo como totalidade individual complexamente organizada.

A ideia fundamental que se pretende desenvolver aqui é a da “função” do princípio da identidade Normal e Patológico, e dos conceitos de normalidade e patologia na filosofia de Comte, que influenciará a sociologia francesa posterior por intermédio de Durkheim, como original e diferente da de Claude Bernard, que se destina a fundar a moderna anatomoclínica experimental.⁴²

De fato, “Comte atribuiu ao que ele chama de princípio de Broussais um alcance universal, na ordem dos fenômenos biológicos, psicológicos e sociológicos”.⁴³ Canguilhem chega a afirmar que “Comte elevou a concepção nosológica de Broussais à categoria de axioma geral, e não seria exagerado dizer que ele lhe atribuiu o mesmo valor dogmático que tem a lei de Newton ou o princípio de d’Alembert.”⁴⁴

Comte busca, dessa forma, um princípio teórico unificador de explicação da Vida Natural e da Vida Social, ou melhor, do funcionamento do “organismo natural” e do “organismo social”. Este princípio não se encontra necessariamente na identificação Normal e Patológico.

Os conceitos de Normal e Patológico ancoram-se na concepção unitária de microrganismo (individual) e macrorganismo (social) vivos que devem, ambos, obedecer às mesmas leis. Mais ainda, subjacente à concepção da Vida (social ou individual) como organismo, isto é, como funcionamento integrado de partes elementares, preexiste a ideia “evolutiva” desse organismo.

Ambas as concepções, tanto a da sociedade como organismo, como a do organismo social como ser vivo, em processo da evolução, já estavam presentes no pensamento enciclopedista do século XVIII, nas ciências físicas e nas sociais, como se viu no capítulo anterior.

⁴² Segundo Canguilhem, as concepções de Comte influenciam também os médicos e fisiologistas franceses do século XIX, muitos dos quais foram seus discípulos. Ver op. cit.

⁴³ Canguilhem (ibidem, p. 27).

⁴⁴ Ibidem, p. 28.

Os “ideólogos” do terceiro quarto do século, alguns deles médicos, entre os quais Cabanis (1757-1808), exerceram profunda influência sobre Comte no período de sua juventude. Além de ideólogos como Destutt de Tracy (1754-1836) e Volney (1757-1820), economistas como Adam Smith e Jean-Baptiste Say e filósofos como Hume e Condorcet exerceram grande influência sobre o fundador do positivismo.⁴⁵

O *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, deste último, é considerado “o fator mais decisivo” para a formação de Comte. Segundo Giannotti:

A obra de Condorcet traça um quadro do desenvolvimento da humanidade, no qual os descobrimentos e invenções da ciência e da tecnologia desempenham papel preponderante, fazendo o homem caminhar para a era em que a organização social e a política seria produto das luzes da razão.⁴⁶

Se a concepção evolutiva da sociedade, transferida para o “pensamento social” do período enciclopédista das ciências naturais era corrente, no início do século XIX, e banhou de retorno, em termos de “princípio universal” do desenvolvimento da vida (natural, individual, social), as próprias disciplinas “naturais”, a concepção do progresso como lei de evolução da vida será uma ideia que caberá a Comte elaborar como “categoria fundamental” de sua teoria e unificadora das vidas natural e social.

Neste sentido, as categorias de “Normal” e “Patológico” são conceitos “subordinados”, no sistema positivista comtiano, aos de “organismo”, “evolução”, “progresso” e “ordem” (natural, social).

Na verdade, os conceitos de evolução e progresso representam, provavelmente no pensamento social de Comte, o que representavam os conceitos de “saúde” e “vida”, na teoria médica. Por outro lado, o conceito de organismo supõe a categoria de corpo (individual, social), oriunda também do século XVIII e presente, como se viu, tanto nas ciências naturais como no pensamento social da época.

Desse modo, da mesma forma que o pensamento médico, por intermédio de Cabanis, Broussais – e indiretamente de Bichat, de acordo com Canguilhem⁴⁷ –, fez

⁴⁵ Cf. A. Giannotti, In: Comte, col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, consultoria e introdução de Arthur Giannotti, p. VI.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Cf. Canguilhem, op. cit., cap. II.

parte da formação teórica de Comte, também o fez, na mesma época, o pensamento social, e talvez com maior intensidade.⁴⁸

Este período de formação pode ser situado entre 1816 e 1824, e se inclui os meses em que Comte seguiu cursos de medicina e fisiologia na faculdade de medicina de Montpellier, secular centro do vitalismo médico, inclui também – e sobretudo – o tempo em que se tornou secretário de Saint-Simon.

Sobre essa experiência, Comte declara:

Pela cooperação e amizade com um desses homens que veem longe nos domínios da filosofia política, aprendi uma multidão de coisas, que em vão procuraria nos livros, e no meio ano durante o qual estive associado a ele meu espírito fez maiores progressos do que faria em três anos, se eu estivesse sozinho; o trabalho desses seis meses desenvolveu minha concepção das ciências políticas, e indiretamente tornou mais sólidas minhas ideias sobre as demais ciências.⁴⁹

O pensamento de Comte refletirá essa dupla influência, oscilando entre as ciências naturais (física, matemática, história natural, biologia) e o pensamento social do final do século XVIII e início do século XIX, na busca de um princípio de unificação epistemológica das ciências, e de um modelo explicativo da evolução da sociedade e do progresso da humanidade.

A síntese epistemológica de Comte será encontrada, entretanto, basicamente na Biologia e na História Natural, uma vez que elas fornecem, através da concepção da evolução das espécies,⁵⁰ um modelo teórico para a ideia do “progresso intelectual” da humanidade, como “forma específica” de evolução do inferior (mais primitivo, mais simples) para o superior (mais elaborado, mais complexo); à medida que a biologia e a história natural – e as ciências físicas em geral podem embasar, através da concepção de “ordem natural”, a categoria de “ordem”, tão fundamental no pensamento sociológico positivo; na medida em que estas disciplinas fornecem um modelo “evolutivo” para

⁴⁸ Cf. Canguilhem, *ibidem*, p. 27, nota 1; Giannotti, *op. cit.*, pp. VI-VII. Ver também R. Aron. *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard, 1967, p. 125.

⁴⁹ *Comte*, *cit.* Deve-se assinalar, entretanto, que a amizade entre Comte e Saint-Simon terminou em briga, em 1824. Ver Aron, *op. cit.*, p. 125.

⁵⁰ Deve ser observado aqui que, embora a teoria da Origem das Espécies de Charles Darwin ainda não tivesse sido publicada à época das edições dos *Cours de philosophie positive* e do *Système de politique positive*, tendo sido editada em 1859, dois anos após a morte de Comte, as ideias evolucionistas sobre as espécies já eram aceitas nos meios científicos da primeira metade do século XIX, sobretudo entre os cientistas naturais, como biólogos, historiadores naturais, fisiologistas, apesar das resistências conservadoras.

a explicação das mudanças na sociedade, e que, dessa forma, a história social pode ter uma analogia na história natural, otimista, harmônica e equilibrada, apesar de eventuais episódios cruentos que a lei da sobrevivência do mais forte explica. A mão invisível da Natureza conduz todos os eventos, mesmo os sociais, para o “melhor”, isto é, para o progresso e o aperfeiçoamento da humanidade.

Apesar do peso da influência das ciências físicas no pensamento comtiano, deve ser assinalado que Comte não estava interessado apenas em uma “estática” ou “dinâmica” social.

Comte não quer responder apenas à “variação dos estados” da sociedade, em termos de normalidade e patologia, ou mesmo da variação dos “estados individuais” (em termos de Normal e Patológico). Comte quer responder também às questões da origem e das causas da mudança na história da humanidade, o que supõe uma filosofia da história, ou de uma “evolução histórica” da sociedade, que é, de fato, o projeto positivista realizado. Além disso, Comte quer estabelecer uma filosofia das ciências, e, mais que isso, uma “ordenação hierárquica” entre elas, a partir de um princípio de “síntese epistemológica”.

Finalmente, Comte quer estabelecer uma teoria analítica da composição elementar da sociedade (no sentido de uma “análise química” da sociedade), realizando, através da estática social, de certa forma, uma “anatomia” da sociedade. Por outro lado, pela análise das variações desses elementos constitutivos do corpo social, variações históricas, Comte estará estabelecendo, através do modelo da “dinâmica social”, uma verdadeira “fisiologia” da sociedade.

As concepções, teorias e conceitos de Comte, e mais tarde as do positivismo não são, desse modo, rigorosamente falando, nem “sociais” nem “naturais”. São categorias e teorias “biosociais”, que estão na origem da disciplina do *Socius*, isto é, da Sociologia.

Dessa forma, quando Comte generalizava o princípio de Broussais para os fenômenos do “organismo coletivo”, estava confirmando a ciência do social como disciplina do Normal e do Patológico, é verdade, mas também como uma disciplina à imagem e semelhança da Natureza, e das disciplinas naturais, de acordo com a tradução da racionalidade moderna, desde o século XVII.

Não se trata, portanto, simplesmente de “transferência” ou “deslocamento” de conceitos de seus campos disciplinares, para que cumpram funções menos racionais em outro campo disciplinar.

Do ponto de vista deste trabalho, existe “solidariedade nocional” entre as categorias naturais, sobretudo da área biomédica, e as categorias das disciplinas sociais, sobretudo a Sociologia, numa estrutura de “regime enciclopédico”, próprio da racionalidade científica moderna, pelo qual há uma circulação de conceitos benéfica para a totalidade dos saberes disciplinares. É verdade que, na maioria das vezes, a migração dos conceitos se faz da área das ciências físicas ou naturais para as sociais, o que não impede o reforço de tais categorias para ambos os campos. Essa migração preferencial do natural para o social é fruto da dominância, na racionalidade científica, do primeiro campo, o que confere ao campo das ciências naturais maior legitimidade “social”. Nesse sentido, o emprego de categorias “naturais” no campo disciplinar social confere, “aparentemente”, uma certa aura de exatidão à teoria que emprega tais categorias. Mas essa “aura” só se mantém se as categorias tiverem realmente algum alcance objetivo, isto é, se forem capazes de “explicar” certos aspectos do objeto de tematização da disciplina social que as emprega.

E a hipótese desse trabalho é que grande parte dessas categorias são realmente “funcionais” para as disciplinas para onde foram transplantadas, no que concerne aos objetos e objetivos dessas disciplinas, apesar das eventuais disputas pela paternidade dos conceitos e das teorias, tão comuns nos nossos cientistas modernos, ou dos protestos por “uso indevido” dos conceitos por disciplinas não originárias desses conceitos.⁵¹

Nesse sentido, a ambição de Comte, de extensão universal do princípio de identificação Normal-Patológico, foi plenamente vitoriosa na sociologia do século XIX e da primeira metade do século XX, através dos seguidores positivistas, entre os quais se encontraram inúmeros médicos, é verdade, mas que contou também com a nata da sociologia acadêmica, da qual o discípulo mais ilustre e famoso foi Durkheim.⁵²

Essa ambição realizada de Comte, pode ser ilustrada com grande clareza no trecho que se segue, transcrito por Canguilhem:

Broussais mostra que os fenômenos da doença coincidem essencialmente com os fenômenos da saúde, da qual só diferem pela intensidade. Esse luminoso princípio tornou-se a base sistemática da patologia, subordinada, assim, ao conjunto da biologia. Aplicado em sentido

⁵¹ Canguilhem (op. cit., p. 28) refere que “pouco a pouco, Comte quase chega a reivindicar para si mesmo a paternidade deste princípio (identidade normal-patológico), em virtude da extensão sistemática que lhe conferiu, exatamente do mesmo modo como, no início, achava que Broussais, tendo tomado este princípio de Brown, podia reivindicá-lo para si próprio, em virtude do uso pessoal que dele havia feito”. Por outro lado, a disputa pública de Comte com Saint-Simon tivera origem na publicação por este último, do *Catéchisme industriel* incluindo uma parte do que viria a ser o livro *Système de politique positive* de Comte, “sem o nome de Comte”.

⁵² A obra de Durkheim será o objeto de análise posterior na segunda fase da presente investigação.

inverso, explica e aperfeiçoa a grande capacidade da análise patológica para esclarecer as especulações biológicas... O “regime enciclopédico” o estenderá sobretudo às funções intelectuais e morais, às quais o princípio de Broussais ainda não foi condignamente aplicado, de modo que suas doenças nos surpreendem ou nos emocionam sem nos esclarecer..., além de sua eficácia direta para as questões biológicas, ele constituirá, no sistema geral de educação positiva, uma vantajosa “preparação lógica aos processos análogos para com a ciência final” (Sociologia). Pois o organismo coletivo, em virtude de sua “complexidade superior”, comporta perturbações ainda mais graves, mais variadas e mais frequentes que as do “organismo individual”. Não tenho medo de assegurar que o princípio de Broussais deve ser estendido até esse ponto, e já o apliquei nesse campo para confirmar ou aperfeiçoar as “leis sociológicas”. Contudo a “análise das revoluções” não poderia esclarecer o “estudo positivo da sociedade” sem que haja, a esse respeito, a iniciação lógica resultante dos casos mais simples apresentados pela biologia.⁵³

O conjunto de expressões e categorias grifadas no texto acima pela autora deste trabalho pretende chamar a atenção mais para a “importação” de conceitos e princípios metodológicos das “ciências da vida”, tais como os de “organismo coletivo” (sinônimo de Sociedade, ou “corpo social”), “ciência final” (sociologia), por sua “complexidade superior” (termo final da evolução); “lei” (aplicada à Sociologia); “regime enciclopédico” (afirmação do princípio de síntese epistemológica para todas as disciplinas, a partir da biologia); as “revoluções” concebidas como distúrbio ou “perturbação” (portanto, patologia) de um “organismo mais complexo” (a Sociedade), que devem ser “analisadas” a partir dos casos mais “simples” (indivíduos), “apresentados pela biologia”.

Tem razão Canguilhem ao afirmar que Comte “elevou a concepção nosológica de Broussais à categoria de axioma geral” e que ele tem o “mesmo valor dogmático que a lei de Newton, ou o princípio de d’Alembert”.

⁵³ Comte. *Système de politique positive*. Paris: Cres, 1851-1854, 4.^a ed., 1912, pp. 651-653, citado em Canguilhem, op. cit., p. 28. Canguilhem encerra sua longa citação com um comentário não destituído de Ironia: “Eis, portanto, um princípio de nosologia investido de uma autoridade universal, inclusive no campo da política”. Nosso autor não ignora, entretanto, e sua obra vitalista o demonstra, as “implicações universais”, “inclusive no campo da política”, do princípio nosológico da identificação normal-patológico das ciências biomédicas, implicações tão bem expostas no *Nascimento da clínica* de Foucault, obra encomendada pelo próprio Canguilhem. Canguilhem, discípulo racionalista de Bachelard, é, entretanto, mais “continuista” do ponto de vista epistemológico, que seu mestre, como o prova sua obra *Ideologie et rationalité dans les Sciences de la vie*, cit., pp. 34-45.

Pois também como Newton, Comte busca um princípio teórico de unificação, tanto epistemológico como ontológico, dos “ramos” da Natureza: o “físico” e o “humano” (individual, social).

Se Newton encontrou esse princípio nas leis da mecânica, Comte se esforçará para encontrá-lo na biologia e na anatomopatologia da clínica, isto é, na clínica do início do século XIX, que já encontrou suporte patológico na própria fisiologia.

A fisiologia do tempo de Comte não é mais o bastião do Vitalismo. Não se podendo considerar, como o demonstra Foucault, que o “vitalismo” de Bichat, que se prende à repetição das experiências anatomopatológicas para precisar a especialidade das doenças, definindo a vida pelo seu negativo, seja o vitalismo superado no século XVIII:

A morte é a doença tornada possível na vida. E se é verdade que para Bichat o fenômeno patológico se articula com o processo fisiológico e dele deriva, esta derivação, na separação que ela constituiu, e que denuncia o fato mórbido, se fundamenta na morte.

“O desvio da vida é da ordem da vida, mas de uma vida que conduz à morte?”⁵⁴

O vitalismo da fisiologia do início do século XIX é campo de desenvolvimento da anatomopatologia, que procura analisar e medir os distúrbios do organismo individual. A fisiologia de Broussais é a que busca na “irritação”, ou na “excitação” dos órgãos, tecidos e sistemas, a explicação da vida, e no excesso ou na falta de “excitação”, a origem do anormal, do mórbido, do “patológico” em todas as suas formas.⁵⁵

O “vitalismo” dos fisiologistas ligados à anatomia patológica, isto é, à ciência das doenças, não está propriamente interessado em estabelecer as leis da vida, ou da saúde, categorias metafísicas desde o século XVIII. O vitalismo da fisiologia mecanicista quer “entender o movimento” da vida a partir da morte, isto é, a vida como movimento que termina na morte.

Como se acentuou anteriormente aqui, a vida é vista, desde a época clássica, como um movimento contínuo que se interrompe e paralisa na morte. O esforço da fisiologia é para conhecer a “origem” – inclusive em termos topográficos – as “leis

⁵⁴ Foucault, op. cit., p. 177. Grifos da autora deste trabalho.

⁵⁵ Canguilhem, op. cit., 33-36.

de funcionamento” e a “causa eficiente” deste movimento (causa motriz). Mas é a partir dos desvios e da paralisação deste *motus continuus* que se busca entender origem, funcionamento e causa motriz. O “vitalismo” da fisiologia da racionalidade médica é, portanto, bastante relativo.

Foucault e Canguilhem detiveram-se profunda e detalhadamente sobre as teorias fisiológicas, desde a época clássica até o século XIX, nas obras citadas neste trabalho. É interessante ressaltar, na análise que os autores fizeram das diversas teorias fisiológicas, que apesar de sua variação em termos de conteúdos, alguns certamente curiosos, havia sempre a tentativa de situar o “impulso” ou a “sede” da atividade vital, seja em órgão, fluido, tecido ou sistema. Da doutrina dos “espíritos animais” no sangue, à teoria da “excitação” (ou irritação), passando pelos “animálculos”, ou “homúnculos”, presentes desde o momento da concepção, é sempre a mesma tentativa da fisiologia, de reduzir o fenômeno de vida ao organismo, ou aos seus componentes, o que caracteriza o traço “organicista” da racionalidade científica moderna na medicina.

Um outro traço ressalta, entretanto, impressionante pelo seu caráter ao mesmo tempo macabro e recorrente: todas essas teorias buscam denodadamente o “mecanismo” da vida, sempre a partir da morte. Que se abram corpos mortos (ou vivos), que se dissequem cadáveres ou se retalhem o corpo dos animais e dos doentes, no laboratório ou no hospital, é sempre a mesma incansável busca: o que faz com que “isto” se mova? Ou, ainda, o que explica que isto, que ainda há pouco pulsava, jaza agora inanimado?

Desta forma, a fisiologia do século XIX já não apenas observa ao microscópio, mas analisa, com a patologia, os órgãos lesados (ou os tecidos) e verifica, na clínica, os índices de desvio da “Norma” ideal do desempenho orgânico. Se a “entidade” doença desaparece nessa nova visão, tudo é potencialmente patologia, pois muito tênues são as bordas do normal e do patológico. Tudo é “desvio” em potencial. Juntamente com a doença, desfaz-se definitivamente, no grande universo da racionalidade médica, o conceito de saúde.

Essa fisiologia ganhará seu pleno desenvolvimento e sua grande aplicação na clínica experimental de Claude Bernard, na segunda metade do século XIX. Com esta clínica, os sintomas são vistos muito mais como perturbações, “disfunções” do organismo que como “modo de ser” de uma “entidade” (doença).

Os distúrbios são índices de desvios, cujos limites precisam ser estatisticamente estabelecidos, matematicamente elaborados.

É verdade que o estabelecimento desses limites visa, na medicina, “à intervenção racional sobre a patologia”, isto é, sobre a doença. Isto não implica, entretanto, que tal conhecimento se dirija do “normal para o patológico”, e que no pensamento social (de Comte, neste caso) se dirija do “patológico para o normal”, e ainda assim de “forma especulativa”, como afirma Canguilhem.

O próprio Canguilhem mostra, na belíssima segunda parte do *Normal e patológico*,⁵⁶ como os pressupostos e as conclusões das experiências clínicas em laboratórios são questionáveis, em termos de estabelecerem as fronteiras do “normal” e do “patológico”, sendo às vezes francamente especulativas ou valorativas. Elas não conseguem fundar uma ciência afirmativa do biológico, do ser vivo, do normal, pois no fundo partem do patológico, mesmo entendido como “desvio de uma média geral”, estabelecida abstratamente, a partir de repetições estatisticamente tabuladas, e que se torna parâmetro de normalidade:

Quando Claude Bernard e Virchow, cada um por seu lado, tinham a ambição de constituir uma patologia objetiva, um sob a forma de patologia das regulações funcionais, outro sob a forma de patologia celular, eles tinham tendência a incorporar a patologia sobre as bases da lei do determinismo... Ora, se pareceu impossível manter a definição da fisiologia como ciência do normal, parece difícil admitir que pudesse haver uma ciência da doença e que possa haver uma patologia puramente científica.⁵⁷

De fato, objetivamente as duas disciplinas, tanto a Medicina como a Sociologia, partem do Patológico para o Normal; a primeira tematizando o corpo individual, a segunda, o corpo social. Ambas tendem a deduzir o estado “Normal” (do indivíduo, da sociedade) em função da manifestação maior ou menor de “sintomas”, que nada mais são que a expressão de desvios que se consideram patológicos. Estes desvios supõem, portanto, um “estado-padrão” normativo, uma “Ordem” reguladora.

Por isso se sustenta neste trabalho que os conceitos de Normal e Patológico, de fato muito importantes tanto para a Medicina como para a Sociologia positiva, são categorias “subordinadas” a outras, que as embasam e as supõem epistemologicamente.

⁵⁶ Sobretudo nos capítulos II e III.

⁵⁷ Canguilhem, *ibidem*, p. 173.

Em outras palavras, as categorias de Normal e Patológico, e sua identificação relativa contemporânea, ancoram-se nas categorias de “Ordem” (Natural, Social) e de “Evolução” (progressiva).

O postulado da unidade da ordem natural e social alcança, assim, no pensamento sociológico de Comte, uma explicitação nunca alcançada anteriormente no pensamento social.

Certamente, suposto ao postulado da unificação Natural-Social, está a concepção de “Natureza” (natureza humana, ou natureza social), e de que as leis que regem uma como a outra são as mesmas, porque seu fundamento é um só: o intelecto humano, a Razão, no seu progresso contínuo e laborioso que encontrou, na “ciência moderna”, seu apogeu e seu lugar “verdadeiro”.

CAPÍTULO 6

Razão médica e paixão política: mecanicismo organicista x vitalismo homeopata no século XIX

Razão científica e Academia no final da Época Clássica

Até agora se analisou a racionalidade científica moderna, sem examinar detidamente as “razões” concorrentes ou antagônicas a ela, quando existentes. Estas aparecem mencionadas neste estudo quase sempre em termos de um fundo contrastante, fazendo ressaltar a autoridade epistemológica e social progressiva das ciências, e o papel demiúrgico das disciplinas naturais e sociais na sociedade capitalista, desde sua fase mercantil.

Os conflitos porventura existentes entre teorias e conceitos numa mesma disciplina, “física”, ou “humana”, e a história de bastidores de seus embates, em geral mais sociais (ideológicos, partidários, corporativos, econômicos) que propriamente científicos, não foram até aqui examinados.

A geração e o avanço dos traços constitutivos desta racionalidade: “racionalismo”, “mecanicismo”, “dualismo”, “fragmentarismo”, “metodologismo”, “quantitativismo”, “materialismo”, “evolucionismo”, ao longo de três séculos de modernidade foram privilegiados, em face do recuo e da possível derrota de outras “razões”, com outros traços característicos.

O cenário histórico de tais combates pouco foi reconstituído, por não serem estes – os combates – o objetivo deste trabalho. Entretanto, mesmo tendo como alvo central de preocupações a construção e o avanço desta racionalidade até hoje dominante, não se pode perder de vista que este avanço se faz em função da “conquista”, pela nova sociedade, do “reino natural”, e do “reino humano”, possibilitados pela ciência. E não há conquista de reinos sem batalha. Nem mesmo quando este reino é o reino da verdade.

Não foi principalmente em termos de visão do mundo, que se constituiu organizando o mercado internacional, o poder do Soberano e a soberania das Nações, que a razão científica teve de provar que era capaz de mudar – e mudar continuamente – a face do mundo. Foi sobretudo no cotidiano da produção de “verdades específicas” – teorias, conceitos – que construiu para cada sistema especializado de proposições objetivas, isto é, para cada disciplina científica.

Na verdade, as teorias das disciplinas científicas modernas foram geralmente marcadas por discussões e divisões, muitas vezes acirradas, entre os teóricos enunciadores de conceitos e proposições. Discussões geradas pelos próprios traços polares da racionalidade moderna, que suscitam seus contrários teóricos periodicamente, como se afirmou anteriormente.

Se se observa mais atentamente esses traços, vê-se que cada um deles implica um reducionismo, uma negação epistemológica e ontológica de uma característica oposta. Como já se viu antes neste estudo, o traço “dualista” da racionalidade científica moderna faz oscilar periodicamente as teorias disciplinares de um polo (da dualidade) a outro, inclusive no que concerne aos outros traços. Essas oscilações nas teorias exprimem disputas entre partidários de um polo teórico ou de outro.

Tais disputas têm como palco, a partir da segunda metade do século XVII, e sobretudo durante o século XVIII, as academias de ciências criadas durante todo o período clássico, envolvendo os patrocinadores principais da Ciência: as Nações, o Comércio, os Bancos, tornando o saber científico uma das principais práticas sociais. A instância de legitimação deste saber, entretanto, como já se afirmou, é “corporativa”, é a Academia. Os cientistas comunicam-se internacionalmente, trocam correspondências, publicações, experiências, solidariedade em caso de perseguições políticas. Mas também competem entre si, usurpam as “ideias” uns dos outros, denunciam seus inimigos e concorrentes ao Estado, tentam vender seus projetos a financiadores, ou firmar patentes, no intuito de garantir não só a paternidade, mas também a “propriedade” de suas invenções.

Em suma, a ciência, como atividade, já está em processo de socialização, mas os cientistas ainda continuam “artesãos”, muitas vezes pobres, ciosos de sua produção.

Serão necessários a Revolução Industrial e o assalariamento geral dos cientistas para que o artesão da ciência se torne o operário das disciplinas científicas especializadas, e que suas corporações de saber tomem o aspecto mais democrático de sindicatos.

Entretanto, essa transformação radical só acontecerá no século XX. No XVIII, as Academias eram as corporações dos “sábios”, instância de legitimação teórica elitista, apesar de construída a duras penas contra o Santo Ofício da Inquisição, sobretudo

nos países católicos, onde ainda no século da Razão a fogueira e a tortura faziam calar certas “verdades” dissidentes sobre a Natureza, a Matéria, o Mundo, a Alma e o Homem.

Depois que as Academias se estabelecem, em todas as Nações civilizadas, como instância privilegiada de reconhecimento – e de qualificação – das teorias e conceitos das disciplinas científicas, em meados do século XVIII, os principais traços da racionalidade moderna estavam já constituídos, com exceção do evolucionismo progressista e do organicismo mecanicista, que são traços que se agregarão a esta racionalidade como um todo durante o século XIX.

No entanto, de algum modo esses dois últimos traços, sobretudo o “organicismo”, estavam já presentes, como se viu, pelo menos em duas das disciplinas naturais, desde o final do século XVIII: na fisiologia e na medicina clínica, além de se manifestarem no pensamento social enciclopedista.

Em que pesem as discussões e disputas acirradas entre os teóricos, na “prática”, o que garantia a aprovação – e a legitimação – de uma nova teoria ou conceito era a aprovação das Academias.

Estas, promoviam concursos e financiamentos a projetos – nada milionários, é verdade, pois as Academias não eram ricas, dispondo de poucos fundos –, além de discussões, intercâmbios, conferências etc. Enfim, toda a atividade social e política da Ciência era intermediada pelas Academias, que se legitimaram junto ao Estado e aos financistas como porta-vozes dos cientistas.¹

Por outro lado, aos poucos as Universidades foram sendo ocupadas pelos acadêmicos, e as Faculdades e Institutos, sobretudo as das “Ciências Naturais”, entre as quais se incluía a Medicina, sendo a Fisiologia e a Clínica disciplinas da mesma Escola (Médica), totalmente ocupadas pelas corporações médicas no século das luzes.

No final do século XVIII, as Academias e as Escolas das Universidades europeias tinham o poder de colocar sobre uma teoria o selo da verdade, elevando, assim, seu autor (ou autores) socialmente, em termos políticos e econômicos, ou, pelo contrário, desqualificando-o junto à sociedade, às Cortes e aos governos (em geral de Estados autoritários, fossem eles parlamentares ou não), e junto aos seus pares, o que talvez fosse a pior punição. O “charlatão”, essa figura de desviante moral e herético da ciência, é criação do século da razão. Desde esse momento, é o pior epíteto que um cientista pode ouvir, pois implica desmoralização e perda de *status* social e profissional.

¹ Bernal, op. cit., faz extensa descrição histórica da fundação e do funcionamento das Academias, seus estatutos, associados etc., a partir do século XVII, com a Royal Society de Londres, e a Académie des Sciences, de Paris (ver pp. 430-440). Ai fica nítido o processo de institucionalização da ciência e a profissionalização paulatina do cientista.

Não é de admirar, portanto, que as academias e as universidades fossem já então os *fronts* mais importantes de combate pelo poder de enunciar as verdades científicas. Tampouco é de se admirar, em face do papel que a ciência já adquirira na produção e na reprodução social, que esse combate fosse algo mais duro que a dialética dos filósofos da Academia de Platão. Pois havia mais em jogo que o autoconhecimento e a contemplação das verdades em sua forma pura.

Em primeiro lugar, havia a ligação “vital” (orgânica, se se preferir a expressão de Gramsci) da ciência com a ordenação e a mudança da sociedade em construção. Em segundo lugar, havia o que se pode denominar de dogmas da razão científica, isto é, todos os implícitos nos seus traços constitutivos, acima sublinhados. A partir do triunfo desta razão, no final do século XVIII, nenhuma teoria ou conceito pôde mais fugir dos limites da morfologia do modelo científico, sob pena de ser considerada não científica, portanto não “verdadeira”. Este regime de legitimação das verdades, que ainda hoje se mantém, estabeleceu-se paulatinamente em todas as disciplinas, em algumas mais cedo, em outras tardiamente.

Na medicina, em razão possivelmente da antiguidade da corporação médica, que se edificou sobre o saber médico como “teoria” e como “arte” (de curar), o estabelecimento acadêmico como instância política de legitimação e de controle das verdades médicas se instituiu precocemente. As faculdades médicas e o ensino da clínica estabeleceram-se mais cedo que os de outras disciplinas modernas, como mostram comentadores, historiadores e filósofos da medicina.²

Dessa forma, o modelo racionalista, mecanicista e dualista da racionalidade científica, dominante também na medicina, dificulta ou mesmo impossibilita o reconhecimento de outras “verdades”, isto é, de outras teorias e conceitos contrários ao reducionismo da clínica anatomopatológica e da fisiologia mecânica, baseada na química analítica do enciclopedista Lavoisier.

Compreende-se, assim, por que apesar da eclosão de inúmeras teorias e sistemas explicativos da doença, e das mais variadas propostas de cura para todos os tipos de epidemias e doenças endêmicas que assolaram as Nações durante o período clássico, somente os que partilhassem dos postulados implícitos do racionalismo filosófico das ciências tinham alguma “chance” de se legitimar cientificamente. Não apenas, ou principalmente, por serem mais eficazes, em termos de intervenção, em face das

² Há, neste ponto, acordo entre historiadores e filósofos da medicina: a corporação médica é a mais antiga das corporações baseadas ao mesmo tempo em “Ciência” e “Arte”. Sua constituição remonta a milênios, mesmo na cultura ocidental. Na sociedade moderna, a medicina é situada, no que concerne ao ensino, entre o século XVII e o XVIII, apesar de florescerem, desde o século XII, a Escola Médica de Salerno e a Escola de Montpellier, escolásticas, “teóricas”, mas já reunindo o conhecimento medieval e árabe da época. Cf. H. Sigerist. *Historia y sociología de la medicina*, tradução e edição de Gustavo Molina, Bogotá, 1974; M. Foucault. *O nascimento da clínica*, cit.; G. Rosen. *Da polícia médica à medicina social*, cit.; J. Clavreul. *A ordem médica*, cit.

urgências sociais, mas por serem mais coerentes com a racionalidade moderna em construção.

Na medicina, entre os sistemas e teorias explicativos que não tinham “chance” de se legitimar, uma vez que contrastavam com os princípios lógicos da racionalidade médica em avanço, deve-se incluir o “vitalismo homeopático”.

O vitalismo homeopático e a razão médica

Adjetivou-se assim este vitalismo para deixar claro que a homeopatia não era a única teoria vitalista do final do século XVIII e início do século XIX, havendo, como se viu, a superação da grande questão da vida em relação ao organismo, que se buscava resolver, na teoria e na clínica, desde o mecanicismo cartesiano.

Além das teorias magnetistas, ou “mesmeristas”³, havia teorias animistas, algumas remanescentes das concepções alquímicas ligadas à química pré-Lavoisier, além da teoria vitalista “espontaneísta”, ligada à fisiologia clássica.

De acordo com esta última teoria, como se viu, os “germes” (micróbios, já observados em microscópio àquela época) são gerados espontaneamente por fermentação, a partir da deterioração da atmosfera, proveniente de emanações pútridas dos pântanos, das águas paradas, dos cadáveres insepultos, dos lixos e cloacas, das fezes etc. É a teoria “miasmática” da origem das doenças, geralmente identificada com o vitalismo clássico.

O vitalismo homeopático, entretanto, fundado pelo alemão Samuel Hahnemann (1755-1843), não se apresenta como um sistema explicativo “das doenças” e suas causas, mas como um sistema racional e experimentalista da “arte de curar doentes”. O indivíduo doente é, portanto, o ponto de partida clínico e o objeto epistemológico básico do sistema homeopático. Sem entender esse princípio nocional que fundamenta toda homeopatia, continua-se imerso na “ciência das doenças”, e não se tem condições de perceber em que reside a distinção da proposta homeopática em face dos outros sistemas. Em outros termos, trata-se de outra “racionalidade médica”, em muitos pontos antagônica, como se verá mais à frente, à racionalidade médica predominante à época de Hahnemann.

³ Franz Mesmer (1734-1815) é um exemplo típico dos “teóricos” antimecanicistas que se multiplicaram durante a segunda metade do século XVIII, partilhando de concepções animistas e espiritualistas secularmente enraizadas. Baseava-se em categorias como a força magnética dos corpos, o magnetismo animal, “fluidos espirituais”, da física e da química, trabalhando com imãs, imposição de mãos, objetos hipnotizantes, além da própria persuasão, como elementos de curas dos doentes. Alcançou grande poder pessoal em função das “curas” que logrou operar. Expulso da França como charlatão, a partir de um movimento dos médicos.

O vitalismo homeopático não é, portanto, para estabelecer uma primeira distinção básica, aquele vitalismo fisiológico da “geração espontânea da vida” (e da “doença”) mas o do equilíbrio (ou desequilíbrio) da “força vital” do indivíduo.

As categorias centrais da teoria médica de Hahnemann são as de “força vital”, “miasma” e “psora”. São exatamente essas categorias que são investidas de significados originais em face do sistema médico organicista. São conceitos que têm sua base disciplinar na física, na química e na medicina alopática, mas são investidos de conteúdos nocionais distintos (e divergentes) na medicina homeopática. Na verdade, sabe-se que grande parte das categorias médicas no final do século XVIII provém da física, da química e da fisiologia, recebendo na medicina conteúdos próprios ao objeto da disciplina.

Na homeopatia, os conceitos de “força (vital)”, “miasma” e “psora” destinam-se a apreender e explicar o princípio (ontológico) do processo de adoecimento dos seres vivos, a origem (histórica) das doenças (e não sua “causa”) e os tipos principais de “adoecimento” (e não as principais doenças) dos seres humanos.

Aqui deve ser feita uma segunda distinção: contrariamente à medicina do século XIX, a homeopatia não emprega o princípio da “causalidade eficiente” das doenças, que julga “inútil” para a cura dos doentes. Além disso, despreza o conceito fundamental de doença (em termos de entidade patológica). Desprezando o conceito, Hahnemann despreza também a “substância”, a “entidade mórbida”, conceito fundamental da racionalidade médica desde o início do século XVII.

Prefere afirmar que os eventos mórbidos conhecidos como doenças nada mais são do que a expressão sintomática, visível do desequilíbrio (ou “desarmonia”) da “vida”. A essa expressão sintomática não corresponde nenhuma entidade. O papel da medicina é concentrar-se nessa *gestalt* visível exterior, mutável e variável de indivíduo para indivíduo (e em cada indivíduo, ao longo de sua vida), para eliminar o processo mórbido como um todo, “sem buscar causas nem entidades”.

[...] Como num caso de adoecimento do qual nenhuma causa evidente provocadora ou mantedora (*causa occasionalis*)⁴ deva ser eliminada, não podemos perceber nada mais que os sintomas mórbidos, está bem claro que somente os sintomas devem ser o meio pelo qual a doença pede e aponta para o remédio apropriado para curá-la (sem deixar

⁴ A categoria de *causa occasionalis* tem o mesmo sentido que “elemento desencadeador” ou “mantenedor” do processo mórbido, e não o de ser causalidade explicativa da doença.

de lado a possibilidade da presença de um miasma e atenção devida a circunstâncias acessórias)... Além disso, a totalidade desses sintomas, “cuja imagem exterior é a expressão da essência interior da doença, isto é, da energia vital afetada”, deve ser o principal, ou o único caminho mediante o qual a doença pode fazer saber que remédio necessita, a única coisa que pode determinar a escolha do remédio mais apropriado. Em uma palavra, em todo caso mórbido individual, a “totalidade dos sintomas” deve ser para o médico a preocupação principal, o objeto único que deve ter em conta, a única coisa que deve ser “eliminada” por meio de sua arte com vistas a que sua doença seja curada e transformada em saúde.⁵

Não deixa de ser impressionante esse olhar de total negação da doença como ser, na clínica homeopática: à *gestalt* sintomática, forma histórica mutante, “não corresponde nada”, a não ser o desequilíbrio da “força vital”, esse princípio imaterial da vida, postulado ontológico indemonstrável. Sua expressão exterior desarmônica é, no entanto, perceptível através do “conjunto” dos sintomas, e prova, assim, sua existência.

Assim como para Leriche a saúde será “a vida no silêncio dos órgãos”,⁶ para o vitalismo homeopático o equilíbrio da energia vital é o silêncio dos sintomas.

A homeopatia é, assim, no início do século XIX, um sistema médico centrado na concepção e na observação da vida, através do seu princípio – força vital – manifestado nos seus desequilíbrios – eventos mórbidos. No limite, doença e morte são estágios da vida.

Entretanto a anatomia patológica do século XVIII analisava a enfermidade com um olhar que se interiorizava na lesão do órgão e se aprofundava no tecido, debruçando-se sobre os corpos (dos mortos, ou dos doentes), para “sediar” a doença e descobrir-lhe a “causa”. Sintetizou-se, com a fisiologia, na anatomoclínica do início do século XIX, para a qual a “doença” não se apresentava mais como totalidade de sintomas ou entidade mórbida.

⁵ S. Hahnemann. *Organon da arte de curar*, parágrafo 7, in Vijnovsky, B.: *Traducción y comentarios del Organon de Hahnemann*, Buenos Aires, 1983, p. 38. O autor faz uma tradução comentada do *Organon*, incluindo os parágrafos da 1.ª à 6.ª edição. O interessante a ser ressaltado é que, nas sucessivas edições, Hahnemann ia acrescentando parágrafos, notas e comentários ao texto original, mas “sem retirar outros parágrafos”. O que, ao longo dos 32 anos que decorrem entre a 1.ª e a 6.ª edição, leva a afirmações dispares, às vezes contraditórias.

⁶ Citado por Cangulhem em *O normal e o patológico*, cit., p. 67.

A doença só se desvelava pelo raciocínio (clínico), através da “análise” dos sintomas e da “intuição” do sintoma essencial, aquele que deixa transparecer a figura invariável da doença.⁷

Pode-se ver que não somente as concepções e categorias básicas são divergentes, mas também o próprio “objeto de conhecimento” e o “objetivo da clínica” dos dois sistemas médicos, o alopático e o homeopático.

Se a homeopatia não se apresenta (ainda) como anacrônica, ao menos está epistemologicamente deslocada em face da anatomoclínica, que avança como racionalidade médica dominante: “Do início do Renascimento até o final do século XVIII, o saber da verdade fazia parte do círculo da vida que se volta sobre si mesma, e se observa; a partir de Bichat, ele é deslocado com relação à vida, e dela é separado pelo intransponível limite da morte no espelho da qual ele a contempla”.⁸

O saber da clínica moderna, orientado pela morte (anatomia patológica), volta-se para a causa da doença (agente patogênico) e para sua origem espaço-temporal (localização orgânica e história sintomática), ao passo que o saber da clínica homeopática volta-se para o indivíduo desequilibrado (doente) no sentido de reparar-lhe a energia da vida (curá-lo).

O conceito de força “vital” marca, dessa forma, a diferença radical entre o “objeto” e o “objetivo” do saber nas duas clínicas.⁹

Por outro lado, a homeopatia, por seu fundador, se interessa pela “origem” dos “processos mórbidos conhecidos como doenças”. Origem duplamente histórica: em relação à espécie e ao indivíduo humano. Trata-se de uma origem filogenética e ontogenética, que será explicada pelo conceito de “Miasma”.

Deve-se fazer, nesta altura, uma outra distinção: o conceito de “miasma” em Hahnemann não deve ser identificado com o conceito clássico do século XVIII. O miasma não é nem ambiente fermentador, nem germe originado por esse ambiente, mas uma força “imaterial infectante” (e não “infeccionante”). Em face da interpretação filosófica clássica, a natureza do miasma homeopático é “espiritual”.¹⁰

⁷ M. Foucault. *O nascimento da clínica*, cit., caps. VI, VII e VIII.

⁸ *Ibidem*, p. 167.

⁹ Para François Jacob, o conceito de força vital no século XVIII é uma qualidade essencial da matéria que “constitui os seres vivos, um princípio que se difunde em todo o corpo”. Para Jacob, o vitalismo, entretanto, não funciona como um “operador” de conhecimento, tratando-se mais de uma “filosofia e de uma moral que de uma atitude científica”. Ver F. Jacob. *A lógica da vida*, cit., pp. 45-46.

¹⁰ Alguns discípulos de Hahnemann, entre os quais o americano Kent, deram posteriormente uma interpretação literalmente espiritual do miasma, vendo-o como o sinal de uma culpa ou tara original, que contagiou a humanidade como um todo, e cada indivíduo em particular. Outros atribuem uma significação organicista ao conceito, vendo em Hahnemann uma intuição genial da vida imperceptível (ao menos ao microscópio da época) isto é, do vírus. A “espiritualidade” do miasma, em Hahnemann, no entanto, deve ser entendida como de natureza “física”, ou seja, ligada às concepções de composição e equilíbrio de forças (ou energia) da Física contemporânea de Hahnemann.

O miasma afeta a força vital, que é “dinâmica e imaterial” de modo igualmente imaterial, dinâmico.

A função do conceito de miasma é de explicar a contaminação (da humanidade), o “contágio” (dos seres humanos entre si) e a “susceptibilização” para desenvolver “doenças” (quadros mórbidos) do gênero humano.

A influência das concepções e categorias da física da época está presente nas concepções e conceitos homeopáticos de “dinamismo” (da força vital dos agentes mórbidos), “força imaterial” (do miasma), “equilíbrio” ou “desequilíbrio” de forças (força vital e força miasmática) etc. Assim, o miasma é uma “força”, que pelo seu “dinamismo”, que é “imaterial”, pode desequilibrar a composição interna da “energia vital”. E é somente enquanto tal que pode fazê-lo. A predominância da força miasmática em face da força vital produz um desequilíbrio nesta última, levando-a a exprimir-se na exterioridade do organismo, isto é, a produzir sintomas superficiais, dérmicos, que já são expressão visível, “materialização” do desequilíbrio produzido internamente. Esse processo original de deslocamento do dinamismo do organismo humano atinge-o como um todo, podendo repetir-se, a partir de então, produzindo expressões exteriores modificadas (“conjuntos de sintomas”, ou doenças), num processo que é, ao mesmo tempo, de cronificação e de interiorização sintomática, em geral provocada por intervenção médica.¹¹

Por outro lado, no entanto, o miasma propagar-se-ia na humanidade por “contágio”, isto é, de ser humano para ser humano. Esta contaminação-contágio ocorreria a partir da “pele”, sobretudo para o que concerne ao miasma originário, isto é, a Psora. Em seguida, o contágio seria, para o que concerne aos dois outros miasmas explicativos das doenças, a sífilis e a sicose, de natureza “venérea”.¹²

Dessa maneira, todos os processos de adoecimento podem ser enquadrados num sistema classificatório de similaridades, a partir dos três grandes “miasmas crônicos”, dos quais o original e “susceptibilizador” dos organismos é a Psora. Neste sentido, todos os quadros sintomáticos (“doenças”) são explicáveis pelo conceito de “miasma”, não em termos de causalidade, mas de origem histórica, filogenética e ontogenética. Já a “causação” das doenças no sentido de transmissibilidade é explicada na concepção do contágio.

¹¹ Cf. S. Hahnemann. *The chronic diseases* (trad. inglesa de Louis H. Tafel). Nova Déli: Jaim Publishing Co., 1980, pp. 32-37 e 97-102.

¹² *Ibidem*, pp. 83-95.

Entretanto, tanto o contágio como modo de transmissão, como as totalidades sintomáticas como forma de classificação das doenças estão sendo abandonados pela clínica racionalista do século XVIII, e pela anatomoclínica que se inicia com o século XIX. Na verdade, “a medicina dos sintomas, pouco a pouco entrará em regressão, para se dissipar diante da medicina dos órgãos, do foco, e das causas, diante de uma clínica inteiramente ordenada pela anatomia patológica”.¹³

Finalmente, o conceito de “Psora” deve ser analisado como elemento originário do desequilíbrio da força vital humana, como “dinamismo miasmático” original.

Neste caso também se deve fazer uma distinção: a psora no sentido hahnemanniano, não deve ser identificada com a afecção dérmica da “Sarna”, tão comum e endêmica aos tempos de Hahnemann.

Aparentemente, também a “Psora” é um princípio imaterial, um “dinamismo imaterial” da mesma natureza que o de “força” ou “energia” vital, porém agindo em sentido contrário ao equilíbrio desta força. Tem uma existência de “muitos milhares de anos”, sendo “a mais antiga, destrutiva e incompreendida das doenças crônicas miasmáticas”, produzindo múltiplas variedades de conjuntos mórbidos conhecidos como doenças, entre as quais a lepra, e sendo o mais “infeccioso” (no sentido de infectante), e o mais generalizado dos miasmas crônicos. Se o miasma é o “gerador” das “doenças”, isto é, das totalidades sintomáticas, o miasma psórico deve ser considerado, na teoria homeopática, como o genitor dos miasmas, “a mais ‘universal mãe’ das doenças crônicas”.¹⁴

A Psora é, assim, ao mesmo tempo, “entidade mórbida” (mas não “uma doença”) e “origem das doenças”, energia maléfica e multidão de sintomas, princípio imaterial e materialização orgânica do adoecimento humano.

A explicação causai das doenças, questão fundamental da medicina do final do período clássico, não encontra assim, na homeopatia, uma correspondência teórico-conceitual. De fato, cada vez mais Hahnemann se preocupará com os quadros sintomáticos mórbidos dos doentes, procurando identificar sua classificação miasmática (psórica, sífilítica, sicótica) de acordo com certas similaridades, que corresponderão, em termos de medicamentos, às similaridades sintomáticas produzidas pelos mesmos em homens sãos.

Elabora-se, dessa forma, antagônico à ciência das doenças, o vitalismo médico mais polêmico da racionalidade médica moderna, que se inicia com Hahnemann no alvorecer do século XIX.

¹³ M. Foucault. *O nascimento da clínica*, cit., p. 139.

¹⁴ Cf. S. Hahnemann, op. cit., pp. 7-17.

Hahnemann: a arte de curar contra a ciência das doenças

A obra mais famosa do fundador e principal teórico da homeopatia, que reúne os princípios do saber homeopático, foi publicada no ano de 1810, sob o título de *Organon da ciência médica racional*. A partir de 1819 (segunda edição), ficou sendo conhecida como *Organon da arte de curar ou exposição da doutrina médica homeopata*.

Neste livro, Hahnemann discute a teoria e a prática médicas homeopáticas; os fundamentos da terapêutica *similia similibus curantur* (a cura dos semelhantes pelos semelhantes); a maneira de como estabelecer a escolha do medicamento adequado para cada paciente, em cada processo mórbido (princípio da individualização do medicamento); estabelece uma sintomatologia a ser observada típica da consulta homeopática (bastante detalhista e diferente em vários pontos da clínica da época); mostra como conduzir uma consulta homeopática sem induzir no paciente os princípios ou suposições terapêuticas do médico; dá orientações sobre a relação médico-paciente, discorrendo sobre sua natureza e importância para o tratamento e a cura do doente, inclusive no que concerne aos doentes mentais; afirma, finalmente, que a finalidade básica da homeopatia e da medicina como um todo é “curar”, e não “teorizar sobre as doenças”, cabendo aos médicos a tarefa única de “restabelecer a saúde dos enfermos”, colocando-se numa postura aparentemente pragmática, num clima geral da obra de crítica acerba à medicina de seu tempo:

A primeira, a única vocação do médico é restabelecer a saúde dos enfermos: é o que se chama curar. Sua missão não é forjar sistemas, combinando ideias ocas com hipóteses sobre a essência íntima da vida e a produção das moléstias no interior invisível do corpo, ou procurar incessantemente explicar os fenômenos mórbidos e sua causa próxima, que permanecerá sempre oculta para nós, submergindo o todo numa mixórdia de abstrações ininteligíveis, cuja pompa dogmática embasbaca os ignorantes, enquanto os doentes suspiram em vão por socorros. Já estamos fartos destes sonhos sábios que se chamam medicina teórica; é tempo de todos aqueles que se dizem médicos cessarem, enfim, de enganar os pobres humanos com palavras ocas de sentido, e de começarem a agir, isto é, a aliviar e a curar realmente os doentes.¹⁵

¹⁵ S. Hahnemann. *Organon da arte de curar*, 1.º parágrafo.

Sendo o *Organon* uma obra em parágrafos, no estilo literário-científico do início do século XIX, pode-se perceber seu caráter polêmico já neste parágrafo aqui citado integralmente. Na verdade, a que alude agressivamente o autor com a expressão “sonhos sábios que se chamam medicina teórica?” Certamente aos sistemas médicos explicativos que desde o século XVIII eclodiram na Europa, no rastro dos avanços da fisiologia, da física, da química, e da botânica, realizados nos séculos imediatamente anteriores. Tais sistemas, fossem eles animistas, mecanicistas, vitalistas ou magnetistas procuravam as “causas das doenças” e “deduziam” racionalmente a intervenção terapêutica a partir de um sistema lógico que aliava certas hipóteses a observações clínicas (em indivíduos doentes).

O interessante de se notar aqui é que esses sistemas não eram o escudo de charlatães ou o refúgio de curandeiros, mas o núcleo da medicina científica da época. Os sistemas médicos eram adotados nas Escolas, nas Academias, nas Associações Médicas, onde se digladiavam; faziam sucesso nas cortes, onde os médicos tornavam-se figuras socialmente prestigiosas ou repentinamente “desgraçadas”.

Tornam-se compreensíveis, aliás, estas rápidas ascensões e desgraças, se se pensa no quadro de saúde da época. Em face das doenças pestilenciais (peste, cólera, lepra) que, herdadas dos séculos anteriores, predominavam ainda no Velho Mundo; às epidemias que mais recentemente o varriam de tempos em tempos (varíola, “febres intermitentes”, vírus de “influenzas”); às endemias, mais antigas, que os colonizadores transportavam para o Novo Mundo (tuberculose, sífilis e outras doenças venéreas etc.), os “sistemas” dos séculos XVIII e início do XIX tentam responder, no nível da teoria médica e da intervenção terapêutica, ao grande mal da doença, que, junto às fomes e às guerras, constituiu, como já se salientou, durante séculos o grande flagelo dizimador de populações da Europa. Não é propósito deste estudo analisar a relação entre esses “males” e seus condicionantes, isto é, as péssimas condições sanitárias e nutricionais dessas populações. Basta assinalar mais uma vez que a gestação do capitalismo se deu sob tais condições, e que a produção de novas teorias e conhecimentos, seja em física, química, fisiologia, seja em medicina, clínica ou social, não pode ser desligada das grandes “urgências” que o processo de formação da nova sociedade gerava, seja no nível da produção, seja no nível da reprodução social. Os grandes sistemas médicos dos séculos XVIII e XIX não são exceção a esta regra, ao contrário.¹⁶ Beneficiadas pelos avanços recentes da farmacologia, que se deram pela manipulação de drogas durante o

¹⁶ Ver a este respeito: G. Rosen, op. cit.; J. C. Polack. *La médecine du capital*. Paris: François Maspéro, 1972; G. Berlinguer. *Medicina e política*, Bari: De Donato, 1973; J. B. Stern. “A saúde das cidades e o primeiro movimento de saúde pública”. In: Nunes, 1983; Foucault, sua obra como um todo, sobretudo os trabalhos citados ao longo deste estudo.

século XVIII, apoiadas na anatomoclínica, que dava seus primeiros passos, as grandes teorias médicas constituem-se realmente em sistemas explicativos racionalistas que buscam o caminho do experimentalismo de forma empírica, utilizando como cobaias os próprios doentes.

Era comum, por isso, no século XVIII e ainda durante o século XIX, receitarem-se e aplicarem-se as mais diversas drogas ao mesmo doente, que, não raro, “morria da cura”. Por outro lado, tinha-se conseguido separar “doente” e “doença”, caminhando-se, por meio do exame clínico e da anatomia patológica, no sentido da descrição de várias patologias, constituindo-se um quadro classificatório de doenças e estabelecendo-se critérios de “patologia” e “normalidade” para a clínica.

É nesse clima que Hahnemann elabora também o seu sistema médico. Entretanto pretende que o seu sistema seja diferente em tudo dos que constituíam a medicina da época: no método, que ao invés de “dedutivo” e “lógico”, pretende “sistematicamente experimentalista”; na intervenção terapêutica, que, ao invés de “empírica e arbitrária”, porque penetra no “interior invisível do corpo” do doente à procura das causas próximas da “doença”, pretende mais prática e de maior eficácia na medida em que visa ao restabelecimento do doente. Finalmente, na própria concepção do processo saúde-doença, que pretende “mais científica”, na medida em que toma como ponto de partida desse processo o homem como totalidade indissociável, o indivíduo doente, e não partes desse indivíduo atingidas por alguma patologia que as invade como um inimigo desconhecido que ataca fortalezas desguarnecidas em pontos-chave. Este modelo guerreiro, de batalha entre a doença inimiga e o organismo vulnerável, que aos poucos vai conferindo à imagem contemporânea da medicina, no início do século XIX, repugna ao fundador da homeopatia. Entretanto, durante o século XIX os médicos não cessarão de procurar a “causa próxima” da doença até descobri-la, através do conceito de agente patogênico. Abandonarão o conceito de “causalidade”, descendo do patamar “metafísico” para o “positivo”, no sentido comtiano, fazendo da medicina não mais um sistema racionalista explicativo, mas uma prática experimentalista, apoiada nas ciências naturais mais avançadas: a química, a física e, sobretudo, a biologia. Nada mais será invisível no corpo humano; todas as doenças serão explicáveis por sua causa próxima; somente a “essência íntima da vida” será deixada de lado, juntamente com o indivíduo doente.

Já na primeira metade do século XIX a medicina é a ciência das doenças. Colocará para o indivíduo suas regras da normalidade e da doença. Estar doente doravante representará comportar-se de acordo com padrões específicos de morbidade. Os médicos buscarão no doente sua “doença”, combatê-la-ão com os fármacos de que dispõem, específicos para cada morbidade. Verão na morte não mais o final de um processo vital, mas o sinal de sua derrota. A doença e a morte serão, assim, cada vez mais os inimigos da medicina.

Já se está longe da Homeopatia, para qual o adoecer é visto como um “processo vital” do indivíduo no sentido de equilibrar-se como totalidade biopsíquica. Se há muitos processos similares de adoecer, idênticos mesmo, possibilitando o traçado de um quadro de morbidades, sobretudo no caso de doenças crônicas, cada indivíduo que adoecer de uma morbidade qualquer adoecer segundo sua história biológica, psíquica, sexual, temperamental, caracteriológica, social etc.

Para tratar esse indivíduo, atingido em seu equilíbrio de maneira extremamente pessoal, há que buscar o medicamento que mais se aproxime de suas particularidades morbígenas, na dosagem que mais o sensibilizar para a cura,

A Homeopatia combate, assim, o princípio terapêutico mais caro à medicina oficial do século XIX: que uma doença só pode ser combatida por um (ou mais de um) fármaco, que seja ao mesmo tempo específico para aquela patologia, e geral para todos os indivíduos portadores de tal patologia. Além disso, quanto mais elevada for a dose quimicamente, e de propriedades “contrárias” ao fenômeno mórbido instalado, mais eficaz deverá ser para eliminá-lo, excetuando-se as vacinas, que têm caráter “preventivo” das doenças de massa.

Os princípios terapêuticos da medicina oficial vão caminhar no sentido oposto ao da homeopatia, embora a busca da cura fosse, ao tempo de Hahnemann, semelhante. Apesar de a direção não ser a mesma, acabou havendo colisão.

Com efeito, a medicina clínica do século XIX, que estava definindo sua fisionomia no nível do saber com a anatomia patológica e com o estudo teórico das “causas mais próximas” (etiologia) das doenças, não poderia conviver com um sistema médico que, embora partindo da mesma fisiologia, da mesma anatomia, de uma consulta clínica semelhante em alguns pontos, advogasse uma terapêutica completamente oposta e tivesse uma concepção de organismo, saúde e doença tão díspar.

Do ponto de vista da terapêutica, as disparidades são nítidas:

1.^a) à generalidade da doença, Hahnemann opõe a singularidade do doente: O “indivíduo doente” é o objeto da sua terapêutica, ao invés de se combater simplesmente “a doença” no indivíduo;

2.^a) o (remédio) semelhante deve curar o (quadro sintomático) semelhante, ao invés do(s) medicamento(s) contrário(s) que se propõe(m) a eliminar a “patologia” contraída;

3.^a) os remédios só devem ser testados em homens sãos, ao invés de em homens doentes e/ou em animais;

4.^a) os doentes não devem tomar um medicamento com mais de uma substância, nem devem ser tratados com mais de um medicamento, “enquanto” se observa o efeito deste medicamento, ao invés da mistura de substâncias e de medicamentos costumeiramente indicada pela medicina do seu tempo;

5.^a) a dosagem do medicamento deve ser adaptada a cada paciente de acordo com sua capacidade reativa, e não segundo uma norma universal concebida em função de entidades patológicas;

6.^a) a capacidade terapêutica dos medicamentos só se mostra em todas as suas propriedades quando estes são submetidos à trituração e à succussão, em diluições específicas chamadas “dinamização”, contrariamente às concentrações químicas em uso na farmácia oficial. Estas são consideradas paliativas pelo fundador Hahnemann, porque a melhoria do doente, em geral sintomática, é sempre transitória.

Do ponto de vista da concepção de organismo, saúde e doença também são díspares as posições:

Em primeiro lugar, as definições de “organismo” não são as mesmas. Hahnemann distingue o “organismo material” (ou corpo material), que executa todas as funções vitais e drena todas as sensações, da força vital, (a *dynamis*), ou mais recentemente, “energia vital”,¹⁷ que anima este organismo material em todos os seus pontos, mantendo-lhe o funcionamento equilibrado e harmonioso. Esta energia vital é um princípio imaterial que, deixando de operar no organismo ele está morto, decompondo-se nos seus elementos químicos. Entretanto, para a medicina do século XIX, o organismo é identificado com a totalidade dos seus sistemas, órgãos e funções. Portanto, com o que Hahnemann denomina “organismo material”. Do ponto de vista da doutrina médica, o princípio de imaterialidade da força ou energia vital não precisa ser necessariamente a alma, mas, na verdade, a concepção hahnemanniana deixa implícita uma visão espiritualista de organismo que a medicina, à medida que se tornar positiva, cada vez mais execrerá. É preciso lembrar que a medicina moderna estava saindo do período racionalista do século das luzes, caminhando sempre mais no sentido “materialista”,¹⁸ encontrando finalmente seu leito natural no positivismo.

¹⁷ A concepção vitalista implícita no conceito de força ou energia vital é tão geral que várias interpretações têm sido dadas: materialistas, organicistas, psicanalíticas, físicas (com influência de teorias da física) e também espiritualistas.

¹⁸ Materialismo”, aqui, tem o sentido de “negação” metafísica de qualquer princípio espiritual, e de afirmação do primado da experiência e da razão do ponto de vista do conhecimento.

Em segundo lugar, a conceituação de “saúde” e “doença”. Aqui também há disparidades.

Para Hahnemann, a saúde é o equilíbrio da energia ou força vital. Há, no caso, uma definição afirmativa de saúde, ligada ao princípio da harmonia do dinamismo vital. Quando qualquer agente hostil à vida, externo ou interno, atinge o indivíduo, este princípio de harmonia altera-se pelo dinamismo do agente hostil. Neste caso, a energia vital altera-se, mudando seu ponto de equilíbrio, produzindo sensações desagradáveis, inclusive os processos irregulares que são conhecidos como doenças. O ponto-chave de entendimento da teoria homeopática do processo e da produção é que estes “processos irregulares” se evidenciam por um conjunto de sintomas (mentais, físicos, comportamentais) em cada indivíduo. Este “conjunto” é o ponto de partida e de chegada do clínico homeopata.

Quanto à medicina oficial do século XIX, como já se acentuou nas páginas anteriores, centra-se nas categorias de Normal e Patológico, e considera a “patologia” como ponto-chave de explicação, classificação e de combate das doenças, de tal forma que considerará no indivíduo basicamente aqueles sintomas típicos que apontam para esta ou aquela “doença”. Por outro lado, a saúde será definida como “estado normal”, e a normalidade será considerada, na clínica, em função da ausência de certos sintomas. De fato, este é um princípio de oposição nítido, em face de Hahnemann: “Considerar a doença como entidade separada do todo vivente, isto é, do organismo e sua força vital animadora, só pode ser fruto de mentes materialistas [...]”.¹⁹

Nesse sentido, para o homeopata, restabelecer a saúde de um indivíduo é restabelecer-lhe a harmonia do dinamismo da vida (o equilíbrio energia vital-organismo material); isto se dá pela eliminação do conjunto de sintomas como um todo. Tal cura só se consegue com o emprego do medicamento adequado na dose adequada para cada indivíduo doente, pois o remédio atuará no “processo de adoecer” do indivíduo, enquanto combate a doença atual. Esta definição de cura também é distinta da medicina oficial, para a qual a cessação dos sintomas dominantes era o critério de eficácia do medicamento e de volta ao estado normal do paciente. Assim, durante o século XIX, progressivamente se confundirão cura e cessação de sintomas físicos. Para o fundador da homeopatia e seus seguidores, entretanto, não se está, neste caso, restabelecendo a saúde do doente, mas aprofundando-lhe a doença pela supressão dos sintomas.²⁰ A homeopatia concebe, assim, a doença, como um processo que se aprofunda, partindo da superfície (sintomas mentais “leves”, comportamentais,

¹⁹ A arte de curar pela Homeopatia (*Organon* de S. Hahnemann), parágrafos 9-13.

²⁰ *Ibidem*, parágrafos 9-13 e 35 e 40.

epidérmicos) para o interior do organismo, chegando à fase mais interiorizada (e mais grave e crônica) quando lesiona órgão ou sistema. Dessa forma, o ponto final do adoecer, para Hahnemann, é o ponto inicial (porque observável em termos de anatomoclínica) para a medicina alopática. Enfim, para Hahnemann e seus discípulos há uma fase “invisível” da doença, pré-orgânica (no sentido alopático de organismo). Por outro lado, para que haja adoecimento, isto é, “desequilíbrio vital”, é preciso que haja uma “predisposição” interna, uma vulnerabilidade que os homeopatas denominam de “susceptibilidade” do sujeito, ou seu “terreno mórbido”.

É compreensível que com esta visão de organismo de saúde e de doença, de terapêutica e cura, Hahnemann e os homeopatas tornem-se rapidamente alvo das críticas e perseguições dos médicos e farmacêuticos de sua época, por meio das Academias, das Escolas, das Associações Corporativas, que atuam junto do Estado, no sentido de interditar a prática e o ensino da Homeopatia. Por outro lado, se já no início do século XIX a questão da dose “infinitesimal” ou da “dinamização” da substância medicamentosa homeopática parecia absurda, ainda hoje, após as teorias de Einstein, a teoria da composição das doses homeopáticas é, no mínimo, “hipotética”.

Tudo isto acontece apesar das explicações sobre a natureza “física” – e não química – do medicamento homeopático, desenvolvidas em épocas diferentes, com argumentos diferentes pelos teóricos homeopatas, mas guardando sempre a mesma lógica, isto é, da natureza “dinâmica” (energética e física) das doses homeopáticas. Em outras palavras, os homeopatas, ao longo de várias gerações, procuraram enquadrar o discurso sobre a natureza energética da dose infinitesimal e seu efeito sobre o dinamismo vital, nas margens do discurso científico avançado da época. Mais do que de uma tática de legitimação, tratou-se sempre de uma estratégia de fazer avançar o saber médico homeopático sobre o saber oficial. No século XIX, sobretudo, não se tratava de uma forma de subordinação, mas de “luta teórica”.

A Homeopatia no Brasil no período da implantação (1840-1860)

No Brasil, esta luta pode ser encontrada já nos argumentos do Dr. Manuel Duarte Moreira, diretor da Escola Homeopática, em 1848, nos documentos anexos ao processo de reconhecimento do ensino e da prática médica homeopática encaminhados ao Parlamento,²¹ passam pela argumentação do Dr. Godói Ferraz, em seu livro de 1946²² e chegam até às lições atuais do argentino Dr. Tomás Paschero sobre a “natureza física do remédio homeopático”.²³

Sabe-se que do ponto de vista conceitual, teórico, a homeopatia é um sistema “vitalista”, que defende a existência de um princípio autônomo – (força vital) que explicaria a vida como existência, como “atividade animadora” do organismo, irreduzível aos seus elementos orgânicos. Este princípio não é necessariamente a “alma” ou a “inteligência” (princípio espiritual ou racional), mas também não se confunde com o organismo visto como estrutura articulada de elementos materiais (organismo biológico), sendo, na verdade, o princípio harmonizador dessas três “dimensões” do ser humano. Este princípio, sendo imaterial, não pode ser apreendido empiricamente, examinando-se por exemplo, corpos (ou órgãos) humanos. A não ser que sejam corpos humanos “vivos”, em que a percepção do fenômeno vida passa a ser “intuitiva”.

Em face do campo da racionalidade científica recém-saído do iluminismo, em que a razão e a observação empírica, o mundo material e uma concepção sobre ele mecânica, quase maquinista, já se imbricaram profundamente num todo legitimado como ciência, para enfrentar a questão da “percepção intuitiva” de “realidades imateriais” (como a “vida” ou as “doses” homeopáticas), é preciso estar armado de coragem e de argumentos comprováveis.

Do ponto de vista do vitalismo médico, a homeopatia se apoiará, portanto, na teoria vitalista fisiológica, única que admite a não identificação do princípio da vida com o espírito ou com a matéria. Pelo sistema fisiológico se superaria, portanto, este dualismo herdado do racionalismo desde o século XVII, ao menos no plano da filosofia médica (“sistema médico”). Mas os homeopatas vão mais longe. Para eles, tal “filosofia” (vitalista) é mais coerente porque responde às questões de observação do seu corpo de conhecimentos, isto é, às questões da prática, no campo da fisiologia, da patologia e da terapêutica médica.

²¹ Manuel Duarte Moreira. “Documento n.º seis” – Resumo estatístico de legislação e estabelecimento concernentes à existência da homeopatia tanto na Europa como na “América”. In: J. P. Galhardo. “História da Homeopatia no Brasil”, tese ao 1.º Congresso de Homeopatia. Rio de Janeiro: I.H.B., 1928, pp. 528-529.

²² B. de Godoy Ferraz. *Médico, tua missão é curar*. Rio de Janeiro: Livraria Científica, 1946, pp. 280-310.

²³ Tomás P. Paschero. *Homeopatia*. Buenos Aires: Atheneo, 1984, pp. 30-32. O Dr. Paschero é um médico homeopata argentino (atualmente falecido) com grande influência na formação dos jovens unicistas brasileiros atuais.

A ideia filosófica central, que fundamenta o vitalismo homeopático do século XIX, é a ideia da possibilidade de construção de uma ciência universal, cujo princípio unitário, em termos de razão, se ancoraria na infinitude da inteligência divina, princípio de unidade de toda verdade e de toda a realidade. A razão humana, embora finita, participa desta unidade e deve buscar o nexo racional que une todas as ciências em sua aparente diversidade. Desta forma, assim como a ligação imediata entre a filosofia (ciência universal) e a realidade dos fatos da consciência humana é dada pela psicologia, a ligação entre a filosofia (ciência universal) e os fatos da vida é dada pela fisiologia:

A fisiologia é portanto o nexo que prende racional e experimentalmente a patologia à terapêutica, isto é, ela é o ligamento que enlaça os fatos empíricos e isolados da experiência, chamados “arte de curar”, aos princípios racionais de um sistema científico denominado medicina.²⁴

Na fundamentação científica da homeopatia na fisiologia (que é, segundo o autor citado, vitalista) há não só a busca de legitimação teórica de um conteúdo filosófico, mas também de uma forma de “procedimento científico”. Em outras palavras, a articulação dos fundamentos teóricos racionais aos dados empiricamente observáveis, através de um laço metodológico que serve de elemento sintético entre princípios teóricos e fatos. É a legitimação da homeopatia como “ciência” não só por seu sistema médico, mas também por sua prática médica. O que não deixa de ser, do ponto de vista político, bastante ousado, tanto mais que o sistema médico homeopático é implícita, e às vezes assumidamente espiritualista, contrariando a ideologia científica mecanicista da época, sobretudo a da medicina. A homeopatia não só afronta esta tendência, como a despreza como superada e insuficiente:

Julgada cientificamente até pelos seus próprios prosélitos a medicina oficial, longe pois de ter assumido o caráter de ciência, segundo a acepção desta palavra, muito pelo contrário, pelo que acabado de exhibir, filosoficamente a vedes condenada, pois que ou haveis de condescender em confessar que a filosofia espiritualista contemporânea é um absurdo, ou que o é a ciência das faculdades?²⁵

²⁴ Manuel Duarte Moreira. In: Galhardo, *ibidem*, p. 528.

²⁵ Manuel Duarte Moreira. In: Galhardo, *ibidem*, p. 529.

O que se quer salientar, com o comentário destes textos de argumentação pró-homeopatia, é que os homeopatas da primeira metade do século XIX, embora acusados de professar um saber médico “absurdo”, “inativo” medicamente, ou, ao contrário, “perigoso” do ponto de vista medicamentoso, em função da lei dos semelhantes,²⁶ que corrobora e até piora os sintomas, não se retraíam com as acusações, nem tomavam uma posição subordinada ao saber dominante. Suas estratégias de legitimação passavam, como fica evidente nos textos citados, pela crítica e pela superação do saber oficial. Este, por “mecanicista” e praticante de um “empirismo vulgar e grosseiro”, que põe em perigo a vida dos pacientes, é incapaz de unir os princípios teóricos de uma verdadeira ciência à prática sistemática da experimentação clínica, que se objetiva na “arte de curar”.

O supremo critério de verificação de todo sistema médico é, para a homeopatia, a capacidade de “curar” que possa ter. Querer abandonar o terreno da terapêutica como critério de validação de qualquer conhecimento médico, para entrincheirar-se na “especulação teórica” das patologias, sua origem ou explicação causal, representa, para os homeopatas, abandonar o campo científico na medicina. A ciência médica não pode desligar-se da prática (terapêutica) médica, sob pena de cair no “teoricismo” dos princípios, desligando-se da prática de observação que une qualquer ciência a seus princípios.

Não é importante para os homeopatas do século XIX que as realidades de que falem sejam “imateriais”, como o dinamismo vital (energia vital) ou as doses infinitesimais. O importante é poder provar, através da “experimentação pura”²⁷ e da observação clínica sistemática, que seus “princípios teóricos” são os corretos. Pouco importa que partam de premissas espiritualistas, como a que está embutida na ideia de uma ciência universal, fruto da razão infinita de Deus.

Ao contrário, os homeopatas da época parecem demonstrar grande orgulho com sua posição espiritualista, apresentando-a, como mais moderna e de vanguarda filosófica²⁸ fundamentando disciplinas avançadas, como a psicologia e a fisiologia, que lidam com “realidades imateriais”.

²⁶ Não entendendo como se devia processar o medicamento homeopático para atuar na cura dos sintomas provocados em homens sãos, isto é, através da “dinamização”, os alopatas da época acreditavam que se devia dar a um paciente intoxicado doses da mesma substância que o intoxicou. Por exemplo, veneno de cobra (puro) para picadas de cobras.

²⁷ Experiências sobre os efeitos sintomatogênicos das substâncias nos homens sãos, para a organização das patogenesias, isto é, da repertorização do “conjunto de sintomas” que as substâncias, em doses e dinamizações variadas, poderão curar nos doentes com os mesmos sintomas.

²⁸ No texto analisado há pouco, há um desafio filosófico atirado na frase “haveis de condescender em confessar que a ‘filosofia espiritualista contemporânea é um absurdo’ ou que o é da ciência da faculdade?” (grifo nosso).

Na verdade, as correntes filosóficas espiritualistas românticas que influenciam a homeopatia opor-se-ão ao positivismo e ao idealismo alemão hegeliano durante todo o século XIX e começam a desenvolver-se e tomar impulso desde Goethe, tendo em Schelling seu maior expoente. Não devem, portanto, ser confundidas com a corrente religiosa espiritismo, que teve no francês Alan Kardec seu grande sintetizador.

Os homeopatas desta época (1840-1850) não tinham, aparentemente, nenhum contato com esta doutrina religiosa, uma vez que o *Livro dos espíritos* de Kardec só foi publicado em 1857. Ao Brasil, o espiritismo chegará perto da Proclamação da República,²⁹ com a expansão “internacional” da seita, cujo primeiro congresso realiza-se em 1888, em Barcelona. Deve ser salientado ainda que os homeopatas do período da implantação são, na sua maioria, cristãos de tendência católica, contando mesmo com o apoio de padres, de ordens religiosas e de fazendeiros católicos.

O “espiritualismo” (imaterialismo) implícito na teoria homeopata da dose infinitesimal e do dinamismo vital vem, no entanto, da concepção de “matéria” (também implícita) que a homeopatia, desde o seu fundador, defende como verdadeira. Tal concepção pressupõe: 1.º que a matéria compõe-se de elementos (hoje denominados “partículas”) fracionáveis praticamente do infinito; 2.º que há conversão da matéria (massa) em energia pura a partir de um certo estágio de fragmentação/agitação (diluição, succussão) de suas partículas; 3.º que este processo de agitação/fragmentação de partículas num solvente impregnável, possibilita a emersão de propriedades físicas curativas específicas em substâncias específicas, propriedades essas diferentes das químicas, e desconhecidas num estado físico “estrito” de tais substâncias.

Certamente a concepção homeopática foi aqui transposta para linguagem contemporânea, mas na verdade, apesar da “tradução”, os parâmetros de concepção homeopática da composição da matéria podem certamente enquadrar-se nas teorias da física moderna, que se desenvolvem, embora às vezes de maneira contraditória, desde Newton até Einstein.

Não é, portanto, gratuitamente, que o homeopata faz apelo à concepção newtoniana do universo, e seu deísmo apoiado na razão. Também a concepção física newtoniana da matéria, com sua tentativa de superar a dualidade “qualitativismo-mecanicismo” herdada de Descartes, pela aplicação de leis matemáticas à física, bem como a concepção do espaço como extensão absoluta e infinita (atributo da Inteligência ou Razão) é coerente com as concepções físico-médicas dos homeopatas da primeira metade do século XIX. Não se deve esquecer que ainda então a física e a astronomia de Newton são o pensamento científico mais avançado.

²⁹ Os primeiros centros são de 1877.

O racionalismo deísta newtoniano dos homeopatas opõe-se, assim, ao racionalismo materialista herdado do iluminismo do século XVIII, apresentando-se como vanguarda científica.

Esta estratégia de legitimação científica não se altera durante um século e meio de existência da homeopatia, embora em algumas conjunturas os homeopatas tenham de fazer um grande esforço de tradução do seu pensamento para a linguagem científica dominante.

É assim que se pode encontrar um novo momento deste esforço no Brasil em 1946, no trabalho de Ferraz, no qual o homeopata tenta demonstrar a modernidade da teoria homeopática da diluição-dinamização das substâncias homeopáticas. Enquadra esta teoria no discurso mais avançado da física, através de longa citação de seu colega mexicano, o Dr. Dávalos Hurtado, num trabalho intitulado “O papel da física moderna no ensino da medicina homeopática”.³⁰

Quase quarenta anos depois, e mais de um século após a argumentação em prol das doses da homeopatia desenvolvida pela Escola do Instituto Homeopático do Brasil fundado pelo Dr. Mure, outro teórico homeopata, o Dr. Paschero, justifica a natureza das doses infinitesimais e a questão da energia vital, apoiando-se no desenvolvimento da física em um momento mais atual, isto é, da física que estuda as características das partículas mínimas da matéria em função de seus movimentos.³¹

O Dr. Paschero desenvolve seu raciocínio, baseando-se em diversas experiências, para finalmente concluir que em seu aspecto físico, o remédio homeopático não é uma simples solução infinitesimal, mas um líquido marcado pela carga elétrica da droga, a qual atua como fator constitutivo e imprime uma modificação da estrutura molecular do solvente, conferindo-lhe suas propriedades específicas.³²

Esta argumentação, como a dos autores precedentes, visa afirmar, por um lado, a originalidade da dose homeopática em relação aos medicamentos alopáticos, e, por outro, sua modernidade científica.

Mais que isto, trata-se de basear a concepção homeopática de matéria-energia (e sua convertibilidade), bem como a terapêutica individual que dela decorre, num sistema científico de conceitos que supere o da medicina mecanicista moderna: “Por isto, no sentido biológico, remédio homeopático, lei de curação e lei da similitude são significações reversíveis, num sistema que considera a enfermidade como o esforço do

³⁰ P. de Godoy Ferraz. *Médico, tua missão é curar*, cit., pp. 207-210.

³¹ Tomás Pablo Paschero. *Homeopatia*, op. cit., pp. 31-32.

³² vIbidem, p. 33.

indivíduo para achar seu próprio equilíbrio, e a terapêutica como arte de exaltar tal esforço vital.”³³

Esta volta feita pela história da teoria homeopática (doses infinitesimais, e conversão matéria-energia), teve por finalidade tornar evidentes alguns pontos importantes para situar com clareza certas estratégias de legitimação da homeopatia no Brasil, no plano do seu modelo de conhecimento médico. Tais pontos são os seguintes:

1.º) Desde sua implantação no nosso país, os teóricos da homeopatia tentaram provar que, longe de defenderem teorias absurdas, vagas, ou confusas, herdadas de um passado medieval ou renascentista – mediante concepções emprestadas da alquimia, por exemplo –, apoiadas em teóricos superados pelo avanço da medicina (Paracelso, por exemplo), fundamentam-se, ao contrário, na “modernidade” científica. Mais que isto, apresentam-se como vanguarda incompreendida e combatida pelos poderes estabelecidos na medicina, exatamente pelo caráter novo e revolucionário de suas concepções.

O interesse aqui não é provar se estas teses correspondem ou não à realidade em termos substantivos. Aqui, interessa apenas deixar claro que a visão da homeopatia como sistema médico “metafísico”, cientificamente superado, que ainda hoje é representação social dominante, faz parte das estratégias da medicina oficial para desmoralizar um saber concorrente. E isto desde o início do século XIX até os nossos dias.

2.º) Tal visão das teorias homeopáticas, difundida pela medicina oficial desde o período de sua implantação no Brasil (1840-1860), ainda hoje amplamente aceito entre especialistas e estudantes, mais que uma estratégia de defesa, é a expressão de um sintomático “desconhecimento” ou (desentendimento) do sistema homeopático pela medicina alopática.

Na maior parte das vezes o desconhecimento ou desentendimento repousa na incapacidade de compreender tal sistema, reduzindo-o aos parâmetros da lógica que caracteriza a medicina oficial, que é tomada como modelo absoluto de avaliação de qualquer saber em termos de prática médica. Configura-se aí uma situação de verdadeiro “bloqueio ou obstáculo epistemológico”, aludindo-se aqui ao conceito de Bachelard. Este bloqueio caracteriza-se pela recusa pura e simples de aceitar (e às vezes até de examinar) um saber que se pauta por uma lógica diferente da do saber oficial.

³³ Ibidem.

No período de sua implantação, tal recusa é evidente. O interesse aqui é ver como um bloqueio epistemológico materializa-se em atos de bloqueio político e de marginalização – da homeopatia, no caso – nos diversos espaços institucionais, além de motivar outros atos politicamente menos éticos.

Trata-se de um conjunto de contraestratégias políticas para conter o avanço da medicina homeopática. A análise do período de implantação da homeopatia no Brasil pode seguramente ser aplicada a outras conjunturas, em que a medicina oficial se vê ameaçada por este saber concorrente.³⁴ Aqui, o objetivo é tirar consequências possíveis, no nível estrutural, das reações que a medicina alopática vem opondo, na história, à medicina homeopática. O modelo de tais reações assemelha-se ao de minorias poderosas social e simbolicamente dirigidas às estratégias de “minorias” contestatárias.

3.º) A homeopatia brasileira não é, conforme concepção social difundida, um sistema médico derivado do moderno “espiritismo” (de Alan Kardec). O espiritismo, que se expande no Brasil depois da Proclamação da República, só influenciará médicos homeopatas no século XX durante a República Velha (e daí por diante), o espiritismo, que terá na pessoa de Adolfo Bezerra de Meneses um grande dirigente e defensor, conhece um crescimento significativo durante sua gestão na Federação Espírita Brasileira, a partir de 1895. É, portanto, provavelmente durante os três primeiros decênios do século XX que a medicina homeopática será influenciada pelo espiritismo, tanto no nível dos médicos, como no dos pacientes, em função da expansão da doutrina de Kardec e dos centros espíritas. O que não impede que mesmo antes os “espíritos” receitassem nos centros através dos médiuns a medicina homeopática, como única medicina “espiritualista”.

O espiritualismo em que se baseia o saber homeopático dos teóricos deriva, como já se afirmou, do espiritualismo romântico do século XIX, de origem racionalista, porém oposta ao racionalismo mecanicista.

Esses pontos foram destacados para melhor ilustrarem a ideia, acima levantada, de que a luta política contra a homeopatia não se baseava apenas na manutenção das vantagens e posições sociais que a corporação médica ligada à alopatia já tinha sedimentado na sociedade brasileira do século XIX. Há diferenças substanciais (algumas radicais) nos modelos de saber médico, cujo desconhecimento sistemático pela medicina oficial no terreno da prova clínica, da “experimentação”, transforma-se

³⁴ Embora seja necessário analisar os dados históricos seguintes a outras conjunturas, a simples leitura inicial de documentos aponta para repetições de estratégias em outros períodos; nos anos 1880, que precedem imediatamente a República, nas primeiras décadas do século XX e nos anos 1940, para mencionar apenas os mais evidentes.

em estratégia de bloqueio e marginalização da homeopatia, ainda hoje praticada. É que as grandes linhas teóricas do novo modelo médico que representou a homeopatia na primeira metade do século XIX soavam como absurdas, para a medicina de então, como “hipotéticas” soam até hoje. Tais linhas podem ser recapituladas:

1. Medicina dos “doentes” individuais (por oposição a uma medicina “das doenças”);

2. Exame clínico cujos diagnóstico, prognóstico, semiologia, sintomatologia, terapêutica e doses medicamentosas baseando-se no “discurso do paciente”, solicitado a exprimir-se exaustivamente, por oposição ao olhar classificador e interventor do médico sobre o organismo do paciente através da prática do exame anatomoclínico, físico, e de classificação de sinais e sintomas num quadro produzido *a priori* pelo conhecimento médico;

3. Medicina dos “quadros sintomáticos”, isto é, uma medicina “gestáltica” (por oposição a uma medicina etiológica);

4. Personificação de doses e de medicamentos em função do “quadro sintomático” individual (por oposição à generalização de doses e medicamentos em função de patologias específicas);

5. “Dinamização” de doses de substâncias medicamentosas em nível infinitesimal (por oposição a doses quimicamente concentradas para serem eficazes na cura de patologias específicas);

6. Experimentação de doses e medicamentos no homem são (por oposição às experiências em doentes e em cobaias animais);

7. Finalmente, e talvez a mais clara oposição: “o semelhante pode curar o semelhante” (por oposição a uma “medicina de combate” ao “agente patogênico”, por um agente químico constituído de propriedades contrárias do inimigo, capaz de matá-lo, ou de “trazê-lo para fora”, através do suor, da inflamação local, da febre, do vômito).

Deve-se ressaltar, entretanto, que por trás de todos esses pontos, subjacente às divergências, está a concepção de “matéria” e de “energia” da homeopatia, apoiada filosoficamente no espiritualismo racionalista, e cientificamente na física e na fisiologia vitalista mais avançada.³⁵ No geral, tanto as concepções filosóficas quanto as linhas médicas não mudaram, nem para a homeopatia, nem para a alopatia. Sofreram, é certo, *aggiornamento*, em função do avanço de suas experimentações, de suas práticas

³⁵ É preciso lembrar que o vitalismo fisiologista francês do início do século XIX não é o mesmo seguido pelos homeopatas.

clínicas, de suas tecnologias. No que concerne ao modelo médico, permanecem essencialmente as mesmas, com as mesmas oposições fundamentais. São, portanto, saberes concorrentes, discursos-práticas científicos sobre o mesmo objeto. Dois saberes que se pretendem igualmente legítimos. A batalha política alopática *versus* homeopatia deveria passar pela percepção dessas diferenças e dessa competição teórica. A estratégia da alopatia (estratégia vitoriosa, aliás) tem passado historicamente pelo desconhecimento ou desmoralização sistemática das diferenças em seu proveito. Estratégia vitoriosa até o presente.

Referências

- Albuquerque, Manoel Maurício. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- Aquino, R. S. L. et al. *História das sociedades – das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983 (2.ª edição revista e atualizada).
- Ariès, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 2.ª edição (trad. portuguesa de *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1975, 3.ª ed.).
- Aron, Raymond. *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard, 1967.
- Bachelard, Gaston. A filosofia do não. In: *Bachelard*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (trad. portuguesa de *La philosophie du non*. Paris: PUF).
- , O novo espírito científico. In: *Bachelard*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (trad. portuguesa de *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: PUF).
- , *La formación del espíritu científico*. México-Espanha-Argentina-Colômbia: Sigloveintiuno, 1985, 13.ª edição (trad. espanhola de *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: J. Vrin, 1937).
- Berlinguer, Giovanni. *Medicina e política*. Bari: De Donato, 1973.
- , *La malattia*. Roma: Riuniti, 1984.
- Bernal, J. D. *La ciencia en la historia*. México: Nueva Imagen, Universidad Nacional Autónoma de México, 1986, 8.ª edição (trad. espanhola de *Science in History*. Londres: C. A. Watts e Co., 1954).
- Birman, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- Boltanski, Luc. *Prime éducation et morale de classe*. Paris: Mouton/Cese, 1969.
- Boltanski, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- Canguilhem, Georges. *Idéologie et rationalité dans les Sciences de la vie*. Paris: J. Vrin, 1981, 2ª ed. revista e corrigida.
- , *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, 2.ª ed. (trad. portuguesa de *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF, 1966).
- Capra, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1986 (trad. portuguesa de *The turning point*. Ed. por Fritjof Capra, 1982).
- Castel, Robert. *A ordem psiquiátrica – a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978 (trad. portuguesa de *L'ordre psychiatrique: l'âge d'or de Valénisme*. Paris: Minuit).
- Chauvenet, Antoinette. La loi et le corps. *Revue Sciences Sociales et Santé*, Paris, vol. I, n.º 1, 1982-1983, pp. 100-140.

Clavreul, Jean. *A ordem médica – poder e impotência do discurso médico*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (trad. portuguesa de *L'ordre médicale*. Paris: Seuil, 1978).

Comte, Auguste. Curso de Filosofia Positiva (Primeira Lição e Segunda Lição), In: *Comte*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (trad. portuguesa dos *Cours de philosophie positive*, de José Arthur Giannotti).

—. Discurso sobre o espírito positivo. In: *Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (trad. portuguesa do *Discours sur l'esprit positif*, por José Arthur Giannotti).

Costa, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Descartes, René. Discurso sobre o método. In: *Descartes, Spinoza*. Col. The Great Books. Ed. Encyclopedia Britannica, 1978 (22^a ed.); trad. inglesa de E. Haldaine & G. R. T. Ross.

Donzelot, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980 (trad. portuguesa de *La police des familles*. Paris: Minuit, 1977).

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil, 1978; verbetes: Epidemiologia (vol. 8); Mecânica (vol. 14); Medicina (vol. 14); Naturalismo (vol. 15).

Foucault, Michel. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.

—. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977 (trad. portuguesa de *Naissance de la clinique*. Paris: PUF, 1963).

—. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Plon, 1961.

—. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 1975.

—. *Vigilar y castigar*. México: Sigloveintiuno, 1976 (trad. espanhola de *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975).

—. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 (Col. organização e introdução de Roberto Machado).

—. *História da sexualidade. I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977 (trad. portuguesa de *Histoire de la sexualité I. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard).

—. *História da sexualidade III. O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985 (trad. portuguesa de *Histoire de la sexualité III. Le souci de soi*. Paris: Gallimard, 1985).

Galhardo, J. R. *História da homeopatia no Brasil*. Tese apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Homeopatia, realizado no Rio de Janeiro, em 1926. Rio de Janeiro: Edit. do I. H. B., 1928.

Goubert Jean-Pierre. L'eau et l'expertise sanitaire dans la France du XIX^{siè}-cle: Le rôle de l'Académie de Médecine et des congrès internationaux d'hygiène. *Revue Sciences Sociales et Santé*, vol. III, n.º 2, jun. 1985, pp. 75-102.

Griffin, Susan. *Woman and nature (The roaring inside her)*. Nova York: Harper Row, 1980.

Hahnemann, S. *O organon da arte de curar*. São Paulo: Roca, 1982 (trad. portuguesa de *The healing art or homeopathy*, org. e trad. por E. C.M. B. Hamly & M. R. C. G. P. Inglaterra: Beaconsfield Publishers, 1979).

— *The cronic diseases* (trad. inglesa de Louis H.Tafel). Nova Déli: Jaim Publishing, 1980.

Jacob, François. *A lógica da vida – uma história da hereditariedade*. Rio de Janeiro: Graal, Rio de Janeiro, 1983 (trad. portuguesa de *La logique du vivant*. Paris: Gallimard, 1970).

Kent, J. T. *Filosofia de la homeopatia*. Buenos Aires: El Ateneo, 1982 (trad. espanhola, do inglês).

Kitson, Michel. *O barroco*. Col. “O Mundo da Arte”. São Paulo: Encyclopédia Britannica do Brasil, 1979 (trad. portuguesa do inglês. Londres: The Hamlyn Publishing Group Ltd, 1966).

Kuty, Olgierd. Les innovations scientifiques dans le champ sanitaire (1750-1825). *Revue Sciences Sociales et Santé*, n.ºs 3-4, set. 1983, pp. 119-173.

Luz, M. T. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

— *História político-institucional da homeopatia no Brasil – implantação (1840- 1859)*. Textos de Discussão do Mestrado em Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, n.º 6, 1986, 72 pp., mimeo.

Machado, Roberto et al. *Danação da norma – medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Machado, Roberto. *Ciência e saber – a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Maranhão, R.; Roncari, L. & Mendes Jr. A. *Brasil História. Texto e consulta*, vol. 1 e vol. 2, Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1976 e 1977.

Marcovich, Anne. Contagion et santé publique: une representation du lieu social en Angleterre au XVIIème Siècle. *Revue Sciences et Santé*, vol. II, n.º 2, jun. 1984.

Merquior, José Guilherme. *Michel Foucault ou o niilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 (trad. portuguesa de *Foucault*. Londres: Ed. William Collins Sons Co. Ltd-Fontana Paperbacks, Londres, 1985).

Montesquieu, Charles. The spirit of laws. In: *Montesquieu, Rousseau*. Col. Great Books of the Western World, vol. 38. Ed. Encyclopédia Britannica, 1978 (22ª edição), trad. de Thomas Nugent.

Moscovici, Serge. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion, 1977 (2.ª edição).

Nadai, E. & Neves, J. *História geral – moderna e contemporânea*. São Paulo: Saraiva, 1985 (2.ª edição).

Newton, Isaac. Princípios matemáticos da filosofia natural. In: *Newton, Leibniz* (I). Col. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979 (trad. de Carlos Lopes de Mattos & Pablo Rubén Marandola).

Nitsche, Erik. *História da medicina*. Suíça: Rencontres International, 1963 (trad. portuguesa, Lisboa: Moraes, Lisboa, 1967; impresso na Suíça).

Nunes, Everardo Duarte. *Ciências sociais em saúde no Brasil: notas para a sua história....* São Paulo, Global, 1983

Paschero, Thomas. *Homeopatia*. Buenos Aires: El Atheneo, 1984, 3ª edição.

Polack, J. C. *La médecine du capital*. Paris: François Maspéro, 1972.

Rosen, George. *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 (trad. portuguesa de *From medical police to social medicine – Essay in the history of medical care*. Londres: Neale Academic Publications, Inc.

— . A evolução da medicina social. In: Nunes, E. D. (org.). *Medicina social, aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.

Rousseau, Jean-Jacques. O contrato social. In: *Rousseau*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (trad. portuguesa de Lurdes S. Machado; Introdução e notas de Paul Arbousse Bastide; trad. inglesa de Thomas Nugent & G. D. H. In: *Montesquieu, Rousseau*. Col. Great Books of the Western World, vol. 38. Ed. Encyclopedia Britannica, 1978, 22ª edição.

— . Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens. In: *J.-J. Rousseau, obras* (Plano, introdução e notas de Paul Arbousse Bastide). Porto Alegre: Globo, 1958.

Sevcenko, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual-Unicamp, 1985, 2.ª edição.

Sichel, Edith. *O Renascimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, 3.ª ed. (trad. portuguesa de *The Renaissance*. Inglaterra: Oxford University Press, 1957, 12.ª edição).

Sigerist, Henry E. *Historia y sociologia de la medicina*. Org., ed. e trad. do inglês por Dr. Gustavo Molina, Bogotá, 1974.

Tamayo, Ruy Pérez. *Enfermedades viejas y enfermedades nuevas*. México: Sigloveintiuno, 1985.

Teixeira, Paulo de Castro. *Homeopatia versus alopatia ou vitalismo versus materialismo*. São Paulo: Verso, 1985.

Tenenti, Alberto. *Florença na época dos Médici*. São Paulo: Perspectiva, 1973. (trad. portuguesa de *Florence à l'époque des Médici: de la cité à l'État*. Paris: Flammarion, 1968.

Vannier, Pierre. *La homeopatia*. Buenos Aires: Liduim (trad. espanhola de *L'homeopathie*, Col. “Que Sais-je?”). Paris: PUF, 1955, 1977).

Índice Antroponímico, das Instituições e das Obras

(Os nomes das obras acham-se em *itálico*)

A

- Academia Nacional de Medicina - 134n
Academia de Platão - 159
Academie des Sciences [de Paris] - 158n
A ética protestante e o espírito do capitalismo (Max Weber) - 15, 54n
A filosofia do não (Gaston Bachelard) - 36n, 63n, 70n
Agostinho, Santo (354-430) - 88n
A lógica da vida (François Jacob) - 120n, 165n
Anatomie générale (François Xavier Bichat) - 128n
A ordem médica – poder e impotência do discurso médico (Jean Clavreul) - 36n, 134n, 159n
A ordem psiquiátrica – a idade de ouro do alienismo (Robert Castel) - 36n, 92n
A polícia das famílias (Jacques Donzelot) - 36n, 92n
A psiquiatria como discurso da moralidade (Joel Birman) - 36n, 92n, 134n
Ariès, Philippe (1914-1984) - 36n, 86, 87, 87n, 88, 91n, 92n
Aristóteles (~384-~322 a.C.) - 43, 45n
Aron, Raymond (1905-1983) - 145n
A saúde das cidades e o primeiro movimento de saúde pública (B. Stern) - 171n
As classes sociais e o corpo (Luc Boltanski) - 36n
A verdade e as formas jurídicas (Michel Foucault) - 35 n
Averróis (Abu al-Walid Muhammad ibn Ahmad ibn Muhammad ibn Rushd, conhecido sob o nome de) (1126-1198) - 43

B

- Bachelard, Gaston (1884-1962) - 12, 33, 35, 36, 36n, 62n, 70n, 88n, 149n, 185
Bacon, Francis (1561-1626) - 44n, 59
Bacon, Roger (1214-1294) - 48n
Bastide, Paul Arbousse (1899-1985) - 98n
Berlinguer, Giovanni - 123n, 171 n
Bemal, John Desmond (1901-1971) - 40n, 43n, 48n, 52n, 53n, 59n, 60n, 64n, 69n, 71n, 79n, 158n
Bernard, Claude (1813-1878) - 33, 138, 139, 139n, 140, 141, 143, 152, 153
Bernini, Gianlorenzo (1598-1680) - 95, 95n
Berthelot, Marcelin (1827-1907) - 129
Bichat, François Xavier (1771-1802) - 33, 77, 128n, 145, 150, 164
Birman, Joel - 18n, 36n, 92n, 134n
Boccaccio, Giovanni (1313-1375) - 40
Boltanski, Luc - 18n, 36n, 134n
Bourdieu, Pierre (1930-2002) - 18n
Brahe, Tycho (1546-1601) - 75
Broussais, François (1772-1838) - 139, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151
Brown, John (1810-1882) - 148n

Bruno, Giordano (1548-1600) - 88n, 89, 89n
Buffon, Georges Louis Leclerc, conde de (1707-1788) - 68n
Burke, Peter - 18

C

Cabanis, Pierre Jean Georges (1757-1808) - 143, 145
Canguilhem, Georges (1904-1995) - 12, 35, 35n, 36, 60, 60n, 106, 136, 136n, 137n, 139, 139n, 140, 140n, 141, 143, 143n, 145, 145n, 148, 148n, 149n, 150, 151, 151n, 153, 153n, 163n
Capra, Fritjof - 44n
Castel, Robert - 18n, 19n, 36n, 92n
Catéchisme Industriel (conde Saint-Simon) - 148n
Chau, Marilena - 98n
Chauvenet, Antoinette - 136n
Ciência e saber, a trajetória da arqueologia de Foucault (Roberto Machado) - 63 n Clavreul, Jean (1923-2006) - 36n, 134n, 159n
Cochin, Charles Nicolas, dito o Jovem (1715-1790) - 96n
Comte, Auguste (1798-1857) - 16, 34, 110, 139, 140, 141, 142, 143, 143n, 144, 145, 145n, 146, 146n, 147, 148, 148n, 149n, 150, 153, 154
Condillac, Étienne Bonnot de (1715-1780) - 68n
Condorcet, Marie Jean Antoine Nicolas, marquês de (1743-1794) - 68n, 144
Contrato Social (Jean-Jacques Rousseau) - 98, 98n, 103n, 107, 108, 109n
Copérnico, Nicolau (1473-1543) - 39, 53n
Costa, Jurandir Freire - 18n, 36n, 134n
Crítica da economia política (Karl Marx) - 105n
Cours de philosophie positive (Auguste Comte) - 146n
Cuvier, Georges (1769-1832) - 129n

D

d'Alembert, Jean le Rond (1717-1783) - 143, 150
Danação da norma (Roberto Machado et al.) - 36n, 134n
Dante Alighieri (1265-1321) - 40, 40n
Da política médica à medicina social (George Rosen) - 36n, 92n, 132n, 134n, 159n Darwin, Charles (1809-1882) - 146n
De humani corporis fabrica (André Vesálio) - 120
Departamento de Sociologia (Universidade de Paris VIII) - 20n
Descartes, René (1596-1650) - 33, 59, 60, 60n, 62, 62n, 65, 70, 70n, 75, 75n, 94, 141, 183
De statica medicina (Santorio Santorio) - 77
Destutt de Tracy, Antoine (1754-1836) - 68n, 144
Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens (Jean-Jacques Rousseau) - 109n
Discurso sobre o método (René Descartes) - 60n
Donzelot, Jacques - 36n, 86, 92n
Do universo infinito e dos mundos (Giordano Bruno) - 89n
Duby, Georges (1919-1996) - 18

Du Fay, Charles François de Cisternay (1698-1739) - 129
Dumas, Jean-Baptiste (1800-1884) - 129
Durkheim, Émile (1858-1917) - 142, 143, 148, 148n

E

Editora Hucitec - 20
Einstein, Albert (1879-1955) - 69n, 177, 183
Emile (Jean-Jacques Rousseau) - 109n
Enciclopédia Britannica - 45 n
Enciclopédia Mirador International - 45n, 71n, 75, 125n
Encyclopedia Britannica Editora - 45 n
Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano (marquês de Condorcet) - 144
Escola Médica de Salerno - 159n
Escola de Montpellier - 159n
Escola do Instituto Homeopático do Brasil - 183
Escola Homeopática do Brasil - 177
Espírito das Leis (barão de Montesquieu) - 98, 98n, 103n
Essai sur l'histoire humaine de la nature (Serge Moscovici) - 129n, 130n
Éxtase de Santa Teresa (Gianlorenzo Bernini) - 95 n

F

Federação Espirita Brasileira - 1186
Fernel, Jean (1497-1558) - 120n, 122
Ferraz, Benedito de Godói - 178, 178n, 183, 183n
Filosofia do não (Gaston Bachelard) - 66n
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) - 25n
Florença no tempo dos Médici (Alberto Tenenti) - 40n, 52n
Fondements idéologiques de la méthode structurale-fonctionnelle (Madel T. Luz) - 25n, 36n
Foucault, Michel (1926-1984) - 12, 16, 17, 18, 18n, 19, 26n, 31n, 35, 35n, 36, 37n, 39n, 41n, 54n, 66, 67n, 68n, 92, 92n, 110, 119n, 123n, 126, 126n, 128n, 130n, 131, 131n, 134n, 137n, 138, 138n, 149n, 150, 151, 151n, 159n, 164n, 167n, 171n
Fracastoro, Girolamo (1478-1553) - 125
Francisco de Assis (1182-1226) - 40n

G

Galhardo, J. P. - 178n, 179n, 180n
Galileu Galilei (1564-1642) - 59, 60, 67, 75, 76
Giannotti, José Artur - 144, 144n, 145n
Giotto di Bondone (1266-1337) - 40n
Goethe, Johann Wolfgang von (1749-1832) - 90, 182
Gramsci, Antonio (1891-1937) - 159
Griffin, Susan - 44n

H

- Hahnemann, Samuel (1755-1843) - 161, 162, 163n, 165, 166n, 167, 167n, 168, 169n, 171, 173, 174, 175, 176, 176n, 177
- Harvey, William (1578-1657) - 77, 120, 120n
- Histoire de la folie à l'Âge Classique* (Michel Foucault) - 35n, 92n
- Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir* (Michel Foucault) - 35n
- Histoire de la sexualité I: le souci de soi* (Michel Foucault) - 35n
- História da homeopatia no Brasil* (J. P. Galhardo) - 178n
- História da medicina* (Erik Nitsche) - 119n, 125n
- História y sociología de la medicina* (Henry Sigerist) - 159n
- História social da criança e da família* (Philippe Ariès) - 36n, 87n, 92n
- Hobbes, Thomas (1588-1679) - 93, 98
- Human industry or a history of most manual arts* (Thomas Powell) - 81n
- Hume, David (1711-1776) - 50, 93, 144
- Homeopatia* (Tomás P. Paschero) - 178n, 184n
- Hurtado, Eusebio Dávalos (1909-1968) - 183

I

- Idéologie et rationalité dans les Sciences de la vie* (Georges Canguilhem) - 36n, 60n, 149n
- Inquisição - 42, 58n, 89n, 107, 157
- Instituto de Medicina Social (Uerj) - 15n, 16, 16n, 25n
- Introduction à l'étude de la médecine expérimentale* (Claude Bernard) - 139

J

- Jacob, François - 12, 36, 36n, 120n, 165n

K

- Kant, Immanuel (1724-1804) - 50
- Kardec, Léon Hippolyte Denizard Rivail, dito Allan (1804-1869) - 182, 186
- Kent, James Tyler (1849-1916) - 166n
- Kitson, Michael - 95n, 96n
- Klaproth, Martin Heinrich (1743-1817) - 130
- Kepler, Johannes (1571-1630) - 62, 75

L

- Lavoisier, Antoine Laurent de (1743-1794) - 77, 138, 160
- La ciência en la historia* (John Desmond Bernal) - 40n, 43n, 48n, 52n, 79n
- La formation de l'esprit scientifique* (Gaston Bachelard) - 36n
- La logique da vivant* (François Jacob) - 36n
- La loi et le corps* (Antoinette Chauvenet) - 136n
- La médecine du capital* (Jean-Claude Polack) - 171n
- Le grand propriétaire de toutes choses* (enciclopédia) - 86, 87, 88, 90
- Leibniz, Gottfried Wilhelm (1646-1716) - 59

Leonardo da Vinci (1452-1519) - 53n, 119, 119n
Leriche, René (1879-1955) - 163
Les étapes de la pensée soaológica (Raymond Aron) - 145n
Les mots et les choses (Michel Foucault) - 35n, 41n, 53, 53n, 67n, 68n
Leviatã (Thomas Hobbes) - 93
Livro dos Espíritos (Allan Kardec) - 182
Locke, John (1632-1704) - 50, 93, 98

M

Machado, Lurdes S. - 98n
Machado, Roberto - 18n, 35n, 35n, 63n, 134n
Malpighi, Marcello (1628-1694) - 77
Maquiavel, Niccolò (1469-1527) - 42n
Marx, Karl (1818-1883) - 26, 84, 104, 105, 105n, 107
Mayow, John (1640-1679) - 129
Medicina e ordem política brasileira (Madel T. Luz) - 25
Medicina e política (Giovanni Berlinguer) - 171n
Médico, tua missão é curar (Benedito de Godói Ferraz) - 178n, 183n
Meneses, Adolfo Cavalcânti Bezerra de (1831-1900) - 186
Mercur de France - 96n
Mesmer, Franz Anton (1734-1815) - 160n
Microfísica do poder (Michel Foucault) - 35n, 37n
Molina Guzmán, Gustavo (1910-1978) - 159n
Montesquieu, Charles de Secondat, barão de La Brède e de (1689-1755) - 93, 98, 98n, 102, 103n
Moreira, Manuel Duarte (séc. XIX, ativo em 1848) - 177, 178n, 179n, 180n
Morgagni, Giambattista (1682-1771) - 77
Moscovici, Serge - 45n, 46n, 60n, 81n, 86, 129, 129n, 130n
Mure, Benoit Jules (1809-1858) - 183

N

Newton, Isaac (1642-1727) - 59, 60n, 68, 68n, 69n, 72, 75, 76, 88n, 143, 150, 183
Nicholson, William (1753-1815) - 129
Nietzsche, Friedrich (1844-1900) - 37
Nitsche, Erik (1908-1998) - 120n, 122n, 123n, 124n, 126n
Nunes, Everardo Duarte - 13, 171n

O

O Barroco (Michael Kitson) - 95n, 96n
Oersted, Christian (1777-1851) - 130
O nascimento da clínica (Michel Foucault) - 35n, 92n, 119n, 123n, 126n, 128n, 130n, 137n, 149n, 159n, 164n, 167n
O normal e o patológico (Georges Canguilhem) - 36n, 136, 153, 163n
O novo espírito científico (Gaston Bachelard) - 36n
O papel da física moderna no ensino da medicina homeopática (Eusebio Dávalos Hurtado) - 183

O ponto de mutação (Fritjof Capra) - 44n
Ordem médica e norma familiar (Jurandir Freire Costa) - 36n, 134n
O Renascimento (Edith Sichel) - 40n, 52n
O Renascimento (Nicolau Sevcenko) - 40n, 52n
Organon da arte de curar ou exposição da doutrina médica homeopata (Samuel Hahnemann) - 163n, 168, 169, 169n, 176n
Organon da ciência médica racional (Samuel Hahnemann) - 168

P

Paracelso, Teophrastus Bombastus von Hohenheim, dito (1493-1541) - 53n, 125, 129, 185
Pare, Ambroise (1509-1590) - 121, 126n
Paschero, Tomás Pablo (1904-1986) - 178, 178n, 184, 184n
Pedro, o Peregrino (Pierre de Maricourt, ou) (século XIII) - 48n
Petrarca, Francesco (1304-1374) - 40
Platão (~428-~348 a.C.) - 43, 62n
Piotino (~205-~270) - 43, 88n
Polack, Jean-Claude - 171n
Powell, Thomas (1627-) - 81n
Prime educação et morale de classe (Luc Boltanski) - 36n, 134n
Princípios matemáticos da filosofia natural (*Philosophice naturalis principia mathematica*) (Isaac Newton) - 60n, 68, 68n, 72, 72n
Prout, William (1785-1850) - 129

R

Rafael Sanzio (1483-1520) - 53n
Rapport historique sur les progrès des Sciences natureles (Georges Cuvier) - 129n Rosen, George (1910-1977) - 36n, 92n, 123n, 132n, 134n, 159n, 171n
Rousseau, Jean-Jacques (1712-1778) - 33, 93, 98, 98n, 99, 100, 102, 103n, 107, 108, 109, 109n, 110
Royal Society [de Londres] - 68n, 158n

S

Saint-Simon, Claude Henry de Rouvroy, conde de (1760-1825) - 145, 145n, 148n
Santo Ofício (v. Inquisição)
Santorio, Santorio (1561-1638) - 77
Santos, Boaventura Sousa - 20
Say, Jean-Baptiste (1767-1832) - 144
Schelling, Friedrich Wilhelm Joseph von (1775-1854) - 182
Scheele, Carl Wilhelm (1742-1786) - 129
Sevcenko, Nicolau - 40n, 43n, 52n
Shakespeare, William (1564-1616) - 44n
Sichel, Edith - 40n, 52n
Sigerist, Heniy (1891-1957) - 123n, 159n
Spallanzani, Lázaro (1729-1779) - 77

Smith, Adam (1723-1790) - 144
Spinoza, Baruch (1632-1677) - 42n, 50, 98
Stahl, Georg Emst (1659-1734) - 129
Stem, B. - 171n
Surveiller et punir (Michel Foucault) - 35n, 92n
Système de politique positive (Auguste Comte) - 146n, 148n, 149n

T

Tafel, Louis H. - 167n
Tenenti, Alberto - 40n, 41n, 52n
The chronic diseases (Samuel Hahnemann) - 167n
Tomás de Aquino, Santo (1225-1274) - 43
Traducción y comentarios del Organon de Hahnemann (Bernardo Vijnovsky) - 163n
Tratado do entendimento humano (John Locke) - 93

U

Uerj (v. Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
UFRJ (v. Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Universidade de Cambridge - 68n
Universidade Católica de Lovaina - 11, 25n
Universidade de Paris VIII - 19n
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) - 15n, 25n
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - 15

V

van Helmont, Jan Baptist (1577-1644) - 129
Vauquelin, Nicolas Louis (1763-1829) - 130
Vesálio, André (1514-1564) - 119, 119n, 120, 120n
Vijnovsky, Bernardo (19??-1996) - 163n
Virchow, Rudolph (1821-1902) - 132, 132n, 133, 153
Vòlney, Constantin François de Chassebosuf, conde de (1757-1820) - 144
Vòltaire, François Marie Arouet, dito (1694-1778) - 93

X

Xavier, R. M. - 88n

Y

Young, Thomas (1773-1829) - 129

W

Weber, Max (1864-1920) - 15, 18n, 54n *Wooman and nature* (Susan Griffin) - 44n

Este livro foi reeditado em acesso aberto, podendo ser baixado e acessado *online* em *tablets*, *smartphones*, telas de computadores e em leitores de *ebooks*.

Produção Multimeios | Icict | Fiocruz
Textos compostos em Baskerville e Calibri

Rio de Janeiro, outubro de 2019.

ISBN 978-8-581-10077-7



9 788581 100777

APOIO



REALIZAÇÃO

